



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXII Nº 32, QUINTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2017



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Deputado Giacobbo (PR-PR)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Deputado JHC (PSB-AL)

3ª Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)

1º Vice-Presidente

Deputado André Fufuca (PP-MA)

2º Vice-Presidente

Deputado Giacobbo (PR-PR)

1º Secretário

Deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO)

2ª Secretária

Deputado JHC (PSB-AL)

3º Secretário

Deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Dagoberto (PDT-MS)

2º - Deputado César Halum (PRB-TO)

3º - Deputado Pedro Uczal (PT-SC)

4º - Deputado Carlos Manato (SD-ES)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 14ª SESSÃO, SOLENE, EM 18 DE SETEMBRO DE 2017

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar os 45 anos da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).	8
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	8
1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Eunício Oliveira)	8
1.2.3 – Oradores	
Sr. Dias Toffoli, Ministro do Supremo Tribunal Federal	10
Senador Elmano Férrer	12
Sr. Roberto Veloso, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil	13
Deputado Paes Landim	16
Senador Wellington Fagundes	20
Senador Hélio José	22
Senador Telmário Mota	25
1.3 – ENCERRAMENTO	26
2 – ATA DA 15ª SESSÃO, SOLENE, EM 19 DE SETEMBRO DE 2017	
2.1 – ABERTURA	28
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar os 45 anos de fundação da Rede Amazônica.	28
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	28



2.2.2 – Oradores

Senador Omar Aziz	29
Deputado Pauderney Avelino	31
Sr. Gilberto Kassab, Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	32
Senadora Vanessa Grazziotin	33
Deputado Marcos Reategui	35
Senador Eduardo Braga	36
Deputado Alfredo Nascimento	38
Senador Randolfe Rodrigues	39
Deputado Carlos Andrade	41
Senador Valdir Raupp	42
Deputado Alan Rick	44
Senador Acir Gurgacz	45
Deputado Moisés Diniz	45
Senador Jorge Viana	47
Sr. Phelippe Daou Júnior, Presidente da Rede Amazônica	49
2.3 – ENCERRAMENTO	51

PARTE II**3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS****3.1 – EXPEDIENTE****3.1.1 – Comunicações**

Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir (Ofício nº 103/2017). <i>Substituído o membro.</i>	53
Da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia, de desligamento do Senador Cristovam Buarque da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas JBS e J&F em operações realizadas com o BNDES e BNDES-PAR, ocorridas entre 2007 e 2016 (Ofício nº 83/2017).	54
Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de declinação de membro da indicação para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas JBS e J&F em operações realizadas com o BNDES e BNDES-PAR, ocorridas entre 2007 e 2016 (Ofício nº 183/2017)	55



Da Liderança do PR na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas JBS e J&F em operações realizadas com o BNDES e BNDES-PAR, ocorridas entre 2007 e 2016 (Ofício nº 335/2017). <i>Substituído o membro.</i>	56
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 787/2017 (Ofício nº 210/2017). <i>Substituído o membro.</i>	57
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 788/2017 (Ofício nº 211/2017). <i>Substituído o membro.</i>	58
Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 789/2017 (Ofício nº 181/2017). <i>Substituído o membro.</i>	59
Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 792/2017 (Ofício nº 186/2017). <i>Substituído o membro.</i>	60
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 792/2017 (Ofício nº 205/2017).	61
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 794/2017 (Ofício nº 206/2017).	62
Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 795/2017 (Ofício nº 182/2017). <i>Substituído o membro.</i>	63
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 795/2017 (Ofício nº 207/2017).	64
Da Liderança do Bloco PP/PTdoB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 795/2017 (Ofício nº 253/2017). <i>Substituído o membro.</i>	65
Da Liderança do Bloco PP/PTdoB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 795/2017 (Ofício nº 254/2017). <i>Substituído o membro.</i>	66
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 796/2017 (Ofício nº 208/2017).	67
Da Liderança do Bloco PP/PTdoB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 796/2017 (Ofício nº 252/2017). <i>Substituído o membro.</i>	68
Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 796/2017 (Ofício nº 105/2017). <i>Substituídos os membros.</i>	69
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 797/2017 (Ofício nº 209/2017).	70
Da Liderança do PR na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 797/2017 (Ofício nº 333/2017). <i>Substituído o membro.</i>	71
Da Liderança do Bloco Moderador no Senado Federal, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 798/2017 (Ofício nº 95/2017).	72
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de desligamento das Deputadas Erika Kokay e Margarida Salomão da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Ofício nº 497/2017).	73



Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 787/2017, de designação da Deputada Norma Ayub como Relatora da referida Comissão **(Ofício nº 2/2017)**. 74

3.1.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 343/2017, na origem, que encaminha as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2018 (Projeto de Lei nº 20/2017-CN). **(Vide item 5.1)** 76

3.1.3 – Pareceres

Nº 1/2017-CN, da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 779/2017 **(conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 31/2017)**. 78

Nº 1/2017-CN, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 340/2016. 93

Nº 15/2017-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 18/2017-CN 101

PARTE III

4 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nºs 105 a 121, 124 a 130, 132 e 134 a 137/2017 107

5 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

5.1 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI Nº 20/2017-CN (LOA)

6 – COMISSÕES MISTAS 136

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 160



Ata da 14ª Sessão, Solene,
em 18 de Setembro de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eunício Oliveira e Elmano Férrer

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 49 minutos e encerra-se às 12 horas e 19 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Bom dia a todos.

Eu queria, ao iniciar os trabalhos, sob a proteção de Deus, convidar o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli, para compor a Mesa. (*Palmas.*)

Convidar o Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Humberto Martins. (*Palmas.*)

Convidar o Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do Superior Tribunal de Justiça. (*Palmas.*)

Convidar o Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Sr. Roberto Veloso. (*Palmas.*)

Convidar o requerente desta sessão de comemoração, Senador Elmano Férrer. (*Palmas.*)

E o requerente na Câmara dos Deputados desta comemoração, Sr. Deputado Federal Paes Landim. (*Palmas.*)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a comemorar os 45 anos da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Mesa registra, com prazer, a presença do Embaixador da República Árabe da Síria, Sr. Mohamad Kahfif; do Embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia, Sr. José Kinn Franco; do Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), Sr. Desembargador Federal André Ricardo Cruz Fontes; da Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), Srª Desembargadora Federal Cecília Marcondes; do Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), Sr. Desembargador Federal Manuel Erhardt; do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, Sr. Desembargador Joás de Brito Pereira Filho; do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Sr. Luiz Gonzaga Martins Coelho; do Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Sr. Jayme Martins de Oliveira Neto; do Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Sr. Guilherme Guimarães Feliciano; do Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Srª Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti; do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Sr. José Robalinho Cavalcanti; do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sr. Ângelo Fabiano Farias da Costa; do Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Sr. Clauro Roberto de Bortolli; do Presidente da Associação dos Juízes Federais da Bahia (AJUFBA), Sr. Fábio Ramiro; do Presidente da Associação dos Juízes Federais do Rio de Janeiro, Sr. Fabrício Fernandes de Castro; do Presidente da Associação dos Juízes Federais do Rio Grande do Sul, Sr. Gerson Godinho da Costa; do Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público, Sr. Cláudio Franco Félix; da Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, Srª Renata Gil; do Presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios, Sr. Juiz Fábio Francisco Esteves; do Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal, Sr. Elísio Teixeira Lima Neto; do Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Luciano Oliveira Mattos de Souza; do representante do Comandante da Marinha do Brasil, Sr. José Paulo Machado de Azeredo Junior; representando o Comandante da Aeronáutica, Sr.



Brigadeiro do Ar Maurício Augusto Silveira de Medeiros; do Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), no período de 2012 a 2014, Desembargador Federal Nino Oliveira Toldo; do Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, no período de 2002 a 2004, Desembargador Federal Paulo Sérgio Domingues; do Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, no período de 1998 a 2000, Desembargador Federal Fernando da Costa Tourinho Neto; do Presidente da Associação dos Juízes Federais (Ajufe), no período de 1996 a 1998, Desembargador Federal Vilson Darós; do Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, no período de 1993 a 1994, Sr. Edgard Silveira Bueno Filho.

Senhoras e senhores magistrados, Senadores, Senadoras e demais convidados, cumprimentando a todos na Mesa, queria, com grande satisfação, dar início a esta Sessão Solene para comemorar os 45 anos da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Creio ser este um momento muito oportuno para a realização de homenagem tão importante não apenas do Senado Federal, mas do Congresso Nacional.

Sabemos que a estabilidade de nossas instituições é um dos aspectos centrais que continuam a condicionar o desenvolvimento do nosso País. É modo reconhecido de estímulo ao investimento, à eficiência e à previsibilidade, além de ser essencial para a sustentação plena dos ideais que fundamentaram o regime democrático brasileiro.

Trata-se de um requisito básico para que, a cada dificuldade, a cada desafio a ser enfrentado, não só hoje, mas a qualquer tempo, a reação seja aquela que sempre atenda aos interesses de nossa Constituição e, por consequência, da nossa gente.

Por isso, estarmos aqui hoje comemorando os 45 anos de uma das mais importantes associações da magistratura é um elemento que evidencia a solidez do Poder Judiciário brasileiro e, em especial, dos tribunais federais.

Vale destacar, senhoras e senhores, que nossa Constituição, uma Constituição verdadeiramente cidadã, inovou significativamente nas atribuições conferidas aos nossos juízes. Até então, tínhamos vivido, muitos de nós, um período de carência, em que não se evidenciava somente restrições das atividades políticas, mas também no acesso de qualquer indivíduo aos direitos fundamentais que lhe são inerentes.

No passado, entendia-se que o papel do juiz deveria ser apenas o de mero aplicador de legislações positivadas.

Nossa Carta Magna de 1988, senhoras e senhores, traz uma série de princípios que devem orientar o convívio humano em meio a um Estado verdadeiramente democrático de direito.

É consenso geral que, quando um juiz soluciona um caso individual, seguindo essas premissas, fortalece o conjunto da sociedade.

Trata-se de forma de assegurar que nossa democracia seja cada vez mais forte, garantindo os direitos daqueles cidadãos eventualmente marginalizados pela ação ou omissão do Poder Público.

E a Justiça Federal possui uma função de destaque. É a Justiça Federal que arbitra os litígios dos mais variados atores da União com as demandas da sociedade brasileira e de todos os brasileiros.

Nesse entendimento, a Ajufe, que conta com uma abrangência nacional, em todos os níveis do Poder Judiciário, tem desempenhado papel central no fortalecimento desses mecanismos de solidez institucional.



Seja um juiz ou uma juíza federal de seção no Ceará, seja um desembargador do TRF do Rio de Janeiro, ou mesmo um ministro do Superior Tribunal de Justiça ou da Suprema Corte do País, todos os seus mais de 700 filiados encontram na Ajufe importante voz das suas demandas para a edificação de um sistema judicial cada vez mais correto e cada vez mais democrático.

É nesse contexto, que, entre suas mais variadas atribuições, a associação tem cooperado, e cooperado enormemente, para os trabalhos do próprio Congresso Nacional, sempre fornecendo subsídios e considerações que, não raro, são decisivas para o aprofundamento do debate parlamentar.

A atuação da Ajufe vai muito além da simples representação de uma entidade de classe. Trata-se de uma associação que, seguindo seus objetivos fundamentais, acaba por fortalecer o próprio Poder Judiciário e a nossa democracia.

Faço aqui, senhoras e senhores, as minhas mais sinceras homenagens aos filiados, aos dirigentes e aos funcionários da Ajufe pelos seus 45 anos de criação. E faço votos de que a associação possa continuar a contribuir sempre de maneira independente e profissional para a superação dos inúmeros desafios que surgem a cada dia em nosso País.

Agradecendo a todos que compõem esta Mesa na pessoa do nosso Ministro Toffoli e de todos que compareceram nesta manhã para homenagear essa importante associação, quero aqui desejar os meus parabéns e consultar o Ministro Toffoli se deseja fazer uso da palavra. Será uma honra para esta Casa ouvi-lo. (*Palmas.*)

O SR. DIAS TOFFOLI – Sr. Presidente do Senado da República e do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira, na pessoa de V. Ex^a, cumprimento todos os integrantes da Mesa – sintam-se carinhosamente abraçados por mim – e cumprimento todos os Senadores da República e todos os Deputados, enfim, todos os Congressistas. Sr^{as} e Srs. Magistrados, cumprimento hoje, na pessoa do Presidente atual da Ajufe, Dr. Roberto Veloso, a associação que comemora 45 anos de existência.

Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, meus amigos do Superior Tribunal de Justiça, magistrados, magistradas, presidentes de associações de classe, todos os aqui presentes, a Associação dos Juízes Federais completa agora 45 anos, e, de maneira muito positiva, o Senado da República junto com a Câmara dos Deputados propuseram a comemoração desses 45 anos aqui dentro do Congresso Nacional, o que demonstra, de parte do Congresso Nacional, um respeito não só com a magistratura federal, Sr. Presidente Eunício Oliveira, mas também com todo o Poder Judiciário da Nação brasileira. E este Congresso Nacional, somos testemunha, não tem faltado à magistratura brasileira e ao Poder Judiciário como um todo. E essa harmonia dos Poderes, hoje pela manhã destacada pela nova Procuradora-Geral da República em seu discurso de posse, a Procuradora-Geral Raquel Dodge, deve ser sempre enaltecida. A Nação brasileira ganha com essa harmonia, com esse diálogo e com o pensamento voltado para o desenvolvimento do País e o enfrentamento dos seus problemas.

No próximo dia 11 de outubro, também é importante lembrar, a Justiça Federal completará 127 anos da sua criação, quando da Proclamação da República. Penso ser um consenso para a Nação o sentimento quanto à importância da Justiça Federal para a Justiça brasileira e para a construção de uma cidadania saudável para o nosso País.

Para a construção desse consenso, não foram poucos os esforços da Ajufe nesses 45 anos de existência. E aqui me lembro de vários desses esforços, com Presidentes, ex-Presidentes da Ajufe, com quem, quando, no passado, integrei o Poder Executivo, tivemos um proveitoso e consequente



diálogo, destacando entre tudo e todos, por exemplo, a aprovação da emenda constitucional da reforma do Poder Judiciário, que contou com o apoio da Associação dos Juizes Federais.

Desde o seu primeiro Presidente, em setembro de 1972, o ilustre jurista e magistrado federal cearense, Ministro Jesus Costa Lima, até o seu décimo sétimo Presidente, Dr. Roberto Carvalho Veloso, da atual gestão, magistrado federal piauiense que honra as melhores tradições dos juristas do Nordeste, a associação não tem realizado apenas a defesa da prerrogativa dos magistrados, mas também tem atuado no âmbito do Congresso Nacional e junto ao Poder Executivo para colaborar com a qualidade da produção legislativa, dos atos regulamentares e de políticas públicas. Ela também tem colaborado para todo o sistema de Justiça, com o objetivo de propiciar um Poder Judiciário mais célere, mais eficaz e mais justo.

O trabalho de aproximar a sociedade e as demais instituições com o Poder Judiciário, penso eu, é um dos principais trabalhos que as associações de classe da magistratura podem e devem realizar. A interlocução propicia decisões reais, decisões que tenham fundamento na realidade e voltadas para a Nação. Os juizes não podem estar distantes da sociedade; devem debater com as instituições, devem ter diálogo com a academia, com as escolas de Direito e devem, sem dúvida nenhuma, ser aquele juiz contemporâneo, aquele juiz que não é voltado só a aplicar a lei ao caso concreto, mas um juiz que está inserido no projeto de uma Nação desenvolvida e uma Nação que enfrente os seus problemas reais e solucione as suas diferenças.

Richard Posner, respeitado professor da Universidade de Chicago, que recentemente se aposentou do cargo de Juiz Federal da Corte de Apelação do 7º Circuito da Justiça Federal Norte-Americana, onde chegou a ser *Chief Justice*, notabilizou-se por ser um dos precursores da chamada *law and economics*, análise econômica do Direito ou Direito e Economia, e por trabalhar também de forma interdisciplinar seja na academia, seja nos seus julgamentos envolvendo Direito, linguagem e literatura. Em janeiro de 2016, esse magistrado, com toda a sua experiência científica e judicante, lançou seu novo livro: *Caminhos Divergentes da Academia e do Judiciário*. Posner analisou, nessa magnífica obra, a distância que separa a academia e o Judiciário, pois, na opinião dele, eles não se comunicam, o que exige a participação de diversos atores.

E é importante esse contato com a academia, penso aqui. E, Roberto Veloso, comemorando esses 45 anos, eu vejo que está sendo editada uma obra exatamente com aspectos acadêmicos para registrar essa efeméride, esse jubileu, exatamente no sentido de trazer elementos teóricos, acadêmicos e práticos e essa importância de diálogo com a sociedade.

Concluo acentuando que a valorização da magistratura federal como instituição imprescindível ao bom funcionamento das instituições republicanas e à estabilidade democrática cuida-se não só de missão a ser exercida pela associação, mas de algo a ser respeitado por todas as autoridades e entidades públicas.

Cumprimento e dou os parabéns aos magistrados federais brasileiros pela sua entidade de classe, pela Associação dos Juizes Federais. Tenham a certeza de que a homenagem que recebe essa entidade hoje é mais do que merecida, e a magistratura federal se envaidece com esta homenagem realizada pelo Congresso Nacional que realmente demonstra, como disse, mais uma vez, a harmonia necessária entre os Poderes.

Parabéns, Dr. Roberto Veloso, atual Presidente da Associação dos Juizes Federais. Parabéns a todos os magistrados federais brasileiros. Parabéns, Ajufe. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu agradeço ao Ministro Toffoli e também agradeço ao Ministro Humberto Martins. O Ministro Toffoli hoje representa, além dele próprio, também o Supremo Tribunal Federal. E o Ministro Humberto Martins representa aqui hoje o STJ, porque é seu Vice-Presidente, mas disse que, ao ouvir também o Ministro Toffoli – por isso, consultei antes o Ministro Humberto Martins –, preferia ouvir o Ministro Toffoli a fazer uso da palavra.

Na sequência, vou dar a palavra ao signatário do requerimento aqui no Senado, Senador Elmano Férrer. Senador Elmano Férrer, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta Casa do Congresso Nacional e Presidente também do Congresso, na pessoa de quem saúdo os demais membros da Mesa e os componentes desta Casa presentes a este evento. Um cumprimento especial aos nossos magistrados e às demais autoridades que se encontram nesta solenidade.

Coube-me a honra de requerer, juntamente com meu ilustre companheiro de Bancada, o Deputado Federal Paes Landim, a realização desta sessão solene em homenagem aos 45 anos de história da Associação dos Juízes Federais do Brasil.

Além de merecida, além de justa, esta é uma homenagem oportuna, como disse nosso estimado Presidente. Oportuna, senhoras e senhores, porque reviver a história da Ajufe, como fazemos nesta sessão, implica recordar as promessas, implica lembrar os compromissos, implica, em suma, evocar o futuro democrático, justo e próspero que queremos para o nosso País. Desde o seu início, em 20 de setembro de 1972, a atuação da Ajufe se confunde com as lutas de consolidação do Estado de direito, dos direitos humanos e da democracia em nosso País.

Hoje, meu nobre e estimado Presidente Eunício Oliveira, essa luta perene demanda um Poder Judiciário dinâmico, um Judiciário vivo, um Judiciário que, além de combater, de forma intransigente, a corrupção e de servir ao povo com transparência, celeridade e presteza, deve estender sua atuação para além dos gabinetes, para além da rotina das discussões, sentenças, súmulas e acórdãos. Em outras palavras, meu nobre e estimado Roberto Veloso, foi-se o tempo do Judiciário passivo e cartorário. Agora estamos na era do Judiciário ativo e cidadão. Estamos na era do Poder Judiciário que vai até o povo, que leva a Justiça onde ela se faz necessária, que encontra o cidadão carente de Justiça em todos os cantos e recantos do nosso País.

Nesse novo contexto, uma associação que deseja manter-se relevante deve ir muito além da defesa dos interesses corporativos. A Ajufe faz isso, entre outras ações, por meio do projeto Expedição da Cidadania, cuja quinta edição, realizada no ano passado, levou serviços gratuitos até às comunidades carentes de um Município do meu Estado do Piauí, o Município de Ilha Grande, do Piauí. Além disso, Sr. Presidente, tem sido recorrente a participação da Ajufe em audiências públicas aqui no Congresso Nacional. Os juízes federais têm, de fato, uma experiência muito rica a transmitir, e sua constante presença quer no Senado quer na Câmara dos Deputados enriquece e qualifica os debates legislativos.

Celebro, pois, com entusiasmo e alegria, os 45 anos dessa associação, com meus cumprimentos ao seu atual Presidente, meu irmão e querido amigo Roberto Veloso, que, aliás, é filho do nosso querido Piauí, nascido na nossa ensolarada Teresina. Cumprimento, por fim, os demais integrantes



da diretoria da Ajufe, bem como todos os magistrados federais que, com independência, coragem e altivez, nos ajudam há 45 anos a defender, conservar e aprimorar as instituições brasileiras.

Eram essas, Sr. Presidente, as nossas palavras, como requerente a V. Ex^a para a autorização desta solenidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Muito obrigado, Senador Elmano Férrer.

Antes de conceder a palavra ao próximo signatário do requerimento, eu convido o Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), o Dr. Roberto Veloso, para fazer uso da palavra. V. S^a pode escolher uma das duas tribunas.

O SR. ROBERTO VELOSO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Na sequência, será o Deputado Paes Landim.

O SR. ROBERTO VELOSO – Bom dia a todos!

Inicialmente, eu quero saudar o Sr. Senador Presidente do Congresso Nacional, Eunício Oliveira, que gentilmente cedeu este espaço do plenário do Senado Federal para a realização desta solenidade em comemoração aos 45 anos de existência da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Saúdo também o Vice-Presidente, Presidente em exercício aqui nesta solenidade, do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Humberto Martins, que nos honra com a presença nesta solenidade.

Saúdo também o eminente Senador da República pelo Piauí Elmano Férrer, que foi um dos signatários do requerimento para esta solenidade. Também saúdo o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, meu amigo do Maranhão, Reynaldo Soares da Fonseca, que nos honra aqui com a presença; o Deputado Federal Paes Landim, com quem, assim como o Elmano, tenho amizades inclusive familiares – um dos irmãos dele era um grande amigo meu lá do Piauí, o Patrocínio. Ele foi nosso candidato a reitor lá na Universidade Federal, nos idos da década de 80.

Saúdo também todos os ex-Presidentes da Ajufe que estão aqui – Gabriel Wedy, Vilson Darós, Edgar Bueno, Nino Toldo, Paulo Sergio Domingues, Tourinho Neto, todos nos honram aqui com a presença – e também os Srs. Senadores e Deputados Federais que estão aqui presentes. Vejo aqui o Conselheiro do CNJ Norberto Campelo, com quem também tenho amizades inclusive familiares.

Gostaria também de saudar aqui o nosso Procurador-Geral de Justiça do Maranhão. Eu fui Promotor de Justiça no Maranhão durante cinco anos, então eu fiz muitas amizades no Ministério Público do Maranhão, e isso me trouxe essa dupla naturalidade: o Piauí e o Maranhão. Apesar de eu ser formado no Piauí, o Maranhão me acolheu. Fui Promotor de Justiça, casei-me no Maranhão com a Mônica, lá na cidade de Grajaú. Aqui está uma amiga sua, Graça Amorim, que está ali e é também Promotora lá do Maranhão. E o Gonzaga está aqui, é uma honra para nós a sua presença.

A presença também dos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais – a Desembargadora Cecília, o Desembargador Manoel Erhardt, o Desembargador André Fontes, que é Presidente do TRF da 2^a Região, e tantos amigos aqui – e dos Presidentes das associações nacionais. Nós temos uma frente associativa da qual participam todas as entidades nacionais, e eles estão aqui representados: a Norma, que é Presidente da Conamp; o Jayme, Presidente da AMB; também o Fabiano, que é Presidente da ANPT; o Robalinho esteve aqui também presente; o Bortolli; o nosso



caríssimo Elísio, que é Presidente Associação do Ministério Público aqui do Distrito Federal; o Edmundo – somos amigos há muito tempo também –, que é Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar, está aqui.

Vejo também procuradores-gerais de Justiça: o do Rio de Janeiro, que está aqui presente; o ex-Procurador do Rio de Janeiro também aqui – é uma honra. Talvez até mesmo pela presença da nossa colega Renata Gil eles estejam aqui nos prestigiando.

Então, é uma honra, uma satisfação muito grande. Os Senadores que estão aqui também, o Senador Wellington. Então, é uma satisfação imensa, é uma emoção que não se expressa em palavras.

Eu não quero também me estender muito, porque a solenidade é comemorativa e nada melhor do que agradecimentos. O Ministro Humberto Martins é meu amigo de WhatsApp, e nós sempre trocamos mensagens de elevação espiritual, inclusive elevações em relação – e principalmente – a Deus, a Jesus Cristo. E eu não poderia deixar aqui de fazer este primeiro agradecimento: a Deus. Eu não posso deixar de agradecer a Deus por nos dar esta oportunidade de estarmos aqui neste evento, este evento lindo, tão bem prestigiado por todos. Só a graça Dele para permitir que nós estejamos aqui presentes nesta oportunidade.

Então, para nós, é uma satisfação imensa e uma alegria estar aqui com vocês.

A Justiça Federal foi criada, como disse o Ministro Toffoli, em 1891. Interessantemente, a criação da Justiça Federal é feita junto com a criação do Supremo Tribunal Federal.

Àquela época, os recursos das decisões dos juízes federais eram feitas diretamente para o Supremo Tribunal Federal. Isso porque a Justiça Federal foi criada de acordo com o modelo americano. E isso fez com que a Justiça Federal fosse uma Justiça criada com a República. E a República criada no Brasil foi uma República Federativa, por isso nós, aqui no Brasil, adotamos também a criação da Justiça Federal.

O Marechal Deodoro da Fonseca, como bem dito, no dia 11 de outubro de 1891 criou, por meio do Decreto 848, a Justiça Federal, tendo como seu órgão principal o Supremo Tribunal Federal.

Quando o Supremo Tribunal Federal foi criado como órgão de cúpula da Justiça Federal, houve, é claro, muitas discussões. Por quê? Porque o antigo Supremo Tribunal de Justiça, que era o Supremo Tribunal do Império, só resolvia as questões particulares, privadas. E veio o Supremo Tribunal Federal para exercer o poder moderador, que anteriormente só era exercido pelo Imperador do Brasil, no caso, Dom Pedro II. E o Miguel Seabra Fagundes, falando sobre isso, disse:

Vínhamos, em 1891, do Império, onde a Justiça não tinha nenhuma expressão política. Era um poder que se limitava a dirimir as controvérsias do direito privado, de modo que os atos da Administração Pública escapavam, por inteiro, ao seu controle. E, de chofre, pela instituição da República, o Poder Judiciário foi elevado a plano de excepcional importância na vida política do País. Atribuiu-se-lhe, ao lado da função que já era sua, de dirimidor das questões de ordem privada, uma outra, da maior importância: a de guardar os direitos individuais contra as infrações decorrentes de atos do Poder Executivo e do Poder Legislativo [...]

Isso, então, trouxe para o Supremo Tribunal Federal uma posição de índole político-institucional. Por isso, nós aqui, na data de hoje, elevamos e reconhecemos a iniciativa do Sr.



Presidente do Senado em realizar esta solenidade aqui no plenário, porque nós precisamos, no Brasil, de diálogo; nós precisamos de interlocução entre os Poderes: o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Esses Poderes, como diz a própria Constituição, são independentes, mas eles são harmônicos, e essa harmonia precisa existir. Por isso, nós saudamos e reconhecemos, na pessoa do Ex^{mo} Sr. Presidente do Senado, esta iniciativa salutar de abertura do diálogo entre as instituições. O Brasil precisa de diálogo, precisa que as suas autoridades, os seus homens e mulheres que estão comandando o País se reúnam, conversem, dialoguem, para que o Brasil possa, o mais urgente possível, superar a crise na qual ele se encontra.

Quanto à Justiça Federal, em 1937, houve um hiato, porque, com o Estado Novo, a Justiça Federal foi extinta. Somente em 1946, com a Constituição democrática, a Justiça Federal retorna, mas ela retorna parcialmente, com a criação do Tribunal Federal de Recursos. Até então não havia um tribunal, não havia os juízes de primeiro grau, que somente voltaram em 1966, com a Lei 5.010 instituindo a nova Justiça Federal – um segundo período da Justiça Federal –, e os seus primeiros juízes foram nomeados em 1967.

Cinco anos depois, em 1972, a Ajufe foi criada. Ou seja, a Justiça Federal hoje existente caminha *pari passu* com a Ajufe. E é importante registrar, além da eleição do primeiro Presidente, que foi o Jesus Costa Lima, também a primeira diretoria eleita, em que constaram, como seus dois Vice-Presidentes, dois Ministros do Supremo Tribunal Federal: o Ministro Aldir Passarinho e o Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, que foram diretores da primeira diretoria da Ajufe eleita.

Em 1988, nós tivemos a criação dos cinco Tribunais Regionais Federais e, com a expansão da Justiça Federal, a Ajufe também se expandiu. Hoje nós temos cerca de 2 mil filiados, espalhados pelo Brasil inteiro. São 28 diretores comandando uma Ajufe forte e combativa; uma Ajufe que sempre esteve presente na vida institucional do Brasil. Para isso, ela cumpre o seu papel.

Hoje se discute muito a respeito do teto remuneratório. A Ajufe foi uma das principais lutadoras pelo teto remuneratório moralizador, pelo qual nós continuamos lutando, e esta é a nossa posição. Se há abusos, o Conselho Nacional de Justiça, que foi o órgão encarregado de realizar o controle administrativo e financeiro do Judiciário, deve agir, porque para isso ele foi criado pela Emenda nº 45 da Constituição.

Nós, neste momento também, estamos lançando um livro, que os senhores podem perceber nas bancadas. Nós estamos lançando um livro em homenagem aos 45 anos da Ajufe. Esse livro tem distribuição gratuita e trata de questões relativas à Justiça Federal. São artigos doutrinários sobre a Justiça Federal, de inúmeros autores: o Ministro Reynaldo, aqui, é um dos autores; aqui temos vários que também escreveram. Então, é um motivo de muita honra para nós, também, neste momento lançarmos este livro.

A Ajufe defende o Judiciário e, defendendo o Judiciário, a Ajufe defende a independência dos juízes para julgar. Sem que os juízes tenham independência não é possível se fazer um Judiciário forte; não é possível que nós tenhamos um Judiciário garantidor dos direitos consagrados na Constituição.

Eu agradeço a presença de todos. Agradeço, mais uma vez, ao Sr. Presidente do Senado Federal por esta recepção, por esta homenagem que faz à Associação dos Juízes Federais, e desejo a todos um profícuo dia e uma profícua semana.



Que a Ajufe continue lutando pela defesa dos direitos dos seus associados e também colaborando com um Judiciário mais forte, com um Judiciário mais independente e com um Judiciário que atenda o que determina a Constituição Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra ao signatário do requerimento na Câmara dos Deputados para a realização desta sessão solene conjunta – sessão esta não do Senado, não da Câmara, mas do Congresso Nacional –, o Deputado Paes Landim.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Senador Eunício Oliveira, Presidente do Congresso Nacional; Ex^{mo} Sr. eminente Ministro Gilberto Martins, representando o Superior Tribunal de Justiça; eminente Ministro de dupla nacionalidade, piauiense e maranhense, Reynaldo Soares, também do STJ; colega e Senador Elmano Férrer, coautor desta iniciativa; meu caro Dr. Roberto Veloso, Presidente da Associação dos Juízes Federais, oradores que me antecederam, inclusive o Presidente, Eunício Oliveira, destacaram a importância da atuação da Associação dos Juízes Federais - AJUFE.

O eminente Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, com muita ênfase, também colocou a importância da associação como instrumento até de ligação entre a academia e o Poder Judiciário. E agora – além das palavras de Elmano Férrer –, o juiz Roberto Veloso destacou toda a importância da Ajufe no contexto da Justiça Federal brasileira, que teve vários Presidentes que o antecederam com muita grandeza. E aqui quero ressaltar a figura humana e singular do grande Juiz Tourinho Neto, ex-presidente do Tribunal Regional Federal, sediado em Brasília, bravo magistrado, que me faz lembrar muito de uma lição de Calamandrei, que eu gosto de citar, “*o juiz é o Direito em ação*”. O Juiz Tourinho Neto, em toda a sua magistratura, na Justiça Federal, mostrou esse espírito de concretização da Justiça com muita coragem e serenidade.

Senhores, os 45 anos da Associação da Justiça Federal coincide também com os 50 anos da sua recriação. Nós sabemos que ela nasceu com a República, já no governo provisório, com o Decreto que tem a assinatura do Ministério da Justiça. Campos Sales, no ano seguinte a Proclamação da República, o Decreto 848 de 11/10/1890, fundamentado no Decreto 510 de 22/6/1890, que estabeleceu o texto da Constituição Provisória da República. O interessante é que ela nasceu republicana por excelência, porque Campos Sales foi um dos poucos Deputados eleitos pelo Partido Republicano de São Paulo, em plena monarquia – Campos Sales e Prudente de Moraes. E tem em Rui Barbosa o seu grande arauto, posto que era um apaixonado, profundo conhecedor do Direito americano e inglês, mas, no contexto de um país republicano, nenhum modelo melhor naquele momento do que o modelo americano, até porque a Europa, no século XIX, era uma Europa sacudida por guerras, lutas internas.

A respeito, o eminente constitucionalista da New York University, Bernard Schwartz, transcreve a reflexão de um juiz da Suprema Corte americana, escrita em 1941, em plena Segunda Guerra Mundial: “*Disputas sobre o poder que na Europa exigem a convocação de regimento de tropas, na América exigem a convocação de regimentos de juristas*”(Jackson, “*A luta pela supremacia do Judiciário*”).

O modelo americano era adequado naquele momento para a nascente República brasileira, sobretudo, tendo a Federação como seu símbolo maior. Rui confiava muito em que a Federação se mantivesse graças à atuação da Justiça Federal, do Poder Judiciário. É importante assinalar que o



próprio Pinto Ferreira, marxista, socialista, criticou muito, em vários de seus livros, o chamado direito burguês, mas ele tem a grandeza de dizer no seu livro clássico “Da Constituição”, que

O regime constitucional americano nasceu com as características vivas pela perfeição do gênero. [...] O novo regime constitucional ianque nasceu dotado de “conteúdo mínimo que se exige no moderno Estado de Direito, a saber: as declarações dos direitos e a separação constitucional dos Poderes, esta última o verdadeiro fundamento das garantias constitucionais da liberdade”.

A Justiça Federal, portanto, nasceu com a República. Das suas decisões se recorria a quem? Ao Supremo Tribunal Federal, investido, na concepção de Rui e na concepção do direito americano, da chefia do Poder Judiciário do Brasil.

É claro que a Constituição de 1891, previu a criação de tribunais federais, mas eles nunca se concretizaram. Então, a Justiça Federal tinha como revisor das suas decisões, a própria Suprema Corte do País. E o mais importante, que vem também do direito americano, foi que se criou um juiz federal em cada Estado e no Distrito Federal.

Recordo-me que, há cerca de poucos anos, discuti com um eminente Ministro do Superior Tribunal de Justiça contrário à criação de varas federais nos municípios. Disse a ele que nos Estados Unidos, só há juízes federais, nas capitais dos Estados em razão da federação ser forte. As normas infraconstitucionais de cada Estado têm as suas particularidades, apesar do papel da União na política externa e na defesa dos Estados Unidos. No Brasil, é ao contrário: a União avançou avassaladoramente nas atribuições dos Estados; a legislação federal, cada vez mais, acentua-se e invade até a autonomia dos Municípios. É evidente que é preciso que haja Justiça Federal por todo este País, não só nas capitais dos Estados.

Aliás, quando da criação da Justiça Federal nos albores da República a União não tinha a competência processual de hoje.

O que engrandece a Justiça Federal do Brasil é a excelência dos seus magistrados, avaliados com rigor acadêmico e submetidas ao reestudo nas suas Escolas de Magistratura, de notória qualidade e seriedade.

A propósito, permita-me mais uma vez citar o saudoso Professor Bernard Schwartz que tive a honra de receber por duas vezes na Universidade de Brasília, quando chefiava a sua escola de Direito e por quem fui recebido na Nova York University na década de 80 do século passado.

Em seu conhecido livro “Direito Constitucional Americano”, de 1955, editado no Brasil pela Forense, em 1966, ele citou Haynes, ao dizer, “*que a qualidade da justiça depende mais da qualidade dos homens que aplicam a lei do que do conteúdo da lei que eles aplicam*”.

Nesse sentido, o Brasil pode se orgulhar do saber jurídico e da prática republicana dos seus juízes federais.

Por ocasião dos 200 anos da Constituição da Filadélfia, em 1987, foi publicada no Brasil a obra “A Ordem Constitucional Americana” (Forense), e nele o professor de Havard, Harvey Mansfield nos ensina que “*quando o Federalist se propõe a explicar e a defender os três ramos do poder, que de mandatários se espera muito mais que uma obstinada insistência na maneira de ser de cada um: virtude em congressistas (Federalist nº 55), caráter e moderação em Senadores (Federalist nº 62 e 63), energia no Presidente (Federalist n. 70), saberia o bom senso no Judiciário (Federalist, n.78).*”



Lamento que no ano passado, uma emenda de minha autoria, de Bancada, com o pagamento autorizado pela Presidência da República – o então eminente Presidente do STJ disse que, em atenção à crise fiscal no País, não iria aplicar a minha emenda – previa a construção de uma vara federal na Parnaíba, em homenagem ao grande Evandro Lins e Silva; uma em Picos, em homenagem ao bravo Coelho Rodrigues – um dos autores do Código Civil que antecedeu o trabalho de Clóvis Beviláqua –; e outra em Corrente, em homenagem ao também piauiense Marquês de Paranaguá, que no Senado do Império já defendia os predicados da magistratura. Ele foi uma figura importante do Segundo Reinado. Chegou a ser, inclusive, Presidente do Conselho de Ministros.

Então, vejam as características dessa Justiça Federal, muito bem representada pela Associação dos Juízes Federais do Brasil, aqui já tão bem analisada pelos oradores que me antecederam. Eu acho que a Associação dos Juízes Federais deve-se dedicar aos estudos dos paradigmas que levaram à criação da Justiça Federal no Brasil em seu modelo anterior, que é o modelo americano, modelo da Constituição suíça e do modelo argentino, também importante, posto que antecedeu o nosso modelo, até porque a República Argentina é mais longeva que a nossa.

É interessante considerar ainda, Sr. Presidente, que Rui Barbosa, o cérebro da Constituição fundadora da República, de 1891, dedicou um carinho todo especial à elaboração do capítulo do Poder Judiciário.

Pedro Calmon, meu saudoso ex-Reitor da antiga Universidade do Brasil, no prefácio magnífico do livro sobre a Constituição Federal de 1891, de Rui Barbosa, diz, com muita clarividência, que o capítulo do Poder Judiciário foi clarificado, ampliado – isso na Constituição de 1891, a Constituição que fundou a República – e posto nos seus definitivos termos por Rui Barbosa, orientado pela doutrina que tão bravamente defendeu o papel pacificador do Supremo Tribunal nas questões constitucionais, supremacia da Magna Carta, nos eventuais conflitos da lei e jurisprudências dos Estados com as suas disposições expressas ou o espírito que as animasse. E diz ainda o nosso Pedro Calmon, com muita luminosidade, que Rui confiava neste Judiciário unitivo e enérgico e o encarava com otimismo igualmente americano, de sua admiração pela Corte de Washington, “*inflexível, serena e venerada*”.

Esta é essencialmente a tônica que assegura a estabilidade de mais de 200 anos dos Estados Unidos da América: exatamente é a sua Constituição, é a sua veneranda Corte Suprema, que simbolizam toda a estabilidade democrática da nação mais livre do mundo moderno.

Sr. Presidente, a Justiça Federal tem um papel importante em nossa sociedade. Ela foi extinta – entre aspas –, maneira vulgar de falar, mas é essa a expressão, na Carta de 1937. Por quê? Porque, se o Estado passou a ser autoritário, se o Estado passou a ser centralizador, por que a Justiça Federal? Até porque os Estados-membros da Federação brasileira se queixavam, antes de 1930, permanentemente da autonomia da justiça federal, que queria delimitar os abusos das oligarquias estaduais.

Getúlio, então, na Constituição de 1937, a Polaca, retirou-lhes o poder, a sua existência. Infelizmente a Constituição de 1946.

(Soa a campanha.)

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB - PI) – ... uma Constituição também redigida por liberais que honram a trajetória histórica do liberalismo no Brasil não a restabeleceu. Foi restabelecido, ironia do destino, exatamente no Governo do Marechal Castelo Branco, no Ato



Institucional nº 2, de outubro de 1965, foi um momento traumático das instituições democráticas brasileiras, mas que teve esse condão de restabelecer a criação da Justiça Federal, que se instalou em 1967. É, portanto, a Justiça mais republicana, repito, do nosso País.

E eu acho que o papel da Ajufe é exatamente fazer pesquisas constantes sobre as suas origens no Brasil, nos Estados Unidos, elaborar estudos acadêmicos da sua importância. Aliás, a própria Ajufe, em sua revista, hoje instituída, traz um artigo muito importante que foi republicada...

(Soa a campainha.)

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB - PI) – ... na revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, dirigida pelo eminente Desembargador Souza Prudente, exatamente sobre os 50 anos da recriação da Justiça Federal.

Só para concluir, Sr. Presidente, vou apenas ler aqui um trecho da justificativa do líder republicano, Campos Sales na sua criação, primeiro provisória, depois incorporada em definitivo na Constituição de 1891. Diz ele: "A magistratura, que agora se instala no País graças ao regime republicano, não é um instrumento cego ou mero intérprete na execução dos atos do Poder Legislativo. Antes de aplicar a lei, cabe-lhe o direito de exame, podendo dar-lhe ou recusar-lhe sanção se ela lhe parecer conforme [ou contrária] à lei [...] [maior do País]."

Esse é o papel da Justiça Federal do passado, do presente e do futuro, uma grande instituição de consolidação dos valores republicanos de uma sociedade livre e democrática. Muito obrigado. *(Palmas.)*

(Durante o discurso do Sr. Paes Landim, o Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)

(Durante o discurso do Sr. Paes Landim, o Sr. Elmano Férrer deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu registro com prazer – e peço desculpas às várias associações que estão aqui por não tê-las convidado à Mesa, tendo em vista que a nossa mesa é pequena para a quantidade de associações importantes que estão a nos visitar no dia de hoje – as seguintes presenças: do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, Sr. Gilberto Valente Martins; do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Gussem; da Presidente do Colégio Nacional de Ouvidores do Ministério Público, Srª Rose Meire Cyrillo; do Presidente da Associação dos Juízes Federais da 1ª Região, Sr. Leonardo Tocchetto Pauperio; do Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União, Sr. Edmundo Franca de Oliveira; do Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Pará, Sr. Manoel Victor Sereni Murrieta; do Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, no período de 2010 a 2012, Sr. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy.

Convido para fazer uso da palavra, pela ordem de inscrição, representando a Liderança do PR, o Senador Wellington Fagundes.

Tem a palavra V. Exª.

Como tenho um compromisso com o Presidente da República em exercício, eu gostaria de pedir vênua ao Senador Wellington Fagundes e aos demais presentes e convidar o Senador Elmano Férrer, que é um dos autores desta sessão solene, para presidir os trabalhos. Peço desculpas a todos, desejo a



todos um bom dia e parabenizo a todos, mas um outro compromisso me chama. Há uma praxe, inclusive, de se convidar o autor da solenidade.

Portanto, o Senador Wellington tem a palavra, e o Senador Elmano presidirá os trabalhos a partir deste momento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu aproveito para cumprimentá-lo, Presidente Eunício, Presidente desta Casa. Agora, assume o nosso companheiro Elmano. Então, para mim, é uma dupla felicidade estar aqui fazendo a minha oração sob essas duas presidências.

Quero cumprimentar também o meu companheiro, Deputado Paes Landim, com quem estivemos na Câmara por muitos e muitos anos, uma pessoa também extremamente competente e aplicada.

Quero cumprimentar, em nome do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Dias Toffoli; cumprimentar o Ministro Humberto Martins, representando aqui o Superior Tribunal de Justiça; também o Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; e ainda cumprimentar o meu companheiro de luta e de muitas reuniões, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), o Dr. Roberto Veloso, em nome de quem cumprimento todos os juízes, enfim, todos os trabalhadores da Justiça Federal do nosso Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero dizer que sinto-me absolutamente honrado de participar desta solenidade do Congresso Nacional em que comemoramos 45 anos da Ajufe, sobretudo porque a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) tem cumprido, ao longo de sua história, um papel fundamental na defesa do fortalecimento do Poder Judiciário no Brasil. E, quando temos um Judiciário forte, temos mais celeridade nas decisões e nas demandas dos cidadãos. São requisitos essenciais para uma sociedade mais justa e democrática e que necessita de poderes realmente republicanos.

Para isso, senhoras e senhores, quero dizer que comungo firmemente do ideal de uma Justiça independente, até porque, como pregou Alexander Hamilton, um dos pais da Constituição norte-americana, "a liberdade nada tem a temer de um Judiciário independente".

Sr. Presidente, sou testemunha da luta da Ajufe. No meu último mandato como Deputado Federal, tive a grata satisfação de presidir a Frente Parlamentar Mista para o Aperfeiçoamento da Justiça Brasileira, ocasião em que promovemos vários debates. Cito aqui, como exemplo, o seminário destinado a tratar das iniciativas premiadas pelo Instituto Inovare, em que se debateram as práticas eficientes para a solução de problemas do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública, com a presença de renomados juristas.

Quero lembrar hoje, aqui, que inclusive, como Presidente dessa Frente, tivemos o primeiro mutirão da Justiça Federal na minha cidade, Senador Elmano, a cidade de Rondonópolis, no Estado Mato Grosso. Exatamente o primeiro mutirão da Justiça Federal foi na área da Previdência Social. E, lá, centenas de pessoas da região toda foram para aquele mutirão. E eu me lembro bem de que um juiz, emocionado, dava a sentença dando o direito a um cidadão de 76 anos de idade, um trabalhador rural, que ainda não tinha conseguido a sua aposentadoria porque não tinha acesso à Justiça.

E aí eu quero cumprimentar todos aqueles que também trabalham na Justiça Federal de Mato Grosso, em nome do atual Diretor do Fórum de Mato Grosso, Jean Marcos Ferreira. Mas também



quero falar do Dr. Paulo César Alves Sodré, ele que é nascido também filho de um garimpeiro ali da região, uma cidade vizinha, aliás de uma localidade ao canto e lado, uma localidade no Município de Guiratinga, cuja maioria dos nordestinos que para lá foram, como o meu pai, foram da Bahia para lá a pé para acreditar e formar a sua família. Por isso eu falo aqui do Dr. Paulo César, porque é um juiz – da mesma forma como a gente percebeu aqui da fala do nosso Presidente –, uma pessoa humilde, competente, trabalhadora, séria e que honra sem dúvida nenhuma muito a Justiça Federal no Brasil.

E nessa luta, na Frente Parlamentar, quero dizer que conseguimos avançar no debate também sobre as tão sonhadas eleições diretas do Judiciário, o que resultou numa propositura da Proposta de Emenda à Constituição 187-A, de 2012, de que sou autor, mas, claro, demandada exatamente por todas essas reuniões que fizemos. Lembro-me, senhoras e senhores, de que essa medida prevê eleições diretas para as direções dos tribunais de segundo grau. A PEC encontra-se aguardando aprovação em plenário na Câmara dos Deputados, já com pedidos de pauta para ser colocada em ordem.

Quero aqui parabenizar também o meu colega Senador Elmano Férrer pela iniciativa de solicitar esta sessão especial para a comemoração desta data. Da mesma forma, estendo os meus cumprimentos ao Deputado Paes Landim e a tantos outros Parlamentares que, como eu, creem que um Judiciário forte é composto por juízes valorizados e preparados, que, verdadeiramente, entendam que, dessa forma, com condições efetivamente de trabalho, estarão preservadas as garantias, coletivas ou individuais, inerentes a uma sociedade organizada.

Quando eu digo "com condições" é porque, como Parlamentar, tive a oportunidade também de discutir muitas vezes com os Presidentes do Fórum de Mato Grosso. O nosso Estado é um Estado de 900 mil Km², e tem uma população de apenas 3,5 milhões de habitantes. Então imaginem os senhores para a Justiça Federal fazer a justiça? Para poder atender o cidadão que está lá a mais de mil quilômetros da capital? Para poder fazer o atendimento? Só com, exatamente, os mutirões que lá são feitos, com as inovações, é que conseguimos.

E, como Parlamentar, fiz questão, todos os anos, de colocar recurso no Orçamento da União, exatamente para construir não só a sede, mas a presença da Justiça Federal no interior de Mato Grosso, em várias cidades.

Por isso quero dizer que a Ajufe fez e faz por merecer. Afinal é uma entidade que não se afasta dos seus ideais na luta pelo aperfeiçoamento do Estado democrático de direito e pela plena e estrita observância dos direitos humanos.

Trata-se de uma entidade que age na defesa dos interesses da categoria junto a quaisquer órgãos ou entidades públicas ou privadas e que se dedica, com permanência, aos estudos e debates de questões institucionais e de interesse funcional dos magistrados. Portanto faz por merecer.

Por último — mas não em último —, na condição de Senador da República por Mato Grosso, aproveito esta solenidade especial para reafirmar meu compromisso com os ideais democráticos aqui bem ditos: por uma Justiça forte, célere e independente.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

(Durante o discurso do Sr. Wellington Fagundes, o Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)



O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras do nobre Senador Wellington Fagundes.

Pela ordem de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Hélio José, do PMDB do Distrito Federal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar S. Ex^a o Senador Elmano Férrer; também o nosso Presidente do Senado... (*Fora do microfone.*) que, há pouco, estava aqui conosco, Eunício Oliveira; e o nosso Senador que me antecedeu aqui, Wellington Fagundes.

Quero cumprimentar a nossa Mesa.

Cumprimento o nosso nobre Deputado, que também falou há uns instantes, aqui, o nosso Landim, lá do Piauí. Parabéns, meu querido Deputado Paes Landim!

Cumprimento também o Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Sr. Ministro Humberto Martins, representante da Presidência do Superior Tribunal de Justiça, pelo trabalho que vem sendo feito ali no STJ; o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Sr. Reynaldo Soares da Fonseca, que está aqui, ao meu lado. Meus cumprimentos.

Cumprimento o nosso querido Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Roberto Veloso – esse sim estava aqui, ao meu lado, há instantes.

Não posso deixar de cumprimentar nossos representantes de Brasília, o Presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (Amagis-DF), Juiz Fábio Francisco Esteves. Está aí, Fábio? Meus cumprimentos.

Cumprimento também o Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal (AMPDFT), Sr. Elísio Teixeira Lima Neto.

Em nome de vocês, quero cumprimentar todos os representantes dos juízes e dos Ministérios Públicos estaduais aqui presentes, conosco.

Quero cumprimentar também o nosso representante do Comando da Marinha, Sr. José Paulo Machado de Azevedo Júnior; o nosso querido representante do Comando da Aeronáutica, o Sr. Avelar Konrad; e o Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), no período de 2012 e 2014, Sr. Desembargador Federal Nino Oliveira Toldo. Em nome dele, cumprimento todos os ex-Presidentes da Ajufe.

Cumprimento também o Embaixador da República Árabe da Síria, Sr. Mohamad Khafif; também o Embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia, Sr. José Kinn Franco; o Presidente do Tribunal Regional Federal da 2^a Região (TRF 2), que envolve o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, o Sr. Desembargador Federal André Ricardo Cruz Fontes; a Presidente do TRF 3, que envolve São Paulo e Mato Grosso, Sr^a Desembargadora Federal Cecília Marcondes; o Presidente do TRF 5, o Sr. Desembargador Federal Manuel Rehardt – o TRF 5 envolve o Ceará, o Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Está faltando aqui o nosso TRF 1, que é do Distrito Federal, e que, por algum motivo, não pôde estar aqui presente. Mas é muito importante a presença dos TRFs.

Concluindo os cumprimentos, queria cumprimentar também o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Sr. Jayme Martins de Oliveira Neto; o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Sr. Guilherme Guimarães Feliciano; a Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Sr^a Norma



Angélica Reis Cardoso Cavalcanti; o Presidente Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Sr. José Robalinho Cavalcanti – hoje com muito mais responsabilidade, quando assume a nossa primeira mulher PGR no Brasil, nossa querida Raquel Dodge. Nós sabemos o trabalho do Sr. José Robalinho no sentido de fazer uma consulta pública a todos os subprocuradores e a todos os procuradores do Brasil. Então, meus cumprimentos a ele.

Também queria cumprimentar o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sr. Angelo Fabiano Farias da Costa, e o Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Sr. Clauro Roberto de Bortolli. Dessa forma, eu cumprimento todos, e de forma extensivo, é claro, aos estaduais, aqueles a que eu já tinha me referido.

Quero, meu nobre Senador Elmano Férrer, mais uma vez cumprimentando V. Ex^a e o nosso Deputado Paes Landim, dizer também aos cidadãos que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Congresso Nacional que a manutenção e o aperfeiçoamento do Estado democrático de direito são as maiores bandeiras da nobre entidade que ora homenageamos.

A Associação dos Juízes Federais (Ajufe) comemora hoje o transcurso de 45 anos desde a sua criação, no ano de 1972. Desde então, a organização tem crescido em importância e aprimorado a sua atuação na defesa da Justiça. Hoje a Ajufe reúne mais de 1.600 associados, incluindo ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Parece que o nosso Dias Toffoli está aqui? Ah! Já saiu! Então, cumprimento também o nosso Ministro Dias Toffoli, que esteve aqui conosco.

A Ajufe tem, portanto, consolidado seu lugar no rol das mais prestigiosas instituições do País. A história da Ajufe percorre os principais capítulos da história da nossa Nação. Desde o ano de 1972, a entidade foi liderada por 17 presidentes – que honra! Vários estão aqui hoje aqui presentes –, todos eles comprometidos com a defesa dos magistrados. Trata-se de uma categoria que tanto contribuiu e ainda contribui para a nossa luta em favor da justiça social.

Impossível, nobre Elmano Férrer, listar aqui de forma exaustiva as conquistas da associação que se refletiram em toda a população brasileira. Listo apenas algumas em razão do pouco tempo de que disponho. Entre elas está a participação ativa e aguerrida na Assembleia Nacional Constituinte que deu origem à nossa Constituição Cidadã.

Data também desse período a criação do Superior Tribunal de Justiça, o STJ, e dos tribunais regionais federais nas cinco regiões geográficas do País, os novos órgãos de segunda instância da Justiça Federal.

A Ajufe, além disso, foi uma grande colaboradora durante a tramitação da reforma do Judiciário. Defendeu a manutenção das três prerrogativas essenciais à magistratura: a vitaliciedade, a inamovibilidade do cargo e a irredutibilidade dos vencimentos, todas elas criadas com o fito de garantir a isonomia e a neutralidade aos juízes.

Também foi pioneira na apresentação de um projeto de lei à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. A proposta, que estabelece normas para a informatização do processo judicial, foi aprovada e transformada em lei – e quanto isso tem ajudado a vida das pessoas! Então, parabéns por esse feito!

Cito aqui, igualmente, a importante atuação da Ajufe em causas como o fim do trabalho escravo, a democratização do acesso à Justiça e a qualificação do serviço prestado à população pelo Poder Judiciário. São bandeiras que tocam todos aqueles que acreditam em um país com equidade.



Encerro essa curta manifestação, agradecendo à Associação dos Juízes Federais pela vigorosa atuação nesses 45 anos em favor da Justiça brasileira.

Eu mesmo, Relator da CPI da Previdência que sou, ouvi vários juízes da Anamatra, da Ajufe e outros juízes. Isso foi importante para contribuir conosco, para nós podermos destrinchar a caixa-preta da previdência e demonstrar que dados que estão sendo colocados sem a devida aprovação do Conselho Nacional da Previdência Social não correspondem à verdade.

Estão somando contas que não podem ser somadas, pela Constituição brasileira, para forçar um déficit inexistente na Seguridade Social brasileira e, mais uma vez, nos prejudicar, servidores públicos – eu também sou servidor público concursado –, que dedicamos a nossa vida ao serviço público brasileiro, seja no Judiciário, seja no Executivo – igual a mim, que sou do Executivo, concursado –, seja na área Legislativa – hoje estou aqui sendo Senador da República, titular de mandato, por esses últimos quatro anos até dia 2 de fevereiro de 2019 –, com a tentativa de colocar o servidor público como bode expiatório.

Nós, servidores públicos, não podemos admitir essa questão.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu vou apresentar o relatório da CPI da Previdência, como Relator dessa CPI, até a primeira quinzena de outubro. Espero que todo o Judiciário brasileiro – presentes aqui os nossos juízes federais, que têm importância para a questão – faça valer a verdade neste País. Não podem chegar iluminados, tirar da cabeça ou da cartola soma fictícia de contas para tentar forçar um déficit da previdência e tentar enganar a população brasileira para prejudicar e privatizar nossa previdência.

Então, nós não podemos admitir esse tipo de situação. Se depender de mim, servidor público, Senador da República, Relator da CPI da Previdência, esses fatos serão devidamente colocados. E aí cabe ao Judiciário e ao Ministério Público tomar as providências necessárias depois dessa CPI da Previdência, que a gente encerra no dia 6 de outubro.

Eu ouvi várias pessoas do Judiciário. Estamos preparando nosso relatório, considerando essas informações importantes que vocês...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – A importância do trabalho desempenhado pelos seus associados e pelos seus dirigentes reflete de forma direta na proteção aos direitos humanos e às garantias fundamentais do povo brasileiro.

Parabéns, Ajufe. Parabéns a todo o Judiciário, a todo o Ministério Público. E vamos estar na luta, defendendo o direito do povo brasileiro e da Nação brasileira.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras do nobre Senador Hélio José.

Como último orador inscrito, concedo a palavra ao nobre Senador Telmário Mota, do PTB de Roraima, que vai falar pela Liderança do Partido.



O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco/PTB - RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como sempre os últimos são os primeiros. Eu sou da Região Norte, e o Estado de Roraima é o primeiro das Américas, contando de lá para cá.

Quero aqui, Sr. Presidente Elmano Férrer, velhinho trabalhador do Piauí, saudar e parabenizar V. Ex^a por essa iniciativa tão importante deste momento, de fazer essa solenidade, essa sessão de solenidade em homenagem a uma associação que já inverte por 45 anos.

Quero também aproveitar e saudar também aqui, representando a Presidência do Superior Tribunal de Justiça, Sr. Ministro Humberto Martins; o Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Reynaldo Soares da Fonseca; também o Presidente da Ajufe, Sr. Roberto Veloso; o nosso companheiro, Senador Hélio José, que acabou de descer desta tribuna; e o Senador Wellington Fagundes.

Sr. Presidente, eu aqui já estava assistindo a subirem a esta tribuna vários oradores, inclusive o Presidente da Associação, que, sem nenhuma dúvida, já declinou aqui a grande importância da Associação para o fortalecimento do Judiciário, especialmente dos juizes federais, que são hoje, sem nenhuma dúvida, uma grande referência no nosso País.

Eu estava vendo aqui, rapidamente, que, apesar desses 45 anos, dessa grande luta, nós temos hoje 1.796 juizes federais; cargos existentes, 2.416; e temos aí uma vacância de 620 cargos a serem preenchidos. Naturalmente, essa lacuna, essa falta... Completar os cargos de juizes é muito importante para o País.

Mas eu queria aqui aproveitar a presença desses magistrados no sentido de citar que eu estive recentemente no meu Estado e estava, Sr. Presidente, num programa de rádio. Lá o cidadão me ligou e disse assim: "Senador Telmário, olha, nós estamos desencantados com a política. A política virou realmente, no País, um total desencanto. É muita sujeira, é muita coisa ruim, e este País não tem mais jeito. Você acha que tem jeito? E a Justiça não bota esses políticos corruptos na cadeia. Por que não bota?"

Eu falei: "Olha, eu até entendo esse seu desencanto; eu até entendo essa sua desilusão. Mas vamos embora por aqui..." E uma hora ele disse: "Não! Nós precisamos da ditadura. Isso tem que acabar." Eu falei: "Olha, eu queria ir por este caminho, veja você. Se hoje toda essa sujeira que passa, que está sendo tirada de debaixo desse tapete, está vindo à tona, nós devemos, ao meu ver, a três coisas. Primeiro, à democracia, que, dos piores, é o melhor sistema; permite esse trabalho, um trabalho público, um trabalho externo, um trabalho de conhecimento geral. Segundo, deixe-me falar uma coisa. Sobre as nossas instituições, apesar de haver esse desencanto com elas, há instituições extremamente fortalecidas. Tempos atrás ninguém ouvia falar na PGR; hoje, tem uma grande importância, a tirar pela posse da nossa Procuradora-Geral."

Então, eu dizia para eles que o Ministério Público, a Procuradoria e os juizes de um modo geral têm, sem nenhuma dúvida, um compromisso com a Nação brasileira, um sentimento de brasilidade, de cidadania e, sobretudo, de honestidade. Estão ocupando esses cargos tão importantes não por nomeações, indicações, mas sobretudo pelos seus méritos, pelas suas capacidades. E é nesse sentido e nesse espírito que o Judiciário se fortaleceu, ao ponto de hoje angariar a grande confiança da população brasileira.



E são exatamente estes senhores – juízes, promotores, procuradores, defensores – que hoje conseguem trazer uma luz de esperança ao nosso País, a título de que as instituições funcionem fora daquilo, num sistema que seja cabível e compreensivo.

Com esses métodos não republicanos nós não podemos conviver. Então, eu acho que o Judiciário – e falei para essa ouvinte – está fazendo o papel dele; os juízes estão fazendo; os promotores; os procuradores; todo mundo fazendo o seu papel. Agora, cabe à sociedade contribuir e fazer a sua limpeza ética. Isso é possível já bem aí, no amanhã, nas próximas eleições, porque esperar tudo do Judiciário... Eu falei para ela: "Há o trâmite, há as coisas, um processo, há as suas burocracias." Agora, esperar que o Judiciário sozinho, Senador Elmano, faça essa limpeza? A sociedade brasileira tem de ter essa consciência. Não adianta espernear, não adianta apedrejar, não adianta criticar se, na hora de digitar na sua votação, você exatamente não olhou o passado da pessoa e não observou se ela está ou não apta a representá-la, principalmente nesta Casa.

Eu sempre digo que não é a política que faz a pessoa virar corrupta, mas é votando no corrupto que você coloca na política. Então, eu fiz essa colocação no meu Estado, porque o meu Estado é vítima, há muito tempo, assim como o Brasil é, dessa política que realmente macula; dessa política que destrói; dessa política que corrói; dessa política que corrompe; dessa política que tira o sonho e a esperança do nosso povo e da nossa gente.

Então, eu queria aproveitar, Senador Elmano, esta oportunidade que V. Ex^a faz nesta sessão solene e aqui, em nome de todos os magistrados, as autoridades presentes, saudar todo o Judiciário brasileiro, de um modo geral, em todas as suas instâncias, e dizer que é nessa caminhada, nessa firmeza, nessa determinação, com esse amor ao País, que nós vamos ter, sem nenhuma dúvida, a curto prazo, um Brasil muito melhor, um Brasil em que a gente se orgulhe dele; um Brasil em que a gente possa voltar a acreditar; um Brasil em que a gente possa voltar a sonhar; um Brasil em que a gente tenha a coragem de vestir a cor das nossas bandeiras e dizer: "Eu sou brasileiro. Eu amo o meu País. O meu País é composto por pessoas do bem, por pessoas honestas, por pessoas dignas, por pessoas que façam a coisa pública ser devolvida na sua integridade, com honestidade, à sua população."

Então, eu quero aqui concluir a minha fala, parabenizando todos os magistrados que estão aqui neste plenário e todos aqueles que estão nos seus gabinetes fazendo a Justiça do sonho do povo brasileiro.

O meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras do nobre Senador Telmário Mota.

Não havendo mais nenhum orador inscrito, a Presidência do Senado agradece as autoridades e todos aqueles que nos honraram com suas presenças.

Está encerrada a presente Sessão Solene em comemoração aos 45 anos da Associação dos Juízes Federais do Brasil.

Muito obrigado pela presença de todos. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 19 minutos.*)

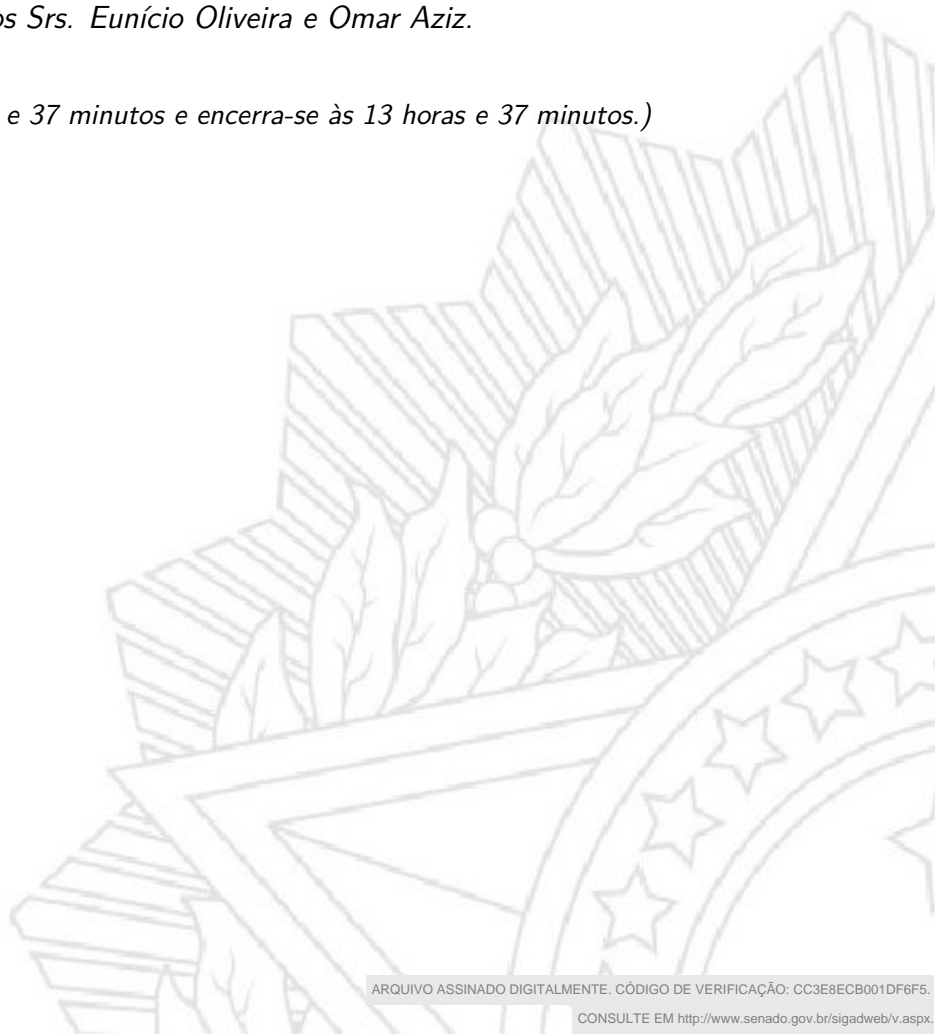


Ata da 15ª Sessão, Solene,
em 19 de Setembro de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eunício Oliveira e Omar Aziz.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 37 minutos e encerra-se às 13 horas e 37 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar os 45 anos de fundação da Rede Amazônica.

Esclareço que esta é uma sessão do Congresso Nacional — não somente do Senado Federal, nem somente da Câmara dos Deputados —, de autoria do Senador Omar Aziz e do Deputado Pauderney Avelino.

Convido para compor a Mesa o requerente desta sessão no Senado Federal, Senador Omar Aziz, e na Câmara dos Deputados, Deputado Pauderney Avelino; o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab; o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL, Juarez Quadros, que também já foi Ministro das Comunicações; o Presidente da Rede Amazônica, Phelippe Daou Júnior; o Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT, Luis Roberto Antonik.

Composta a Mesa, convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional, ao som de vídeo produzido pela Rede Amazônica.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Ao declarar aberta a sessão solene conjunta do Congresso Nacional para a comemoração dos 45 anos de fundação da Rede Amazônica, eu gostaria de dizer que o Brasil, por se constituir um país de dimensões continentais, sempre se familiarizou com histórias de pioneiros a desbravar caminhos que outros não acreditavam possíveis ou imagináveis.

Coragem, determinação, imaginação, ousadia e experimentação visionária são predicados que a eles se associam, todos presentes nos fundadores da Rede Amazônica, Dr. Phelippe Daou, Milton de Magalhães Cordeiro e Joaquim Margarido, a quem deixamos nossa homenagem póstuma nesta sessão solene.

Quando a Rede se constituiu, nos idos da década de 70, é preciso lembrar que os conteúdos de mídia produzidos sobre a Amazônia eram quase todos externos. A percepção dos problemas amazônicos era sempre filtrada pela visão dos que habitavam fora dela.

Com a criação da Rede Amazônica, a realidade e o cotidiano daqueles brasileiros romperam as fronteiras da floresta. O desenvolvimento das tecnologias da informação propiciou que a Rede realizasse o seu maior projeto: fazer com que os lugares mais inalcançáveis da Amazônia pudessem mostrar a sua visão dos fatos ou, até melhor, publicassem os seus próprios fatos.

Qual é, senhoras e senhores, o maior significado dessa grande obra da Rede Amazônica? Eu mesmo respondo com absoluta segurança: o fortalecimento da cidadania dos povos amazônicos.

Por isso, eu quero aproveitar este momento em que presido esta solenidade para destacar dois importantes Parlamentares, os signatários do requerimento para que esta sessão pudesse se realizar, um representando a Câmara dos Deputados, Deputado Pauderney Avelino, e o outro representando o Senado Federal, nosso companheiro, Senador Omar Aziz. Faço isso sem demérito aos demais que, na sequência, com certeza, falarão para exaltar o feito dessa importante rede de comunicação que ajuda o Brasil a se desenvolver e a se informar.



Quero parabenizar os Parlamentares das bancadas dos Estados da Amazônia pela realização desta sessão solene conjunta do Congresso Nacional para a comemoração dos 45 anos de fundação da Rede Amazônica.

Quero pedir perdão aos autores do requerimento e aos Parlamentares da Amazônia por não ficar aqui até o final, porque tenho que ir agora para posse no Conselho Nacional de Justiça — CNJ.

Passo a palavra ao primeiro signatário, Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Democracia Progressista/PSD-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, inicialmente quero agradecer a deferência de V.Exa. em presidir esta solenidade.

Quero cumprimentar o Deputado Pauderney Avelino, que juntamente comigo assinou o requerimento, cumprimento extensível a todos os Deputados Federais e Senadores dos cinco Estados alcançados pela Rede Amazônica — Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima. Não foi um requerimento específico do Senador Omar Aziz ou do Deputado Pauderney Avelino. Tenho certeza de que todos os demais Parlamentares dessa região se sentiriam muito felizes em assinar o pedido de realização desta solenidade.

Quero felicitar especialmente Phelippe Daou Júnior e estender essas felicitações a todos os funcionários da Rede Amazônica, que são muitos. Com a ajuda deles se construiu, talvez, no Brasil a maior rede de integração nacional, que é na Amazônia.

Preparei umas palavras para permitir a quem está aqui neste momento conhecer um pouco da história da Rede Amazônica.

É com imensa satisfação que hoje me dirijo aos senhores e às senhoras para celebrar a história de uma ilustre aniversariante.

Requerei esta sessão solene conjunta do Congresso Nacional em conjunto com o Deputado Pauderney Avelino. É com grande alegria que estendemos isso a todos os demais Parlamentares da nossa região.

Tudo começou quando a maior floresta tropical do mundo viu nascer em duas salas modestas na Av. Eduardo Ribeiro, em Manaus, a Amazonas Publicidade Ltda. O ano era 1968. Os responsáveis pela arrojada empresa foram os destemidos Phelippe Daou, Milton Magalhães Cordeiro e Joaquim Margarido, com os quais tive o privilégio de compartilhar relação de amizade. Eu tive a oportunidade de conhecê-los e de com eles conviver por muitos e muitos anos.

A pequena agência seria o início do maior conglomerado de comunicação da Região Norte do Brasil, a Rede Amazônica. Motivados pelo ideal de agregar a Amazônia por meio da informação, em 1969 os três amigos criaram a *Rádio TV do Amazonas LTDA*. Foram disputar o direito de exploração de uma emissora de televisão e ganharam.

A primeira transmissão de notícias em cores no Brasil acontecia em 1º de setembro de 1972, pelo canal 5. Era o começo da trajetória de uma empresa que cresceu e se multiplicou orgulhosamente pela Região Norte do País — Acre, Amapá, Rondônia e Roraima —, contando histórias, informando e entretenendo as pessoas.

No início, era uma rede independente, veiculando programas da *TV Record*, da *TV Cultura*, além de filmes e seriados de grandes distribuidoras internacionais, como Fox, Columbia. Depois, foi afiliada à *TV Bandeirantes*, entre 1975 e 1982. Nessa época, a televisão se fazia com fitas de videocassete que chegavam à emissora por via terrestre, aérea ou aquática.



A floresta, que tantas vezes foi tema de reportagens e novelas, tinha que ser vencida por meio das pouquíssimas e precárias estradas, pelo rio ou por aviões que sobrevoavam as copas das majestosas e centenárias árvores amazônicas.

Já na era dos satélites, as emissoras da Rede passaram, em 1986, a retransmitir, de forma unificada, a programação da *Rede Globo*. Três anos depois, seria a vez da primeira transmissão ao vivo, desde Manaus, para o programa do Faustão.

O *Amazon Site* vem em 1988 para distribuir conteúdo regional a todos os locais servidos pela Rede, além de outros 50 Municípios da Amazônia Legal, através de alguns canais de televisão por assinatura ou por webrádios.

A Rede Amazônica é hoje a grande divulgadora da riqueza cultural dos povos da região a que serve. É a voz que fala para os amazonenses das coisas que lhes interessam: floresta, problemas cotidianos, grandes e pequenas cidades ribeirinhas. E fala com sotaque, com as expressões e os trejeitos que todos por lá entendem perfeitamente, seja de Parintins ou de Ariquemes, seja de Cruzeiro do Sul ou de Roraima. São cinco emissoras próprias, oito minigeradoras e mais de 200 retransmissoras que fazem a informação e o entretenimento chegar a quase todos os cantos da Amazônia.

Seu caráter regional e familiar às populações da Região Norte não significa que a Rede esteja desconectada do resto do mundo. A devoção ao jornalismo sério, múltiplo e aberto induziu o estabelecimento de uma frutífera parceria com a Rede Internacional CNN, além da abertura de uma sucursal em Brasília para levar aos nortistas as informações a respeito do que anda acontecendo no Congresso Nacional e no Centro-Oeste brasileiro.

Para além das telecomunicações propriamente ditas, a Rede conta com empresas que atuam em diversas outras áreas, como indústria química e produção de energia solar e até na formação de novos profissionais para rádio e TV. A área de capacitação e cursos é responsabilidade da Fundação Rede Amazônica, que administra ainda o Museu da Rede e a *Radiodifusão*, uma webrádio que presta suporte aos cursos oferecidos pela fundação.

Os saudosos fundadores da Rede Amazônica talvez nem tenham podido avaliar naquela época, nos conturbados anos 70, o quão importante a empresa se tornaria para a população que atende como produtora de conteúdo regional e divulgadora das notícias locais para todo o Brasil e para o mundo.

Ao longo desses 45 anos, a Rede Amazônica foi o principal veículo de importante cobertura jornalística. O assassinato de Chico Mendes, os sangrentos conflitos nas recentes demarcadas terras indígenas Raposa Serra do Sol, as grandes cheias e as grandes secas do Rio Amazonas e a desativação da histórica Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foram divulgadas graças ao trabalho dedicado da equipe de jornalistas e repórteres da Rede Amazônica de Televisão.

Dos videocassetes ao sinal analógico e hoje pela TV digital, dos pesados aparelhos com tubo de imagens a *smart TVs*, computadores e *tablets*, o dia a dia dos povos ribeirinhos e os grandes acontecimentos da Região Norte viraram notícia ano após ano pela transmissão da Rede. Por meio da televisão, do rádio e da Internet, encurta as continentais distâncias que separam as diversas comunidades da floresta, uma das outras e elas do resto do País.

É tarefa árdua, demanda gente, máquinas, infraestrutura. É tarefa que não para nem de dia nem de noite na *TV Itacoatiara*, na *TV Cacoal*, na *TV Guajaramirim*, na *Rádio Princesa do Solimões*, de Manacapuru, e na *CBN Amazônia*, entre outros veículos de comunicação. Mais do que uma divulgadora das coisas do Norte, a Rede Amazônica é testemunha da história recente da



região, é arquivo de eventos culturais, políticos e sociais, acompanha ela própria, como espectadora, o desenrolar da vida numa floresta única e fundamental para o equilíbrio ecológico do nosso planeta.

Por esse quase meio século de existência e de prestação de valiosos serviços às comunidades do Norte e de todo o Brasil, quero dar os meus parabéns a todos os profissionais da Rede Amazônica que desenvolvem um trabalho de comprovada qualidade, com zelo e dedicação, demonstrando seu compromisso com o crescimento da nossa região e o futuro de nossa gente.

Que venham muitos aniversários nessa história de sucesso e realização! Esse é o meu desejo e tenho certeza de que é o desejo de todos os Parlamentares da Região Norte e de todos os servidores desta Casa que prestigiam este evento.

Quero me dirigir a você, Phelippe. Sei do legado que seu pai deixou e da importância que você tem para que seja dada continuidade ao legado e que ele possa prosperar ainda mais. Sabemos a importância que tem a Rede Amazônica para a nossa região e para o nosso Estado.

Quero, em meu nome e em nome dos Parlamentares que estão aqui, cumprimentar você, Phelippe, e sua irmã, Cláudia, uma grande amiga. Que Deus abençoe vocês e que vocês tenham sucesso nos próximos 50 anos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Convido o Senador Omar Aziz, autor do requerimento no Senado, para que presida os trabalhos, uma vez que tenho de me deslocar — peço permissão e desculpas aos companheiros da Mesa, ao Ministro Kassab, ao Presidente da ANATEL e a todos os senhores e as senhoras —, para participar de uma posse no CNJ, marcada para as 12 horas.

Concedo a palavra ao outro signatário do requerimento para realização desta sessão na Câmara dos Deputados, o Deputado Pauderney Avelino.

V.Exa. dispõe de até 20 minutos.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Agradeço a V.Exa.

Cumprimento o Exmo. Sr. Senador Eunício Oliveira, Presidente da Mesa do Congresso Nacional; o meu caro amigo, também requerente desta sessão, Senador Omar Aziz; o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab; o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL, Sr. Juarez Quadros; o Presidente da Rede Amazônica de Televisão e Rádio, Sr. Phelippe Daou Junior; o Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT, Sr. Luis Roberto Antonik; o Embaixador da República do Panamá, Sr. Edwin Emilio Vergara Cárdenas; o Diretor de Relações Institucionais, Radiodifusão e Mídia Impressa do Grupo Globo, Sr. Luiz Nicolaewsky; o Diretor do *SBT Brasília*, Sr. Daniel Pimentel Slaviero; os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras; os Srs. Deputados e Sras. Deputadas; os demais convidados presentes; e todos os que nos ouvem neste momento.

Eu gostaria de falar, com o coração, a respeito dos 45 anos da Rede Amazônica de Televisão. Os fundadores — Phelippe Daou, Milton Magalhães e Joaquim Margarido — eram três amigos que se foram no mesmo ano, como se fossem almas gêmeas.

Foram pessoas que vislumbraram que nós, da Amazônia, precisávamos ter uma identidade própria, que nós precisávamos fazer com que o nosso caboclo da fronteira falasse o português, e não simplesmente o espanhol — era comum se falar o espanhol da Colômbia ou do Peru, por causa de rádios cuja transmissão chegavam até bem dentro do nosso território.



Eu faço esta homenagem — e a homenagem póstuma aos três amigos — homenageando toda a Diretoria atual da Rede Amazônica. Faço homenagem aos funcionários da Rede Amazônica de Rádio e Televisão. Faço esta homenagem em nome do meu querido amigo Raimundo Moreira, que já está na Rede há mais de 20 anos. Aliás, ele saiu diretamente do meu gabinete para cuidar da sucursal aqui em Brasília, levado pelo Milton Cordeiro. Ele desfalcou o meu gabinete. Em compensação, Raimundo Moreira faz até hoje um belíssimo trabalho na sucursal de Brasília. Homenageio os funcionários da Rede Amazônia, Moreira, em seu nome.

Quero dizer que a Rede Amazônica, quando da existência do Phelippe Daou e dos demais, não era — e não é — simplesmente uma emissora de TV e de rádio. Era uma defensora intransigente da Amazônia, dos valores amazônicos e, sobretudo, da nossa Zona Franca de Manaus. Ai de quem se atrevesse a tocar, meu caro Deputado Alfredo Nascimento, a Zona Franca de Manaus! Logo estava lá o nosso amigo Phelippe Daou para tomar as dores.

Por diversas vezes eu, ao chegar a Manaus, ia visitá-lo — e a nós se juntava o Milton Cordeiro, que era o diretor de jornalismo —, para discutirmos o modelo. Isso para mim era um ponto de honra, porque tanto a filosofia do Phelippe Daou quanto a filosofia da própria da Rede defendiam intransigentemente os nossos valores, a nossa economia. Eu vivenciei muito isso.

Quero também deixar registrado nesta sessão que muitos amigos que estiveram juntos nessa caminhada, como o nosso amigo Bernardo Cabral, não estão aqui hoje — deve haver algum motivo para não terem vindo. Bernardo Cabral, uma espécie de irmão do Phelippe Daou, foi outro que trabalhou e ajudou muito nosso Amazonas, sob também a batuta do nosso Phelippe Daou.

Quero dizer que a Rede Amazônica de Televisão teve uma filosofia impregnada pelo caráter de seus três fundadores, que demonstrava, sobretudo, o profissionalismo e a humildade que norteiam as ações da Rede Amazônica. Até hoje isso é visível, pelo legado que o Phelippe os outros deixaram.

Eu fico feliz de ter sido, ao lado do nosso amigo Senador Omar Aziz, um dos requisitantes desta sessão em homenagem aos 45 anos da Rede Amazônica, completados no dia 1º de setembro.

Nos próximos anos, o meu caro Phelippe Junior, que era conhecido como Phelippinho, mas que agora é Phelippinhozão — ele me disse ainda há pouco que mede 1 metro e 93 centímetros — tem sob o seu comando o grande legado que seu pai e os amigos criaram e fortaleceram.

Nós que vivenciamos esse período junto com eles estaremos sempre alertas, em prol da defesa intransigente dos valores da Amazônia e da Zona Franca de Manaus, que é muito importante para a sobrevivência da nossa região. Sobretudo, estaremos alertas para que a Rede Amazônica continue a integrar os amazonenses aos acreanos, aos roraimenses, aos amapaenses, aos rondonienses, aos paraenses, a todos, a fim de que tenhamos a identidade amazônica comum a todos.

Meus parabéns! Vida longa à Rede Amazônica de Televisão. *(Palmas.)*

(Durante o discurso do Sr. Pauderney Avelino, o Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Omar Aziz.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Democracia Progressista/PSD-AM) - Com a palavra o Ministro Gilberto Kassab, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O SR. GILBERTO KASSAB - Meu bom dia, quase boa tarde a todas e a todos. Faço uma saudação especial ao Senador Omar Aziz, que, em conjunto com o Deputado Pauderney



Avelino, teve a feliz iniciativa de propor esta sessão solene. Saúdo os demais Senadores: Otto Alencar, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado; Randolfe Rodrigues; Valdir Raupp; Vanessa Grazziotin; Eduardo Braga. Saúdo os Deputados Marcos Reategui e Domingos Neto; o nosso colega Presidente da ANATEL, Juarez Quadros, a Secretária de Radiodifusão, Vanda Nogueira; sua colaboradora Inês, Diretora de Radiodifusão. Saúdo o Diretor-Geral da ABERT, Antonik; o Daniel, Diretor do SBT Brasília. Saúdo o Embaixador da República de Panamá, Emilio Vergara. Por fim, de uma maneira muito especial, saúdo toda a família da Rede Amazônica, os seus colaboradores, diretores e sócios, e o faço saudando o Phelippe Daou Junior.

Quero dizer que a minha presença aqui hoje é emblemática. Ela tem o sentido de mostrar o reconhecimento do Governo brasileiro, do povo brasileiro, e não apenas do povo da Amazônia, pelo trabalho que os senhores fazem e fizeram pelo nosso País, pelas nossas comunicações, ao longo desses 45 anos, e vão continuar fazendo.

É um trabalho que não apenas integrou a Região Amazônica como se ela fosse uma só, com todas as suas diferenças em Roraima, em Rondônia, no Amapá, no Amazonas, e com os seus altos e baixos, mas também levando a cultura de todos os cantos do Brasil para a Amazônia e mostrando a todo o Brasil o que é a Amazônia. É um trabalho muito difícil, numa região muito difícil.

A Rede Amazônica, afiliada de uma grande rede, a Rede Globo, num trabalho integrado, proporcionou ao País essa integração. Essa somatória dos esforços de todos faz com que o Brasil seja igual. E ele é igual na medida em que a Amazônia está integrada neste Brasil igual.

Então, tenham aqui, na minha presença e nessa breve saudação, o simbolismo do reconhecimento do Governo brasileiro e, com certeza, na presença de Senadores e de Deputados nesta sessão solene, porque os Senadores representam os Estados e os Deputados Federais o povo brasileiro, o reconhecimento dos Estados e do povo brasileiro.

Parabéns, Phelippe! Leve o nosso abraço a sua família e a seus colaboradores.

Tenho certeza absoluta de que, nesta data, você, seus familiares e aqueles que ajudaram a criar a Rede Amazônica estão muito orgulhosos não apenas pela sessão solene, mas também pelo trabalho realizado por aqueles que os antecederam.

Um abraço a todos! Parabéns ao Congresso por esta feliz iniciativa! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Democracia Progressista/PSD-AM) - Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, pela Liderança do Partido Comunista do Brasil.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB-AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Senador Omar Aziz, quero iniciar minha breve participação nesta significativa e importante sessão de homenagem cumprimentando V.Exa., assim como o Deputado Pauderney Avelino, que nos propiciaram estar aqui fazendo uma homenagem que não é, Dr. Phelippe Junior, do Deputado ou da Deputada e de um ou outro Senador, é uma homenagem de toda a bancada do Estado do Amazonas.

Eu, pessoalmente, faço isso com muito orgulho e com muita alegria, porque, nesses anos todos que acompanho a Rede Amazônica de Comunicação — nós todos, e eu em particular —, percebo o quanto a Rede procura ser ampla naquilo que divulga e naquelas informações que repassa, independentemente de opiniões políticas. Ou seja, a Rede Amazônica de Televisão não apenas no Estado do Amazonas, mas tenho certeza de que também no Amapá, no Pará, no Acre e em Rondônia, tem sido um verdadeiro órgão de comunicação.



Isso é um valor pelo qual nós temos que prezar muito e sempre. Eu acho que o compromisso número um de qualquer meio de comunicação é com a verdade e com a informação. É com alegria que todos e todas estamos aqui para cumprimentá-los, por uma visão não só empresarial, mas também por uma visão, acima de tudo, estratégica para a região do seu pai, Dr. Phelippe Daou, com quem também tive a alegria e a satisfação de algumas vezes estar. Cada vez que lá eu estava, aprendia um pouquinho mais e saía de lá mais convicta daquilo que nós defendíamos.

O Dr. Milton Cordeiro e o Dr. Joaquim Margarido compreenderam que a Amazônia precisava, como disseram os que me antecederam, mostrar-se e ser mostrada ao mundo. A histórica trajetória da Rede Amazônica se confunde com a própria escalada do desenvolvimento da nossa região.

Com o sinal que foi aberto 1972, o caboclo da Amazônia passava a ter acesso, naquele momento, ao que de mais moderno havia em transmissão de sinal televisivo. Sua projeção em cores era um diferencial em relação às demais redes que ainda operavam com as imagens em preto e branco.

Eu me lembro da alegria do Dr. Phelippe Daou quando nos dizia que estava trocando todo o seu equipamento para digital. Ele dizia que, mesmo antes do prazo, ele inauguraria toda a TV como digital. E os seus olhos brilhavam muito.

Sob o signo da modernidade, portanto, abriram-se as portas de um novo mundo para os habitantes na Amazônia. Nele já podiam ficar sintonizados com tudo que acontecia no Brasil e no resto do planeta, sem perder as suas raízes, as características particulares que moldavam e moldam o seu viver.

Paulatinamente, nesse sentido, iam sendo criadas as condições para um salto de desenvolvimento que viria a seguir com o surto industrial e as novas oportunidades de investimento advindas da Zona Franca de Manaus e da nossa própria expansão econômica. Em todos esses eventos, sempre esteve presente a Rede Amazônica, apoiando e transmitindo para o Brasil e para o mundo as potencialidades gigantescas da nossa região.

A partir da década de 80, ao crescer e se unificar com diversas outras emissoras regionais, a Rede Amazônica ganha mais força e se consolida como o principal grupo de comunicação da nossa região, apostando sempre no talento local e na imensa força do povo amazonense.

Toda a estrutura e o profissionalismo sempre estiveram a serviço do desenvolvimento sustentável da região. Por diversas vezes, quando os interesses da Zona Franca de Manaus estavam em risco, a Rede Amazônica entrava imediatamente não apenas com o objetivo de comunicar, de informar, mas com o objetivo de mobilizar em defesa de toda a nossa região.

Ao Dr. Phelippe Daou quero prestar homenagem neste momento, assim como ao Dr. Margarido, ao Dr. Milton Cordeiro e a todos. Ao Dr. Phelippe, em especial, pois nos deixam não faz 1 ano. O Moreira enchia os olhos de lágrimas quando me dizia que faz menos de 1 ano. Esta é a primeira sessão realizada pelo Congresso Nacional sem a presença do Dr. Phelippe Daou, uma pessoa com tanto compromisso com a nossa região e que, portanto, tanta falta nos fará.

O Dr. Phelippe era um ferrenho defensor do gasoduto, da exploração do gás na região, da recuperação completa da BR-319, para que nós, os amazônidas, possamos estarmos ligados ao nosso próprio País.



Muitas foram as contribuições que ele deu ao nosso Estado e à nossa região. Sem dúvida nenhuma, Dr. Phelippe Daou nos deixou um legado de luta. Não à toa, o principal lema da emissora sempre foi ultrapassar as fronteiras para integrar a Amazônia.

Portanto, quero dizer que aqui nós procuraremos sempre fazer aquilo que o Dr. Phelippe fez a sua vida inteira, Phelippinho, ou seja, lutar pela nossa região, lutar pelo nosso desenvolvimento.

Quero também, como fizeram os que me antecederam, e o fazemos de forma simbólica, cumprimentar todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras de todos os Estados da Rede Amazônica de comunicação, cumprimentando também o nosso querido Dr. Moreira.

O Dr. Moreira, que convive diariamente conosco aqui no Congresso Nacional, com muita preocupação, preza para que tudo aquilo de Brasília saia com a melhor qualidade e em tempo recorde.

Cumprimento os Ministros presentes, como o Ministro Kassab, que precisou se ausentar, assim como todos os senhores que compõem a Mesa. Cumprimento também o Dr. Phelippe Daou Junior, que para nós sempre foi conhecido como Phelippinho. O Dr. Phelippe era o seu pai, mas, sem dúvida nenhuma, você e sua irmã saberão levar adiante tão importante legado da sociedade brasileira, da sociedade amazonense, da sociedade amazônica.

Muito obrigada. Parabéns! Vida longa! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Democracia Progressista/PSD-AM) - Concedo a palavra ao Deputado Marcos Reategui.

O SR. MARCOS REATEGUI (PSD-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Sr. Phelippe Daou, em nome de quem cumprimento todos os servidores da Rede Amazônica de Televisão e também todos os que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Eu início minhas palavras lembrando a frase do poeta Ferreira Gullar: *“A arte existe porque a vida não basta”*. Ouso acrescentar a esta célebre frase: *“Comunicação é arte, e a arte existe porque a vida não basta”*.

Há 45 anos nasceu a Rede Amazônica, o maior grupo de comunicação da atualidade na Região Norte. Tudo começou com o pioneirismo dos jornalistas Phelippe Daou e Milton de Magalhães Cordeiro, que se uniram aos empresários Joaquim Margarido e Roberto Phelippe Daou e conquistaram a concessão do segundo canal de televisão de Manaus.

É um imenso orgulho para Região Norte contar com um conglomerado regional que atua nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima nas áreas de televisão, rádio e Internet. Com sede Manaus, a rede é afiliada da Rede Globo e atende a 130 dos 450 Municípios dos sete Estados.

Informar, formar, entreter, unir famílias, prestar serviços à comunidade, ser porta-voz dos interesses da região, fortalecer a democracia e ajudar a melhorar a vida das pessoas fazem parte da missão da Rede Amazônica nesses 45 anos de atuação.

Disse Nelson Mandela: *“Se você falar com um homem numa linguagem que ele compreende, isso entra na cabeça dele. Se você falar com ele em sua própria linguagem, você atinge seu coração.”*

Neste dia em que o Congresso Nacional realiza sessão solene neste plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 45 anos de fundação da Rede Amazônica, eu não poderia deixar de notar enaltecer o esforço desse grupo empresarial que, por quase meio século, tem se dedicado a tocar o coração do povo amazônico.



Eu enalteço a memória de seus pioneiros e agradeço a eles o serviço prestado à comunicação e ao fortalecimento da democracia na Região Norte brasileira. Em especial, destaco o saudoso e querido jornalista Phelippe Daou, que há 9 meses partiu, mas partiu deixando saudades e um memorável legado para o orgulho dos filhos Phelippe Daou Jr. e Cláudia Daou Paixão e Silva.

Foram 87 anos de uma vida dedicada à comunicação, em especial ao jornalismo. Phelippe Daou, que começou como repórter no *Jornal do Commercio*, mas ascendeu na carreira em *O Jornal* e no *Diário da Tarde*, foi fundamental na defesa da Zona Franca de Manaus, entre outras conquistas.

Nesta oportunidade não poderia também deixar de enaltecer o trabalho de todos os diretores e funcionários da Rede Amazônica, que, com afinco, ética e dedicação, levam a sério o significado da palavra comunicação, derivada do termo latim *comunicare*, que significa partilhar, participar algo, tornar comum.

E é isso que a família Rede Amazônica vem fazendo em favor da sociedade amazônica.

Agradecemos o espaço que dedicam à política e ao Parlamento, permitindo que possamos prestar contas à população de nosso trabalho. E, da mesma forma, permitem que chegue até nós demandas, dores e delícias do nosso povo.

Eu concluo minha homenagem lembrando o último discurso de Phelippe Daou, falando aos funcionários durante missa de aniversário de 44 anos da Rede Amazônica em Manaus.

Verdade, justiça e liberdade. Isso não é negociável nunca. Nunca passa pela cabeça de vocês que serão os nossos sucessores pessoas que vão dar vida, e quem sabe dar maior dimensão à Rede Amazônica, porque a Amazônia sem a Rede Amazônica não será a grande região que todo desejamos.

Vocês veem as dificuldades que são opostas. Vocês veem o combate que a gente faz diariamente em defesa da região. E é quase que, verdadeiramente, a lágrimas de sangue que a gente dá um passo à frente, mas, quando a gente consegue, é tão grande a nossa alegria, tão grande é o resultado do esforço que a gente diz: valeu a pena.

Parabéns à Rede Amazônica de Televisão!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Democracia Progressista/PSD-AM) - Pela Liderança do PMDB no Congresso Nacional, tem a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, na pessoa de quem cumprimento todos os Parlamentares que compõem a Mesa, meu querido Phelippe Daou Júnior, na pessoa de quem cumprimento toda a Rede Amazônica de Rádio e Televisão neste dia, Srs. Senadores, Srs. Deputados, fiz questão, meu caro Phelippe Daou Júnior, de estar aqui nesta tribuna. Eu tinha escrito um pronunciamento, Senador Omar, mas, como não fui o primeiro orador a falar, muito do que eu estava querendo falar já foi dito.

Eu quero abranger neste meu discurso um testemunho, porque eu tenho 36 anos de vida pública, e a Rede Amazônica de Televisão completa 45 anos exatamente nesta data comemorativa. E a relação da minha família — e minha — com o Dr. Phelippe, como eu o chamava, data de antes da minha entrada na vida pública. Meu pai era um dos bons amigos de Dr. Phelippe, e acompanhamos durante todos esses anos as lutas, as conquistas da Rede Amazônica, a forma como Dr. Phelippe, Milton Cordeiro e Joaquim Margarido conduziram essa



empresa, não apenas no nosso Estado, no Estado do Amazonas, mas na nossa região, no Estado de Rondônia, do Acre, de Roraima, do Amapá.

Eu costumava brincar com o Dr. Phelippe Daou dizendo que a Rede Amazônica tinha a maior bancada de Senadores do Congresso Nacional e, com certeza, uma das maiores bancadas da Câmara dos Deputados, tal o respeito e a influência que a Rede Amazônica ganhou ao longo desses 45 anos. Esse respeito adveio de certos aspectos, alguns profissionais e da empresa; outros, em função da característica e da personalidade do Dr. Phelippe Daou.

Ao longo desses 36 anos da minha vida pública, eu não consigo lembrar nenhuma questão estratégica, nenhuma questão estadual no meu Estado e na nossa região em que a Rede Amazônica não tenha liderado o movimento de luta e de conquista dessas questões de Estado.

Sabemos que o Amazonas não teria o gasoduto Urucu-Coari-Manaus se não fosse a luta de Phelippe Daou e da Rede Amazônica. Olhando para o nosso Estado, nós não estaríamos interligados no sistema elétrico brasileiro, porque não teríamos o linhão de Tucuruí-Santana-Manaus.

Lamentavelmente — o Alfredo Nascimento está aqui, ex-Ministro de Transporte da República durante muitos anos, inclusive na época em que eu estava no Governo do Estado e o Omar era Vice-Governador —, houve uma luta permanente do Phelippe Daou pela BR-319. Se nós olharmos para a BR-364, veremos que lá estava a luta e a determinação de um estadista e de um homem que pensava além do seu tempo, Phelippe Daou, colocando, portanto, a Rede Amazônica nessa ação de Estado, nessa ação estratégica, nessa ação estadista de transformar a Amazônia numa estrutura e numa infraestrutura que pudesse alavancar a economia, gerando emprego, renda, o que, obviamente, ajudaria a Rede Amazônica de Televisão, mas ao mesmo tempo ajudaria, e muito, milhares e milhares de amazônidas, que viveram, ao longo do seu tempo, muitas vezes tratados como brasileiros de segunda classe.

Portanto, homenagear os 45 anos da Rede Amazônica, meu caro Dr. Phelippe Daou Júnior, é homenagear a história de uma empresa que tem a personalidade dos seus fundadores e que possui, tenho certeza, tanto no senhor quanto na Cláudia, sua irmã, pilares e membros de uma estrutura que haverá de perfazer nos próximos anos, às vezes até com maior intensidade, essa característica indelével da Rede Amazônica e do Dr. Phelippe Daou.

A questão do desenvolvimento humano, do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento social era percebida pelo Dr. Phelippe, também na área ambiental. Quem conhece o projeto pessoal do Dr. Phelippe em Presidente Figueiredo, na Cachoeira das Onças, sabe do que nós estamos falando. Aquilo era como se fosse um legado pessoal do Dr. Phelippe para respeitar e reconhecer a importância da relação homem-natureza.

Nesses últimos 3 minutos que me restam, eu quero falar de outra característica que marcava a vida do Dr. Phelippe e que marcou também a Rede Amazônica ao longo de toda a sua trajetória. A Rede Amazônica começou pequena, como toda empresa começa, e se transformou hoje talvez na maior rede e na maior área de cobertura de radiodifusão e de cobertura via satélite não só do Brasil, mas talvez do mundo.

Dr. Phelippe era marcado pela sua fé: fé em Deus e fé em Nossa Senhora de Nazaré, coincidências que marcaram talvez e aprofundaram a relação de meu pai, minha e de toda a minha família com o Dr. Phelippe. Ele encarava e olhava a Igreja como um papel de função social. A ajuda silenciosa do Dr. Phelippe na Fazenda Esperança para a recuperação de dependentes químicos é algo que a grande maioria desconhece. Portanto, estou aqui, Phelippe



Daou Júnior, para prestar homenagem a um estadista, que, tenho certeza, deixou grandes ensinamentos ao senhor e à sua irmã. Mais do que isso: deixou um exemplo de vida e de dedicação nesses 45 anos na Rede Amazônica.

Portanto, em meu nome e no de milhares de amazonenses e amazônidas que gostariam de abraçá-lo neste momento, receba um abraço de agradecimento e de parabenizações. Tenha certeza de que conquistas futuras virão, pela sua competência, pelo seu preparo, pela relação firme e unida da sua família em torno desse pensamento estratégico. Das conversas que tive com o senhor nos últimos tempos, nesses últimos 9 meses, eu tenho a convicção de que a Rede Amazônica será maior, mais estratégica e mais comprometida ainda.

Quero concluir dizendo que tenho convicção de que a Amazônia está bem servida, estará bem servida e — peço a Deus — mais bem servida pelos meios de comunicação lideradas pela Rede Amazônica de Televisão.

Meu respeito a todos os meios de comunicação da nossa região, mas é indiscutível e indelével o papel de estadista e de patriota do Dr. Phelippe Daou e da Rede Amazônica de Televisão.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Democracia Progressista/PSD-AM) - Eu tomei a iniciativa de conceder a palavra de forma alternada a um Senador e um Deputado Federal, para não puxar só para os nossos Senadores.

Falarão o Deputado Alfredo Nascimento, o Senador Randolfe Rodrigues e o Deputado Carlos Andrade. E assim será, alternadamente, um Senador e um Deputado.

Tem a palavra o Deputado Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Meu caro companheiro Omar Aziz, Presidente desta solenidade; meu caro Deputado Pauderney Avelino, um dos assinantes para que esta solenidade acontecesse; meu caro Phelippe Daou Júnior, eu quero apresentar o meu mais profundo respeito pelo trabalho desenvolvido pela instituição que o senhor dirige hoje na Amazônia.

Hoje, nesta sessão solene, homenageamos a *TV Amazonas* pela passagem do seu 45º aniversário. São quase 5 décadas de história e conquista de um dos maiores veículos de comunicação do País.

Tudo começou com um sonho, como já foi dito, de 3 guerreiros: o jornalista Phelippe Daou, Milton de Magalhães Cordeiro e Joaquim Margarido.

A *TV Amazonas* cresceu e deu lugar à Rede Amazônica de Televisão, que engloba emissoras de TV, rádios e portais de notícias. São 5 geradoras nas capitais dos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, 8 minigeradoras, mais de 200 retransmissoras em cidades importantes da Região Amazônica e 1 sucursal aqui na Capital Federal, tão bem conduzida pelo meu companheiro e amigo Moreira

Mais do que um mero veículo de comunicação, a Rede Amazônica é um importante meio de integração regional e sempre foi protagonista de importantes lutas pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Ela empunhou as bandeiras da Zona Franca de Manaus, do asfaltamento da BR-174, da recuperação da BR-319, da exploração dos campos de petróleo na Amazônia, ao mesmo tempo em que foi intransigente na preservação da floresta.



A história da Rede Amazônica está entrelaçada com os importantes fatos históricos da região. Hoje, a Rede Amazônica mantém o espírito desbravador de seus fundadores, com a direção de Phelippe Daou Júnior.

Hoje, a televisão e a rede são totalmente digitais, com a programação local voltada para a informação e o entretenimento, mas acima de tudo visando ao fortalecimento social, cultural e econômico do Amazonas e da Amazônia.

Hoje, em saudosa memória, quero prestar a minha homenagem aos fundadores da Rede Amazônica, dos quais tive o prazer de ser amigo pessoal: o meu querido Phelippe Daou, o meu querido Milton Cordeiro e o meu querido amigo e vizinho Joaquim Margarido.

O povo do Amazonas será eternamente grato pelo sonho que os senhores, juntamente com cada amazônida, fizeram realidade.

Eu quero cumprimentar os componentes da Mesa, cumprimentar todos os Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, e fazer um cumprimento especial a Phelippe Daou Júnior, que dá sequência ao trabalho de um homem determinado. Eu, como Ministro dos Transportes, tive a oportunidade de conversar muitas vezes com Phelippe Daou, não pela minha provocação da conversa, mas pelo chamamento que ele fazia para tratar, com muita profundidade e afinco, de um interesse, que estava sob a minha responsabilidade, do Amazonas e da Amazônia.

Eu conheci o Dr. Phelippe Daou mais profundamente a partir da década de 90, quando fui Superintendente da Zona Franca de Manaus e vi naquele homem um dos homens mais abnegados, mais interessados no crescimento e desenvolvimento da Amazônia. Ele não descolava o crescimento da rede do desenvolvimento e do crescimento da Região Amazônica.

Meus parabéns ao senhor e a todos os funcionários da Rede Amazônica de Rádio e Televisão! Que Deus os abençoe! Eu tenho certeza de que o senhor vai conduzir com muita força, com muita vontade, com muita competência, o trabalho iniciado pelo seu pai e dois amigos. Logo, logo, nós teremos uma rede muito melhor do que a de hoje. Parabéns!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Democracia Progressista/PSD-AM) - Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

Depois dele, falarão o Deputado Carlos Andrade e o Senador Valdir Raupp. Eu estou intercalando, como eu disse, alternando entre Senadores e Deputados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Omar Aziz.

Cumprimento V.Exa. e o Deputado Pauderney Avelino, autores do requerimento desta sessão solene conjunta do Congresso Nacional. Cumprimento o senhor representante do Ministério das Comunicações e o meu querido Phelippe Daou Junior.

Tenho bastante sentimento de saudade, Phelippe, nesta sessão. Alguns anos atrás eu tive a honra de ser proponente de uma sessão em que V.Sa. e seu pai estavam presentes. Por três vezes propus sessões solenes aqui no plenário do Senado com a presença do seu pai.

Esta é a primeira vez que nós realizamos aqui no Congresso Nacional uma sessão solene em homenagem à Rede Amazônica sem a presença do Dr. Phelippe Daou. Quis o destino que os três fundadores se despedissem de nós quase ao mesmo tempo. Há um intervalo de cerca de 70 dias entre as despedidas de Dr. Phelippe Daou, de Milton Magalhães Cordeiro e de Joaquim Margarido, os três fundadores da Rádio Amazônica.



Nós não podemos deixar de ressaltar mais uma vez neste plenário a proeza que representou fundar uma rede de comunicações na Amazônia nos anos 70. Nunca é demais ressaltar as dimensões amazônicas. A Amazônia virou superlativo, virou sinônimo de grandeza em todo lugar, porque as nossas dimensões, as dimensões da Região Amazônica, são concretamente o retrato disso.

Nós estamos falando de uma região que corresponde a 45% — quase 50%! — da dimensão territorial deste País. E 50% da dimensão geográfica da Região Amazônica é ocupada por uma região que integra sete Estados, sendo que a chamada Amazônia Legal vai além disso.

Apesar de integrar quase metade do território brasileiro, a nossa densidade demográfica é baixa. A nossa população é a segunda menor entre as Regiões do Brasil. Por conseguinte, o índice potencial de consumo da Região Amazônica é o menor do País.

São esses números que demonstram a grandeza da proeza de, nos anos 70, ter-se ousado empreender e investir naquela região. Se ainda hoje, em 2017, as principais vias de integração de lá são os rios, imaginem como era a situação em 1972, 1973, 1974 e 1975, que foram os anos em que a Rede Amazônica se ampliou! Era muito mais difícil. Repito: foi uma proeza de dimensões amazônicas, primeiro, ousar empreender na região e, segundo, constituir nela uma rede de comunicações.

O Dr. Phelippe Daou, os seus amigos e os seus sócios anteciparam em décadas o que talvez só poderia ser realizado 20 ou 30 anos depois. Phelippe Junior, a proeza do seu pai e dos sócios dele retrará perfeitamente a seguinte frase do francês Jean Cocteau: “*Não sabendo que era impossível, ele foi lá e fez*”.

Nunca é demais destacar que a Rede Amazônica, que foi uma das primeiras emissoras fundadas no Estado do Amazonas, já tinha programação própria nos 2 primeiros anos de funcionamento — dava-se um jeito, pegavam-se as fitas de outras emissoras. A Rede se constituía em uma emissora genuinamente regional, com a identidade cabocla da região, com a presença dos rios da região, com a cara misturada no povo da região.

Como diz Darcy Ribeiro, no Brasil se fez o maior caldeirão étnico do planeta. E, em todo o Brasil, nenhum caldeirão étnico é tão completo quanto o da nossa região.

É uma região que tem um dos Estados com a maior presença negra do Brasil, o meu Amapá. É uma região em que se construíram fortalezas. Uma delas fica no meu Estado e é a maior fortaleza de todo o império colonial português no mundo.

É uma região que possui cantos que se fizeram Brasil porque queriam ser Brasil. Foi assim no Amapá, onde houve várias incursões nos séculos XVII, XVIII e XIX, baixando o pavilhão francês, erguendo o pavilhão nacional. Foi assim que se fez o Acre, que é Brasil porque lutou para isso, porque fez uma revolução. O Acre é Brasil pelas foices e machados de Plácido de Castro e de tantos outros desbravadores.

É uma região que tem muito orgulho de ter enorme diversidade linguística. Nós não somos de uma região de um idioma só, nós temos orgulho de estar em uma região brasileira que tem mais de 190 nações diferentes: wayampis, tiriós, apalaís, povos do Xingu e tantos outros. Há mais de 190 nações distintas, que falam mais de 240 dialetos diferentes.

Para estabelecer uma emissora de televisão numa região como essa, é preciso ter a cara e a identidade desse povo, um povo de diferentes nações, de diferentes dialetos, que se misturou com o branco europeu e, ao mesmo tempo, se miscigenou com a cultura negra. É um povo que tem como traço cultural o Marabaixo, o batuque no Pará e o carimbó.



Empreender em uma região com essa diversidade 40 anos atrás era mais do que uma ousadia. Constituir uma emissora com a cara da diversidade dessa região, então, é uma proeza total.

Então, meu querido Phelippe, esta sessão solene do Congresso Nacional é uma homenagem por uma proeza que eu considero ser uma das maiores do empreendedorismo brasileiro. Esta sessão é uma homenagem do Congresso brasileiro — a Casa dos representantes do povo, a Casa da Federação brasileira — a um dos maiores empreendimentos que existem no Brasil, se não for o maior deles.

Fazer um empreendimento no mercado consumidor do Centro-Sul do Brasil — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais — é simples e fácil, temos de convir. Fazer um empreendimento num dos menores mercados consumidores, com a vocação de empreender para integrar, compreendendo a necessidade histórica, é mais do que empreender, é ter percepção do seu dever histórico.

Foi isso que seu pai teve, Phelippe: percepção de dever histórico. Não agiu como empresário no sentido de ter como dever simplesmente lucrar. Aliás, o que menos se tinha era lucro ao se buscar um empreendimento dessa natureza nos anos 70.

O que ele mais teve foi a determinação de integrar. O Amapá só foi integrado definitivamente ao restante do País e passou a se identificar com este em virtude de proezas como essa. E aí está outro capítulo da proeza do seu pai e dos seus sócios, que juntos caminharam para fundar a Rede Amazônica: eles integraram aquela região, que passou a ter sentido de nação.

Algumas coisas nos dão sentido de nação. Uma delas é a língua; as outras são a cultura e a história. A cultura de um povo é a identidade dele diante de um espelho. E essa cultura só pode ser constituída se o povo se reconhece na história dela, se ele se identifica com ela. Só foi possível constituir essa identidade porque nós tivemos na Amazônia mecanismos e instrumentos como a Rede Amazônica.

Phelippe, os Estados do Amapá, de Roraima, de Rondônia, do Acre e do Amazonas têm um pleito de gratidão com seu pai e os sócios dele, que fundaram a Rede Amazônica. Eles conseguiram nos integrar, nos aproximar, dando-nos uma contribuição indescritível, formidável e definitiva, de modo que pudéssemos ter um sentido de identidade regional, como amazônicos, e nacional, como brasileiros.

Portanto, na ausência do seu pai, receba V.Sa., nesta sessão do Congresso Nacional, em nome do povo do Amapá, o nosso profundo agradecimento pelo que seu pai fez pela Amazônia e pela identidade que nós construímos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Democracia Progressista/PSD-AM) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Andrade, pela Liderança do PHS da Câmara dos Deputados.

O SR. CARLOS ANDRADE (PHS-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, bom dia a todos.

Cumprimento o Presidente desta sessão, o Senador Omar Aziz. Ao mesmo tempo, quero parabenizá-lo pela iniciativa de requerer esta sessão solene especial, em que estamos celebrando os 45 anos da Rede Amazônica, um empreendimento notável para o Brasil, instalado no meio daquele verde.

Cumprimento ainda meu amigo Deputado Pauderney Avelino, coautor do requerimento para a realização deste evento. Quero parabenizá-lo por essa iniciativa.



Cumprimento os Senadores que estão no plenário, na pessoa do Senador Valdir Raupp, e cumprimento os Deputados presentes, na pessoa do Deputado Pauderney Avelino.

Cumprimento, finalmente, a todos da Mesa.

Amigo Phelippe Daou Junior, é uma alegria estarmos aqui hoje, porque seu pai teve a coragem de, na década de 1970, ousar empreender numa região que, como disse há pouco o Senador Randolfe Rodrigues, não tinha um ambiente propício.

Quero compartilhar com todos nesta sessão solene um texto que eu trouxe.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje estamos homenageando neste Congresso a Rede Amazônica pelos 45 anos de sua fundação. Trata-se do maior grupo de comunicação do Norte do País, que mantém informada a população de todos os Estados da região, levando notícia com agilidade e credibilidade.

Através da televisão, da rádio e da Internet, a Rede Amazônica alcança os Estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, de Rondônia e de Roraima — o meu Estado —, áreas de difícil acesso, garantindo o direito à informação, ferramenta tão importante para o desenvolvimento dos 130 Municípios em que atua.

Parabenizo o fundador dessa importante rede de comunicação pelo seu empreendimento. Phelippe Daou foi um corajoso desbravador e vislumbrou, antes de todos, a necessidade de fazer o que ninguém mais fez, enfrentando o desafio de empreender em áreas remotas, gerando emprego e promovendo melhoria na qualidade de vida da população da Região Norte do País.

Deixo aqui também minhas congratulações a seu filho, Phelippe Daou Junior, que assume missão difícil, mas não menos importante, nessa destacada rede de comunicação, assumindo o legado do pai com coragem e afinco.

Que Deus abençoe a Rede Amazônica, o seu Presidente e o seu corpo de funcionários!

Ficam aqui os nossos cumprimentos, Sr. Presidente.

Phelippe Daou Junior, transmita a todos os funcionários da Rede Amazônica nosso abraço e nossas felicitações por fazerem parte de tão grande empreendimento no meio da Amazônia.

Sr. Presidente, parabéns mais uma vez pela iniciativa grandiosa de homenagear esse importante empreendimento, que alcança tantos brasileiros que estão em áreas remotas.

Um forte abraço a todos! Bom dia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Democracia Progressista/PSD-AM) - Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, pela Liderança do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria de cumprimentar o Senador Omar Aziz e o Deputado Pauderney Avelino, requerentes desta sessão de comemoração, por meio de quem cumprimento todos os Parlamentares presentes; o Sr. Senador da República Acir Gurgacz; o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL, Sr. Juarez Quadros; o Presidente da Rede Amazônica de Televisão, Sr. Phelippe Daou Júnior; e o Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT, Sr. Luís Roberto Antonik.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ouvintes da *Rádio Senado*, telespectadores da *TV Senado*, senhoras e senhores, como representante do Estado de Rondônia, é com grande satisfação que venho à tribuna para parabenizar a Rede Amazônica pelos seus 45 anos de fundação.

Phelippe Daou não era apenas apaixonado pela comunicação, era apaixonado pela Amazônia brasileira. A Amazônia, senhoras e senhores, sempre foi considerada um desafio para



qualquer política consistente de integração nacional. Se, por um lado, a Região Norte representa a maior área terrestre brasileira, por outro lado, é também a região menos povoada do País.

Soma-se a essa característica o histórico déficit de investimentos estruturantes na região — rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, entre outros. Isso sempre dificultou a formação de um vínculo mais consistente da Amazônia com o resto do Brasil. Exceção a essa regra ocorreu em 1972, com a criação da Rede Amazônica de Televisão. Trata-se de um sistema de comunicação que cumpre seu papel de informar pelo seu jornalismo, de divertir e educar por meio de sua vasta programação e, sobretudo, de estimular a sensação de pertencimento às identidades nacionais e regionais, reafirmando e divulgando a cultura de grande parte da Região Norte do País.

Até a sua fundação, o conhecimento de notícias e de acontecimentos locais era de limitado acesso. Com os sucessivos investimentos da Rede Amazônica, hoje, por meio da televisão, do rádio e dos portais de notícias, em questão de segundos qualquer cidadão do Acre, do Amapá, do Amazonas, de Roraima e de Rondônia, meu Estado, tem acesso às informações de sua região, do País e do mundo.

Das várias iniciativas da Rede Amazônica nesses 45 anos, eu não poderia deixar de relembrar a importância da criação da *TV Rondônia*, emissora da Rede Amazônica em meu Estado. Desde sua criação, em 1974, a *TV Rondônia* exerceu e exerce papel fundamental, com credibilidade reconhecida na divulgação de notícias locais, denunciando problemas regionais, promovendo nosso esporte e valorizando as tradições e a cultura do povo rondoniense.

É por isso, senhoras e senhores, que tenho convicção de que a presença da *TV Rondônia* foi fundamental para que a informação e o entretenimento fossem cada vez mais democratizados em meu Estado e, por certo, em toda a Região Amazônica.

Além disso, a *TV Rondônia* revolucionou o mercado publicitário rondoniense, fazendo com que empresas regionais fossem ainda mais promovidas e comentadas, estimulando os negócios e ampliando as fronteiras de divulgação de nossos produtos e serviços.

Vale destacar ainda que a presença da Rede Amazônica em Rondônia, além da própria geradora da TV em Porto Velho, Capital do nosso Estado, conta com cinco minigeradoras: *TV Ariquemes*, em uma região do Vale do Jamari; *TV Cacoal*, na região central do Estado; *TV Guajará-Mirim*; *TV Ji-Paraná*; e *TV Vilhena*. Cada uma traz particularidades regionais. Há também emissoras de rádio e portais de notícias na Internet específicos para divulgação de informações de várias localidades.

Minhas senhoras e meus senhores, povo da Amazônia, a Rede Amazônica levou o Brasil para comunidades até então isoladas do País, e, talvez ainda mais importante, divulgou a realidade de grande parte da Região Norte para todas as brasileiras e para todos os brasileiros, sedimentando nossa integração nacional e consolidando a identidade de nosso povo.

Por isso, Sr. Presidente, os funcionários e administradores da Rede Amazônica merecem sinceras homenagens pelos seus 45 anos. São décadas de comprometimento não só com grande parte da Região Norte do País, mas com todo o Brasil.

Deixamos nossas homenagens póstumas a Phelippe Daou e parabenizamos Phelippe Daou Júnior e toda sua equipe da Rede Amazônica de Televisão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Democracia Progressista/PSD-AM) - Com a palavra o Deputado Alan Rick.



O SR. ALAN RICK (DEM-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente da Mesa, Ilmo. Senador Omar Aziz; meu amigo Deputado Pauderney Avelino; ilustríssimos proponentes desta sessão solene, em nome V.Exas. cumprimento os demais Parlamentares presentes tanto na Mesa quanto no plenário. Cumprimento também o Dr. Phelippe Daou Júnior, Presidente da Rede Amazônica, pelos 45 anos deste modelo de empreendimento em comunicação do Brasil; e o Sr. Juarez Quadros, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL, com quem tive o prazer de trabalhar. Eu trabalhei inclusive com a filha dele, a Fátima, na *TV Gazeta* e Rede Record, durante muito tempo de minha vida.

É uma grande alegria, um momento de muita satisfação, Dr. Phelippe, poder homenagear a Rede Amazônica de Televisão nesta sessão solene no Senado. Quero dizer de minha felicidade por ter começado minha carreira de jornalista na *TV Acre*, em 1995, na antiga sede, na Rua Silvestre Coelho. Ali um jovem chamado Phelippe Daou Júnior, até então um dos Diretores da emissora, assinou a minha contratação no meu primeiro emprego como jornalista na minha carreira no Acre.

Depois de um tempo, fui convidado a fazer parte dos plantéis da Rede Record de Televisão e da *TV Gazeta*. Lá aprendi muito — até me embarga a voz —, com quem foi como um pai para mim, um professor, o Dr. Roberto Moura. Hoje a emissora é tocada com grande brilhantismo pelo seu filho Marcelo Moura, pela sua filha Renata Moura e por todos os funcionários da Rede Gazeta de Comunicação.

Dr. Phelippe, eu gostaria de lembrar um pouco esse tempo, esse tempo de escola no jornalismo do Acre. Até então não tínhamos curso de Jornalismo, não tínhamos curso de Comunicação Social. Então, a *TV Acre* era a nossa escola. Lembro-me do estúdio, com lâmpadas incandescentes e câmeras *U-matic*. Lembro-me também de grandes nomes do nosso jornalismo que eu gostaria de citar: Dr. Emílio Assmar, que foi Diretor da *TV Acre*, depois apresentador de programas, como o *Opinião*, e que foi como um professor para mim; ilustríssimo Campos Pereira — todos *in memoriam*. Cito também Nilda Dantas; Jota Simplício; Tito Costa. Lembro-me de nossos cinegrafistas: Luiz Cordeiro; Raimundo Afonso; Josenir e Samuca Melo; Joaquim, que caminhava com o Campos Pereira, fazendo a parte esportiva da *TV Acre*, todos os programas de esporte, conhecido também como Cruel. Há muitos outros colegas que eu poderia nominar.

A *TV Acre*, emissora da Rede Amazônica, é um celeiro de craques — de grandes jornalistas, de grandes apresentadores, de repórteres cinematográficos, de editores de imagem —, gente da mais alta qualidade, pessoas que não só exercem essa função pela sua vocação, mas também pela alegria, pelo prazer de levar a notícia, com o princípio mezinho com o qual aprendi a lidar na minha carreira: o de sempre ouvir os dois lados da notícia.

Dr. Phelippe, é com muita alegria que quero lhe prestar esta homenagem e agradecer-lhe por tudo o que a *TV Acre* fez por mim. Foram poucos os meses na *TV Acre* como jornalista, mas foi um período fundamental para minha formação e para que eu chegasse aonde cheguei hoje.

Que Deus abençoe a Rede Amazônica, todos os seus funcionários e todas as emissoras espalhadas pela nossa região, tão grande, mas já devidamente citada pelos que me antecederam.

Que Deus abençoe todos os nossos jornalistas da Amazônia, aqueles que, dia a dia, debaixo de sol quente — porque na nossa Amazônia temos uma característica muito peculiar, temos as quatro estações num dia só: o verão, o calor, a quentura e o mormaço —, trabalham nessas condições.

Que Deus abençoe a Rede Amazônica e todas as nossas emissoras!



Muito obrigado por esta oportunidade, Dr. Phelippe Daou Júnior.

Grande abraço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Democracia Progressista/PSD-AM) - Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Resistência Democrática/PDT-RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, espectadores da *TV Senado*, ouvintes da *Rádio Senado*, começo dizendo a você, Phelippinho, que é um prazer grande encontrá-lo aqui hoje. Com tantas homenagens prestadas a seu pai, tenho certeza de que a sua cabeça faz uma rápida retrospectiva de tudo aquilo por que passou e projeta a responsabilidade que tem pela frente. E eu, que o conheço muito bem, tenho a certeza de que você vai seguir na mesma linha que seu pai, que trouxe essa grande empresa até aqui.

Eu tenho um prazer enorme de poder dizer que sou seu amigo e conheço toda a trajetória da Rede Amazônica de Televisão relacionada ao meu Estado, Rondônia.

Se não me engano, há 2 anos, estivemos em Ji-Paraná para a ligação do canal digital. E, naquele momento, fiz uma breve retrospectiva de como nós recebíamos as informações em 1982, quando eu chegava ao Estado de Rondônia, há 35 anos. A informação chegava por meio de rolos de filmes. Com 5 ou 6 dias de atraso, chegavam o *Jornal Nacional* e as novelas. E as informações eram transportadas por ônibus de Porto Velho para Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, passando por Jaru, evidentemente, chegando até Vilhena. Essas são histórias interessantíssimas de um desbravador que acreditava no desenvolvimento da Região Amazônica, principalmente do Estado de Rondônia, e que vivia pensando não no retorno financeiro, mas em um retorno ligado ao desenvolvimento e à certeza de um futuro melhor para a Região Amazônica.

Eu preparei um grande pronunciamento, mas prefiro me ater a essas lembranças, a essa história, porque elas traduzem a realidade do que aconteceu nesses anos que se passaram, a partir do empreendedorismo, do investimento, da paixão do Dr. Phelippe Daou para com a Amazônia.

A nossa parceria para reabrir a BR-319 começou e continua. Temos um longo caminho pela frente. Agora, precisamos asfaltar a rodovia.

Além de cumprimentar você, Phelippinho, cumprimento também o nosso amigo Campanari, que agora é Diretor das afiliadas da Rede, e o Diretor da Rede Amazônica aqui em Brasília, o nosso querido amigo Raimundo Moreira, que comanda com maestria as equipes que fazem parte da história empreendedora dessa emissora.

Eu desejo, Phelippinho, todo o sucesso a toda a sua equipe. Saúdo todos os integrantes da Rede Amazônia de Televisão e todos os colaboradores que fizeram a história desse grupo e permanecerão ao seu lado, continuando a mesma história que o seu pai começou.

Parabéns a todos os que fazem da Rede Amazônica, um importante elo de integração da Região Norte, da Amazônia, e um meio de divulgação da Amazônia para o Brasil e para o mundo.

Meus parabéns a todos vocês!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Democracia Progressista/PSD-AM) - Concedo a palavra ao Deputado Moisés Diniz.

O SR. MOISÉS DINIZ (PCdoB-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, Dr. Phelippe, Dr. Juarez, queridos amigos, estou aqui com os Senadores Jorge Viana e Sérgio Petecão e o Deputados Alan



Rick para dizer que o Acre não poderia ficar fora dessa homenagem à Rede Amazônica e, por extensão, à *TV Acre*.

Na verdade, a Rede Amazônica não é apenas uma rede de televisão, de fios ópticos e olhos de vidro, é uma rede de integração dos valores amazônicos, de nossa identidade, um rio de luz e de imagem que unifica um sentimento que vai do megaexportador da Zona Franca de Manaus ao índio caxinauá de Jordão, o sentimento de que pertencemos a um mundo mágico, a um jardim do Éden brasileiro e amazônico.

Em milhares de comunidades rurais e indígenas e até em dezenas de cidades amazônicas, só chega o barco e a imagem de televisão; não chega o carro, nem o trem, nem chega o avião. Lá, não vai o cantor famoso, nem o palhaço, mas chegam as imagens de integração da Rede Amazônica. Nesses lugares ermos não chegam os *shoppings* nem as cidades de cinema, mas o nosso povo ganhou o direito de assistir aos mesmos filmes, ao mesmo jornal, à mesma novela a que têm direito as famílias ricas das capitais.

A Rede Amazônica tem sido há 45 anos o canal da cidadania e da mais destacada informação, a força que agrega e fortalece nossa identidade como Nação verde e quase aquática, pela presença de tantos rios, nossas raízes seringueiras, ayahuasqueiras e nordestino-indígenas, uma rede de TV que uniu esperanças caboclas num território incompleto de grandes investimentos públicos, de vazios demográficos e regiões fronteiriças do tamanho de um país.

Essa pioneira e corajosa rede de televisão tem sedimentado a nossa identidade amazônica, tem potencializado a nossa força como povo que fez de sua tradição econômica a sua grande fábrica. Lá, para cerca de 6 milhões de amazônidas, a nossa fábrica e o nosso supermercado ainda são a nossa majestosa floresta e os nossos portentosos rios.

A Rede Amazônica, com seus olhos de vidro, disse ao mundo todo: Garantido e Caprichoso são do Amazonas, de Parintins, onde corre o maior rio do mundo, com seu *status* de mar, porque água tem mais do que o mar da China ou o Mediterrâneo.

Fez o afetuoso Amapá percorrer o Brasil, com a sua gengibirra e as suas danças de roda de Marabaixo, e provar que é possível, junto com o Acre, desenvolver e preservar.

Trouxe para Brasília o encanto e o sagrado do Monte Roraima, dos macuxis. E durante semanas duelamos sobre Raposa Serra do Sol.

Com a Rede Amazônica, agora todos sabem: o açaí é de Feijó, a farinha é de Cruzeiro do Sul e o abacaxi é de Tarauacá.

Os povos indígenas da Amazônia têm gratidão pela Rede Amazônica, por divulgar suas festas, defender suas lutas, proteger seu território, registrar sua tradição, sua *ayahuasca* sagrada, seu mariri.

Através de suas telas itinerantes, a Amazônia prova que está alimentando o Brasil, com seu extraordinário oxigênio e suas florestas, que alimentam um mar aqui em cima, de chuva e de oceanos aéreos, e, de agora em diante, de luz, de suas turbinas elétricas, que nascem de nossos portentosos rios.

O povo do Acre vem hoje aqui, ao Senado da República, reconhecer o papel da Rede Amazônica, de sua força em informar, divertir e integrar, o seu papel fundamental no desenvolvimento, na coesão de nossa identidade, nas nossas vitórias econômicas, políticas e culturais.



Através dela, nosso povo descobriu, Senador Jorge Viana, que uma mulher de lá, uma acriana, é quem traz alegria e diversão a este imenso Brasil: Gloria Perez, cujas novelas formidáveis chegam às mansões do Morumbi e aos barrancos do Rio Juruá.

Chico Mendes começou por ela, pelos olhos de vidro da Rede Amazônica, até seu sernambi, estrada de seringa, defumador, caipora e poronga, lutas e utopias chegarem ao BIRD, à ONU, a Wall Street e ao *Washington Post*.

A Rede Amazônica é a mãe de todas as reportagens, de todos os seriados e entrevistas que tornaram a Amazônia conhecida no Brasil e no mundo. Ela foi a matriz da comunicação das cidades isoladas, de nossas riquezas naturais e genéticas, de nossos incomparáveis mitos, de nossas raízes indígenas e de nossa cultura milenar.

A Rede Amazônica é nosso orgulho e patrimônio do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Democracia Progressista/PSD-AM) - Belíssimo discurso do Deputado Moisés Diniz, que nos honra com a poesia do Acre!

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, último inscrito. Depois, passarei a palavra ao Dr. Phelippe Daou Júnior, para encerrarmos a sessão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco da Resistência Democrática/PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., os demais componentes da Mesa, todos os que estão no plenário e, na pessoa do Dr. Phelippe Daou Júnior, Presidente da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, todos os que trabalham nesse importante complexo de comunicação em vários Estados da Amazônia.

Queria também citar o nosso querido Juarez Quadros, ex-Ministro e ex-dirigente de companhias telefônicas na região e que igualmente tem uma história ligada a essa conquista, a esses anos de telecomunicação e de comunicação na Amazônia, sempre comprometido com a conectividade e com a integração na região.

Estar aqui hoje, comemorando, celebrando os 45 anos de fundação da Rede Amazônica de Rádio e Televisão é um privilégio, porque, como acriano, Sr. Presidente Omar Aziz, colega Senador Acir Gurgacz, que também faz parte da Mesa, e demais companheiros, fui beneficiário desse complexo de comunicação.

Foi através da Rede Amazônica que, pela primeira vez, tive a possibilidade de ver as imagens de TV chegando ao meu Estado, onde só havia o rádio. Foi muito importante o trabalho pioneiro do Sr. Joaquim Margarido e do querido amigo Dr. Phelippe Daou, cuja amizade faço sempre questão de ressaltar, porque foi importante, na minha vida política, a convivência com ele. Por isso, lamento muito a sua perda, com quem eu realmente tinha uma grande aproximação. Bons tempos!

Não posso deixar de citar também o Sr. Milton Cordeiro. Os dois eram advogados, mas, por opção, viraram jornalistas com uma história bonita de pioneirismo e de luta que começou nos anos 60 e culminou na construção de algo sem o que não há mais possibilidade de viver.

Eu queria parabenizar o Senador Omar Aziz e o Deputado Pauderney Avelino, que propuseram a realização desta sessão.

Eu não poderia me furtar de estar aqui para pelo menos relatar um pouco dessa história, que envolve quase 50 anos de vida do meu Estado e da nossa região.

As dificuldades foram enormes. O Dr. Phelippe Daou foi um grande articulador de todo esse processo e superou cada uma das dificuldades. Do ponto de vista da tecnologia, o mundo



evoluiu, e hoje a situação é completamente diferente. Mas imaginem que nós assistíamos ao noticiário e aos programas de TV, no Acre, com dois dias de atraso. Montava-se uma verdadeira operação logística para que as fitas chegassem a Rio Branco, e pudéssemos assistir a elas.

Havia lá também os pioneiros, como disse o Deputado Alan Rick. E, com poesia, o Deputado Moisés, um poeta da Academia Acriana de Letras, fez com tanta propriedade a tradução de tudo o que representam esses 45 anos da Rede Amazônica de Rádio e Televisão.

Quero lembrar também o Sr. Tufi Asmar, uma pessoa simples e importante da nossa sociedade que foi trabalhar num ramo com o qual não tinha nenhuma afinidade. Ele acabou cumprindo um papel fundamental para a estruturação da Rede Amazônica, da *TV Acre* e do sistema de rádio e televisão do nosso Estado.

Queria cumprimentar também os atuais Diretores da Fundação Rede Amazônica, o Francisco Maciel e o Jefson Dourado, por meio dos quais cumprimento todos os que trabalham na empresa.

Quando poucos falavam de meio ambiente, o Dr. Phelippe Daou criou o Amazon Sat e, ali, trabalhava essa temática, seja nos intervalos, seja nas chamadas, num tempo em que a causa ambiental ainda não estava tão disseminada como, felizmente, está hoje. Acho fundamental mencionar esse aspecto.

O que significa a existência de uma rede de televisão nos Estados da Amazônia? Quantas pessoas vivem no meu Estado que nunca estiveram em São Paulo, em Brasília, no Rio de Janeiro, muito menos na Europa e em outras partes do mundo? A integração, através da telecomunicação, permite que o mundo seja menor para aqueles que têm dificuldade de se locomover. Todos eles conhecem Brasília, São Paulo e o mundo inteiro, através desse mecanismo mágico, a televisão, que lhes leva tudo, como, obviamente, cultura, conhecimento e possibilidade de integração com o País e com o mundo.

A Rede Amazônica nos ajudou a harmonizar o nosso Estado. Ela se completou em todo o Estado. Isso faz com que haja inclusão. O Dr. Juarez Quadros sabe muito bem do que falo, porque sempre nos apoiou. Entende, inclusive, que, em muitos lugares da Amazônia, o sistema de rádio ainda é fundamental para a segurança de voo. Agora, com o advento do satélite, isso mudou completamente, mas, até pouco tempo atrás, os aviões saíam de uma cidade da Amazônia e chegavam a outra pelo sistema de rádio. Era um veículo de mão única — eu sempre fui apaixonado pelo rádio —, mas foi muito útil, porque nos trouxe até a era da telefonia móvel.

Eu tenho anunciado aos colegas que, no próximo dia 2, o Dr. Juarez, Presidente da ANATEL, juntamente com dirigentes de companhias de telecomunicações, com o Governador do Estado, com Prefeitos e com Parlamentares — eu falava ainda há pouco com o Senador Petecão, que é coordenador, com o Deputado Moisés e com o Deputado Alan Rick —, estará no Acre, porque a transmissão de dados de Rio Branco vai dar um salto de qualidade, e a velocidade vai aumentar em até 20 vezes, com o uso de novas tecnologias. Esse é um esforço da ANATEL, que está fazendo esse investimento juntamente com outras companhias. É claro que também houve um esforço do Governador Tião Viana para que isso acontecesse.

Imaginem o que isso significará para a melhoria da telefonia móvel, da transmissão de dados, através da Internet, inclusive para o funcionamento da Rede Amazônica de Rádio e Televisão! Essa é a infraestrutura que precisa haver no nosso País.

Como avaliador e como membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, eu estou avaliando a política de banda larga e a Internet no nosso País. Ela deu um passo atrás, perdeu tempo. Nós



temos, portanto, que recuperar esse tempo perdido, porque hoje a Internet é fundamental, em todos os aspectos, inclusive para que haja essa conectividade para todos nós. O País precisa ter, sim, um sistema como quer a ANATEL, como quer e como merece o cidadão brasileiro, especialmente o da Amazônia.

Ao encerrar, cumprimento o Dr. Phelippe Daou Júnior, que trabalhou no Acre e fez aquela romaria que precisam fazer os bons dirigentes: começou de baixo, ocupou todas as funções e hoje é dirigente do grupo, com os merecidos elogios que nós fazemos a ele, por conta da simplicidade e da maneira discreta e dedicada com que leva adiante uma empresa que é, sim, de seus familiares, é, sim, de seus colegas, mas é também patrimônio da Amazônia. Nós todos nos sentimos um pouco Rede Amazônica de Rádio e Televisão.

Por isso eu acho da maior importância, Senador Omar Aziz, que V.Exa., em nome do Senado, tenha proposto a realização desta sessão, dando-nos o privilégio de poder celebrar, de registrar nos Anais da Casa o transcurso dos 45 anos de pioneirismo, de vitórias e de conquistas da Rede Amazônica de Rádio e Televisão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Democracia Progressista/PSD-AM) - Agradeço ao Senador Jorge Viana.

Com a palavra o nosso convidado, Dr. Phelippe Daou Júnior, último orador.

O SR. PHELIPPE DAOU JÚNIOR - Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, que preside esta sessão, coautor do requerimento, juntamente com o Deputado Pauderney Avelino, para realização desta homenagem, membros da Mesa, demais Parlamentares presentes, autoridades, convidados, amigos amazônidas.

Queria justificar ausência daquele que costumo chamar de tio, o Senador Bernardo Cabral. Infelizmente, por motivo de força maior, ele não pôde estar presente.

Quero inicialmente agradecer as palavras carinhosas que dedicaram ao meu pai nesta sessão e também à nossa empresa e proferir poucas palavras.

Antes de tudo, registro profundo agradecimento, primeiramente, aos Parlamentares, o Senador Omar Aziz e o Deputado Pauderney Avelino, em seguida, a todos que compõem as bancadas dos Estados da Amazônia Ocidental e Amapá, pela realização desta homenagem aos 45 anos da Rede Amazônica.

Como os senhores sabem, os três fundadores de nossa empresa nos deixaram no ano passado. Sem saber muito bem o que fazer e como fazer, mas inspirados pelos exemplos de nosso pai, Phelippe, minha irmã Claudia e eu retomamos a jornada de integração e desenvolvimento da Amazônia a partir deste ano.

Tal aventura me faz lembrar dos primeiros descobridores portugueses que, rumo ao desconhecido, lançavam-se no Oceano Atlântico tendo como última referência a Torre de Belém, no Rio Tejo.

Certamente tais descobridores abrigavam em seus corações uma infinidade de sonhos e incertezas, além de seus valores. Também é possível imaginar a alegria ao avistarem a Torre de Belém, vitoriosos ou não em suas conquistas, primeira referência ao retornarem aos seus lares.

Falo-lhes sobre isto porque os sentimentos que atualmente vivenciamos são os mesmos experimentados por aqueles portugueses. E nesse contexto a Torre de Belém simboliza os nossos princípios e valores, inegociáveis, principalmente para um grupo de comunicação, na partida e na chegada dessa aventura chamada Amazônia.



No mural, logo na entrada da sede, em Manaus, são fixadas as frases que indicam o horizonte do ano seguinte, desde o ano de fundação da Rede Amazônica. A última alcunhada por meu pai, no ano passado, é: “*Mudar nunca, verdade, justiça e liberdade*”. E sentenciava: “*É proibido falsear a verdade, proibido interpretar a justiça, proibido cercear a liberdade*”. É isso o que sustenta esta Rede na imensidão amazônica.

“*Vamos em frente*” é a frase que celebra os 45 anos do grupo Rede Amazônica e ancora os seus 46 anos.

Não poderia ser diferente, como dizia o meu pai: “*A Amazônia sofreria muito sem a Rede Amazônica*”. A primeira coisa a fazer é ter foco na causa do Grupo Rede Amazônica, servir à Amazônia, ou seja, contribuir para integrar e desenvolver a região.

Além disso, ter foco na essência do nosso negócio, produzir conteúdo isento e de alta relevância para o amazônida, libertando-o da escravidão proveniente da falta de acesso à informação e ao entretenimento qualificado.

“*Vamos em frente*” significa inovar permanentemente, prestando melhores e novos serviços em toda e qualquer plataforma de distribuição, sem perder a nossa essência.

“*Vamos em frente*” é reconhecer que a tecnologia, quando aplicada sem medo, com ousadia, viabiliza o Grupo Rede Amazônica em uma região tão carente e desafiadora, como a nossa.

“*Vamos em frente*” é ter plena consciência de que os talentos que trabalham e que venham a trabalhar conosco são o principal bem que possuímos e que, uma vez motivados e engajados, nada será capaz de nos deter na busca dos nossos objetivos.

“*Vamos em frente*” significa estar verdadeiramente presente na vida de cada amazônida, diariamente, o mais próximo que nos seja possível, entendendo as suas necessidades e expectativas e atendendo aos seus anseios.

“*Vamos em frente*” nada mais é do que o Grupo Rede Amazônica não mais nos pertencer, e, sim, ser adotado como porto seguro, como a Torre de Belém, por cada cidadão que vive em nossa fantástica região.

Se assim o fizermos, não só perpetuaremos o nosso grupo de empresas, mas realizaremos em plenitude o sonho daqueles que, a partir de uma decisão simples, honesta e apaixonada, iniciaram essa incrível jornada há 45 anos.

Muito obrigado a todos. Vamos em frente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Democracia Progressista/PSD-AM) - Quero agradecer a presença de todos e de todas.

Quero dizer ao Dr. Phelippe que o Senador Gladson Cameli estava inscrito, mas, pelo avançado da hora, eu pedi para ele depois fazer um pronunciamento exclusivo aqui na sessão, da mesma forma ao Deputado Silas Câmara, que acompanha a sessão e desde o primeiro momento está aqui conosco.

Quero agradecer, Phelippe, a sua presença aqui, a do no nosso querido amigo Moreira e a dos servidores e funcionários da Rede Amazônica daqui de Brasília, que, apesar de não estar na Amazônia, tem um papel importante para divulgar as atividades parlamentares de membros da Amazônia.

O teu pai, quando criou uma sucursal aqui, foi no sentido de contribuir para fazermos o debate político na Amazônia, na integração política, porque é de conhecimento de todos que é muito difícil um amazonense, acriano ou um Senador de Rondônia ou de Roraima ter um espaço maior em outro meio de comunicação, até porque os grandes jornais procuram divulgar os



Parlamentares dos seus Estados. E a Rede Amazônica faz isso, sempre atenta aos debates referentes à Amazônia.

Quantas e quantas vezes o Dr. Phelippe conversou comigo sobre a BR-319, gasoduto, Zona Franca, expansão, preocupações e tal!

Tenho certeza absoluta, pela formação que o senhor e a Cláudia têm, de que, nos próximos anos, a Rede Amazônica tende a crescer.

Eu tive a felicidade de conhecer o pai e a mãe do Phelippe. Sei que ele se preparou a vida toda para exercer essa função. Deus há de abençoá-lo e abençoar todos os servidores, funcionários, colaboradores da Rede Amazônica de Televisão. Eu tenho no meu gabinete uma pessoa que trabalhou muito tempo... Nós estávamos falando de Xapuri, no Acre. O Jefferson Coronel foi quem cobriu parte da morte do Chico Mendes, à época trabalhando na Rede Globo.

Teu pai estava ali atento, e ele me contava a dificuldade que era para colocar uma fita para sair no *Jornal Nacional*. O cabra tinha que correr para um lado, Xapuri era bem distante do aeroporto, e essa fita não chegaria nunca.

Essas são histórias que nós conhecemos, sobre as quais conversamos. São coisas que aconteceram com muitas pessoas que vivem na nossa região.

Muito obrigado, Phelippe. Parabéns pelos 45 anos da Rede! Que o senhor possa ser abençoado por Deus e tenha uma direção no desenvolvimento da nossa região. É o que todos nós queremos. A verdade é que todos nós queremos isso.

Que Deus abençoe a todos!

Está encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 37 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicações



**SENADO FEDERAL****GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA****Ofício nº 103/2017 – BLPRD**

Faça-se a substituição solicitada

Em 19/09/2017

Brasília, 18 de setembro de 2017

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática indica o **Senador Lindbergh Farias** como suplente na Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir, em substituição à **Senadora Ângela Portela**.


Senador Lindbergh Farias

Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

Excelentíssimo Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Congresso Nacional

Recebi em 19/09/1710134 Adriana**Adriana Padilha**

Mat. 229857





SENADO FEDERAL
Bloco Socialismo e Democracia
PSB – PPS – PCdoB – Rede

A Publicação
Em 18/09/2017

BLSDEM- Memo. 083/2017

Brasília, 13 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

Assunto: Composição da CPMI – JBS/J&F

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o **Senador Cristovam Buarque**, membro suplente, não mais integrará a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS, destinada a “Investigar as irregularidades envolvendo a empresa JBS em operações realizadas com o BNDES, ocorridas entre os anos de 2007 a 2016.” – **CPMI – JBS**.

Atenciosamente,


Senador João Capiberibe

Líder do Bloco Socialismo e Democracia

Recebi em 18/09/2017
Rosilvia 15:12
Rosilvia Carvalho Silva
SLCN





SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

À Publicação

Em 18/09/17

Américo

OF. GLPMDB nº 183 / 2017

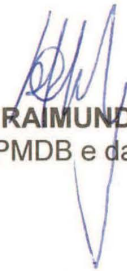
Brasília, 13 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Congresso Nacional
70.165-900 - Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, que o Senador **Dário Berger – PMDB/SC** declina de sua indicação para a composição da Comissão de Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo **Requerimento nº 1, de 2017-CN (CPMI do JBS)**.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.


Senador **RAIMUNDO LIRA**
Líder do PMDB e da Maioria

Recebi em 15/09/17

Adriana Padilha
Adriana Padilha
Mat. 229857





Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PR

Faça-se a substituição solicitada
Em 14/09/17

[Assinatura]

Of. nº 335/2017 – Lid-PR

Brasília, 13 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Senado Federal

Assunto: Indicação de membro titular em CPMI.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Laerte Bessa (PR/DF) para membro titular, em substituição ao Deputado Lúcio Vale (PR/PA) na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas JBS e J&F em operações realizadas com o BNDES e BNDES-PAR ocorridas entre os anos de 2007 a 2016, que geraram prejuízos ao interesse público; investigar os procedimentos do acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e os acionistas das empresas JBS e J&F.

Respeitosamente,

Deputado **José Rocha**
Líder do Partido da República - PR

Recebi em 14/09/17

[Assinatura de Adriana Padilha]

Adriana Padilha
Mat. 229857

Liderança do Partido da República – Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Sala 122 – Anexo II – Bloco das Lideranças
Partidárias (BLP) – Pavimento superior – Ala das Lideranças Deputado Álvaro Valle
Tel: 61-32159550 FAX: 61-32159577





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB



Ofício nº 210/17-GLPSDB

Brasília, de setembro de 2017.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o senador **EDUARDO AMORIM**, como titular, em substituição ao senador **PAULO BAUER**, para a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 787, de 2017.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,


Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Congresso Nacional

Recebi em 19 / 09 / 17
15:15 
Ana Carla G. Martins
Estagiária SLCN





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Assinatura e substituição
solicitada
Em 19 / 09 / 17
[Assinatura]

Ofício nº 211/17-GLPSDB

Brasília, de setembro de 2017.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o senador **EDUARDO AMORIM**, como titular, em substituição ao senador **PAULO BAUER**, para a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 788, de 2017.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Congresso Nacional

Recebi em 19 / 09 / 17
15:15 *[Assinatura]*
Ana Carla G. Martins
Estagiária SLCN





SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

Faça-se a substituição solicitada

Em 18 / 09 / 17

Humberto 18/2

OF. GLPMDB nº 181/ 2017

Brasília, 14 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Congresso Nacional
70.165-900 - Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador **Fernando Bezerra Coelho** – PMDB/PE, como titular, em substituição ao Senador Romero Jucá – PMDB/RR, na composição da Comissão Mista criada com a finalidade de analisar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 789, de 2017**, que altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para dispor sobre a *Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais*.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.


Senador **RAIMUNDO LIRA**
Líder do PMDB e da Maioria

Recebi em 15 / 09 / 17

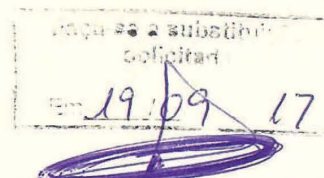
Adriana 12812

Adriana Padilha
Mat. 229857





SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria



OF. GLPMDB nº 186/ 2017

Brasília, 19 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Congresso Nacional
70.165-900 - Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador **Eduardo Braga** – PMDB/AM, como titular, em substituição ao Senador Zezé Perrella – PMDB/MG, na composição da Comissão Mista criada com a finalidade de analisar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 792, de 2017**, que institui no âmbito do Poder Executivo federal, o Programa de Desligamento Voluntário, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **RAIMUNDO LIRA**
Líder do PMDB e da Maioria

Recebi em 19/09/2017
em 19h11
Susan Pádua
Mat. 292944



À Publicação

Em 14/09/17

Paulo Bauer

SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 205/17-GLPSDB


Brasília, de setembro de 2017.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o senador **ANTONIO ANASTASIA**, como suplente, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, para a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 792, de 2017.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,



Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Congresso Nacional

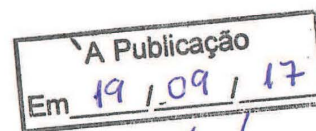
Recebido em 13/9/2017
às 19h48

Waldir Bezerra Miranda
Diretor
Secretaria Legislativa do
Congresso Nacional





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB



Ofício nº 206/17-GLPSDB Brasília, de setembro de 2017.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o senador **EDUARDO AMORIM**, como suplente, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, para a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 794, de 2017.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Congresso Nacional

Recebi em 19 / 09 / 17
15:15
Ana Carla G. Martins
Estagiária SLCN





SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

Faça-se a substituição solicitada

Em 18 / 09 / 17

Handwritten signature

OF. GLPMDB nº 182/ 2017

Brasília, 14 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Congresso Nacional
70.165-900 - Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador **Fernando Bezerra Coelho** – PMDB/PE, como titular, em substituição ao Senador José Maranhão – PMDB/PB, na composição da Comissão Mista criada com a finalidade de analisar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 795, de 2017**, que *dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.*

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Handwritten signature of Raimundo Lira
Senador **RAIMUNDO LIRA**
Líder do PMDB e da Maioria

Recebi em 15 / 09 / 17

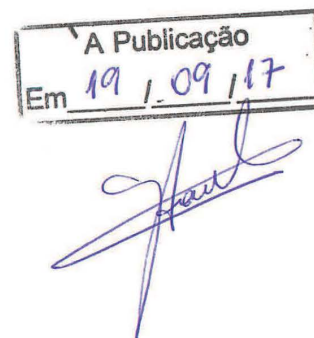
Handwritten signature of Adriana Padilha

Adriana Padilha
Mat. 229857





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB



Ofício nº 207/17-GLPSDB Brasília, de setembro de 2017.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o senador **EDUARDO AMORIM**, como suplente, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, para a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 795, de 2017.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,



Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Congresso Nacional

Recebi em 19/09/17
15:15 
Ana Carla G. Martins
Estagiária SLCN





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Progressista

Ofício nº 253/2017/LidPP



Faça-se a substituição solicitada
Em 20/09/17

Brasília, 20 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de Parlamentar na Comissão Mista de Medida Provisória

Nº 795/17.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **MARCUS VICENTE (PP/ES)**, para integrar, como **SUPLENTE** a Comissão Mista da MP 795/17 (Tributação da exploração de petróleo e gás), em substituição à Deputada **CONCEIÇÃO SAMPAIO (PP/AM)**.

Atenciosamente,

Deputado **ARTHUR LIRA**
Líder do Bloco PP/PTdoB

Recebi em 20/09/17
às 15h05 2017
Susan Pádua
Mat. 29294





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Progressista

Ofício nº 254/2017/LidPP



Faça-se a Substituição solicitada

Em 20/09/17

Brasília, 20 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de Parlamentar na Comissão Mista de Medida Provisória

Nº 795/17.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **JÚLIO LOPES (PP/RJ)**, para integrar, como **TITULAR**, a Comissão Mista da MP 795/17 (Tributação da exploração de petróleo e gás), em substituição ao Deputado **MARCUS VICENTE (PP/ES)**.

Atenciosamente,

Deputado **ARTHUR LIRA**
Líder do Bloco PP/PTdoB

recebi em 20/09/17
às 15h05
Susan Bidua
Mat. 292944





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

A Publicação
Em 19 / 09 / 17

Ofício nº 208/17-GLPSDB

Brasília, de setembro de 2017.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o senador **EDUARDO AMORIM**, como suplente, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, para a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 796, de 2017.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Congresso Nacional

Recebi em 19 / 09 / 17
15:15
Ana Carla G. Martins
Estagiária SLCN





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Líder do Bloco PP/PTdoB

Requer a substituição
solicitada
20/09/17

Ofício PP nº 259/2017

Brasília, 20 de Setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Indicação de membro para Comissão**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o (s) Deputado (s) Paulo
Dinabo (PP/SP), em substituição ao
Deputado Arthur Lira (PP/AL)
para integrar (em), como SUPLENTE, a Comissão Mista da
MP 796/17 (Prorrogação Recine - reedificação
da MPU 770/17).

Atenciosamente,

Deputado ARTHUR LIRA
Líder do Bloco PP/PTdoB

Recebi em 20/09/17
16:07
Ana Carla G. Martins
Estagiária SLCN



**SENADO FEDERAL****GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA****Ofício nº 105/2017 – BLPRD**

Brasília, 20 de agosto de 2017

Faça-se a substituição solicitada

Em 20/09/17

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) indica os **Senadores Lindbergh Farias e Humberto Costa** como titulares e as **Senadoras Fátima Bezerra e Ângela Portela** como suplentes, para a composição da Comissão Mista de Exame da MP 796/2017, em substituição aos membros já indicados.

Senador Lindbergh Farias

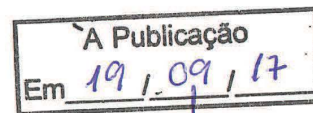
Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

Excelentíssimo Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Congresso Nacional

Recebi em 20/09/1713h05 Adriana
Adriana Padilha



SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB



Ofício nº 209/17-GLPSDB

Brasília, de setembro de 2017.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o senador **EDUARDO AMORIM**, como suplente, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, para a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 797, de 2017.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Congresso Nacional

Recebi em 19 / 09 / 17
15:15
Ana Carla G. Martins
Estagiária SLCN





Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PR

Faça-se a substituição solicitada
Em 14/09/17

Of. nº 333/2017 – LidPR

Brasília, 13 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Senado Federal

Assunto: Substituição de membro titular na Comissão Mista 797/2017.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o **Deputado Cabo Sabino (PR/CE)** para membro titular em minha substituição, **Deputado José Rocha (PR/BA)**, na **Comissão Mista 797 de 2017**, altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

Respeitosamente,

José Rocha
Líder do Partido da República - PR

Recebi em 14/09/17

10h04 Adriana
Adriana Padilha
Mat. 229857





SENADO FEDERAL
Bloco Moderador

À Publicação

Em 19/09/17

OF. Nº 095/2017-BLOMOD

Brasília, 19 de setembro de 2017.

À Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador **Vicentinho Alves (PR/TO)** para compor, como membro **Titular** e o Senador **Armando Monteiro (PTB/PE)** para compor, como membro **Suplente**, a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer **sobre a Medida Provisória nº 798, de 2017**, que “*Altera a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.*”

Atenciosamente,

Senador WELLINGTON FAGUNDES

Líder do Bloco Moderador
PTB – PR – PSC – PRB – PTC

Recebi em 19/09/17

18h42 Adriana

Adriana Padilha
Mat. 229857





CÂMARA DOS DEPUTADOS
PARTIDO DOS TRABALHADORES
Gabinete da Liderança



Ofício nº 497 / GAB-LidPT

Brasília - DF, 19 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar a retirada das deputadas **ERIKA KOKAY PT/DF** e **MARGARIDA SALOMÃO - PT/MG**, membros suplentes, na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Atenciosamente,

Dep. Carlos Zarattini - PT/SP
Líder da Bancada na Câmara

Recebi em 20/09/17

11849 Adriana

Adriana Padilha
Mat. 229857





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista da Medida Provisória nº 787/2017

À Publicação

Em 20/09/17

Ofício nº 02/MPV-787/2017

Brasília, 19 de setembro de 2017.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que designei a Deputada Norma Ayub como Relatora da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 787, de 2017.

Respeitosamente,

Senadora ROSE DE FREITAS
Presidente da Comissão

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Congresso Nacional

Recebi em 20/09/1711h33 Adriana

Adriana Padilha
Mat. 229857



Mensagem do Presidente da República



Mensagem nº 343, de 2017, na origem, que encaminha ao Congresso Nacional as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2018 (Projeto de Lei nº 20 de 2017-CN).

O documento vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e está publicado na página da matéria no portal do Senado Federal.



Pareceres





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 1, DE 2017

Da COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 779, DE 2017, sobre o processo Medida Provisória nº779, de 2017, que Estabelece critérios para a celebração de aditivos contratuais relativos às outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário.

PRESIDENTE: Senador José Maranhão

RELATOR: Deputado Mário Negromonte Jr.

20 de Setembro de 2017



COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 779, DE 19 DE MAIO DE 2017.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 779, DE 19 DE MAIO DE 2017 (MENSAGEM Nº 151, DE 2017, DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)

Estabelece critérios para a celebração de aditivos contratuais relativos às outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado MARIO NEGROMONTE JR

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 151, submete à análise do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 779, de 19 de maio de 2017, que “*estabelece critérios para a celebração de aditivos contratuais relativos às outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário*”.

A Medida Provisória 779/2017 admite a celebração de aditivos contratuais para a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016.

As condições para alteração do cronograma, que poderá ocorrer somente uma vez, estão previstas no art. 2º e incluem 1) a manifestação do interessado no prazo máximo de um ano, contado da data de publicação da Medida Provisória; 2) a inexistência de processo de caducidade instaurado e adimplência do interessado com as outorgas vencidas até a data da assinatura do aditivo; 3) a apresentação, pelo contratado, de pagamento



CD/17544.21419-37



antecipado de parcela de valores das contribuições fixas; 4) a manutenção do valor presente líquido das outorgas originalmente assumidas; 5) a limitação do saldo da reprogramação aos valores das contribuições fixas antecipadas, durante o período remanescente do contrato; e, 6) a limitação de cada parcela de contribuição reprogramada a até cinquenta por cento acima do valor da parcela da contribuição originalmente pactuada para cada exercício.

O parágrafo único do art. 2º afirma que a observância das condições dispostas na Medida Provisória não implica alteração das condições do contrato de parceria, considerando-se mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Antes de apreciar o mérito da MP nº 779, de 2017, e das duas emendas a ela apresentadas, cumpre-nos, preliminarmente, verificar o atendimento aos pressupostos de urgência e relevância dos assuntos tratados na Medida Provisória e analisar a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria submetida ao Plenário, além da sua compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

DOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA

Verificamos que a Medida Provisória atende aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

Os fundamentos de relevância e urgência constitucionalmente exigidos para a adoção de inovações legislativas na forma de Medida Provisória foram declinados na Exposição de Motivos (EM) nº 42/2017, da lavra conjunta dos Ministros titulares do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e do Ministério do Planejamento.



CD/17544.21419-37



Segundo se extrai da fundamentação expendida pelo Poder Executivo, ainda que o requisito relevância não tenha sido explicitamente justificado, seria possível subsumi-lo no trecho da Exposição de Motivos em que se esclarece que a Medida Provisória objetiva “contribuir para o ajuste fiscal em andamento no Brasil e proporcionar condições para a continuidade da prestação adequada de serviços públicos aeroportuários.”

Por sua vez, o requisito urgência é justificado pela “urgência nas medidas para efetivação da reprogramação do cronograma de recolhimento de outorgas, tendo em vista que a atual situação financeira de concessionárias de infraestrutura aeroportuária resulta em riscos à continuidade da prestação adequada de serviços públicos aeroportuários, conforme exposto em relatórios de auditoria e análises técnicas dos ministérios pertinentes.”

O Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial do Poder Executivo para análise do tema demonstrou existir risco para a continuidade da prestação dos serviços públicos aeroportuários na hipótese de a reprogramação não se concretizar, em especial no tocante à Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. e à Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (página 3), dois aeroportos considerados vitais para o transporte aéreo civil brasileiro.

Dessa forma, julgamos que foram atendidos os pressupostos constitucionais de relevância e urgência da matéria tratada pela MPV nº 779, de 2017.

DA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA

A constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa também estão verificadas na MPV nº 779, de 2017.

A matéria não se enquadra na lista exaustiva de vedações de que trata o §1º do artigo 62 da Carta Política ou infringe qualquer disposição do mencionado comando constitucional.



CD/17544.21419-37



De fato, além da falta de dispositivo contrário na Carta Magna, a norma tem como pressuposto o mandamento insculpido no art. 22, inciso XXVII, que dispõe ser de competência privativa da União editar normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III.

A MPV nº 779, de 2017, tampouco caracteriza-se como injurídica, enquadrando-se, sem vícios, no ordenamento jurídico brasileiro.

Quanto às duas emendas apresentadas, entendemos que todas, assim como a Medida Provisória, atendem aos pressupostos em questão.

Diante do exposto, nos manifestamos **pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa** da Medida Provisória nº 779, de 2017, e das duas emendas a ela apresentadas.

DA COMPATIBILIDADE E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A MP nº 779, de 2017, não apresenta vícios de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, uma vez que não cria novas despesas para a União, nem tampouco estabelece benefícios fiscais que impliquem renúncia de receitas.

Nos termos da Nota Técnica nº 21 da Consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados (atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN), concluiu-se que,

“Do exame da referida Medida Provisória, constata-se que, com relação à despesa, não identificamos nenhuma implicação orçamentária e financeira.

Com relação à Receita da União o impacto orçamentário e financeiro dependerá se a alteração do cronograma será para antecipar ou postergar os pagamentos.

Caso seja para postergar, a Medida Provisória em análise não cumpre os requisitos exigidos nos artigos 117 e 118 da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO em vigor (lei nº 13.408 de 2016). Segundo as determinações da LDO, A MP deveria estar acompanhada de



CD/17544.21419-37



estimativas com memória de cálculo e suas respectivas compensações. A Medida Provisória não traz essas informações.

(...)

Portanto, do ponto de vista do exame de adequação orçamentária e financeira, a MP não cumpre os requisitos mínimos previstos na LDO em vigência. Mesmo no caso de antecipação dos pagamentos, o Poder Executivo deveria ter apresentado a demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada conforme dispõe o art. 118 da LDO.” (fl. 3)

Os argumentos proferidos pela Consultoria de Orçamentos, no entanto, não merecem prosperar.

Isso porque, nos termos da sistemática de reprogramação prevista na Medida Provisória, a possibilidade de haver receita menor em um ano (em relação à receita de outorga originalmente contratada) somente pode ocorrer caso haja um volume equivalente ou superior adiantado em exercício anterior.

Tampouco assiste razão à Consultoria de Orçamentos quando alega que “o Poder Executivo deveria ter apresentado a demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada”. Isso porque no momento de edição da Medida Provisória, não era possível estimar o volume de antecipação que seria solicitado pelos concessionários, tendo em vista que:

1. a adesão à reprogramação é facultativa e não era possível precisar quais concessionários iriam requerer;
2. não era possível definir em quais termos (quanto iriam adiantar e quanto iriam usar do saldo adiantado nos anos posteriores) os concessionários iriam solicitar a reprogramação.
3. é difícil estimar quais pleitos apresentados seriam aprovados como aditivo ao Contrato, após avaliação pelos órgãos competentes.

As duas emendas sujeitas à análise pela Comissão Mista seguem a mesma linha da Medida Provisória nº 779, de 2017, vez que nenhuma delas implica renúncia de receita ou aumento de despesa pública.

Dessa forma, as disposições da Medida Provisória e emendas a ela apresentadas encontram-se de acordo com a legislação que rege o



CD/17544.21419-37



controle das finanças públicas, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

DO MÉRITO

A Medida Provisória nº 779, de 2017, além do artigo que prevê sua imediata vigência, contém dois artigos que visam possibilitar a celebração de aditivos contratuais para a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016.

As condições para alteração do cronograma, que poderá ocorrer somente uma vez, estão previstas no art. 2º e incluem 1) a manifestação do interessado no prazo máximo de um ano, contado da data de publicação da Medida Provisória; 2) a inexistência de processo de caducidade instaurado e adimplência do interessado com as outorgas vencidas até a data da assinatura do aditivo; 3) a apresentação, pelo contratado, de pagamento antecipado de parcela de valores das contribuições fixas; 4) a manutenção do valor presente líquido das outorgas originalmente assumidas; 5) a limitação do saldo da reprogramação aos valores das contribuições fixas antecipadas, durante o período remanescente do contrato; e, 6) a limitação de cada parcela de contribuição reprogramada a até cinquenta por cento acima do valor da parcela da contribuição originalmente pactuada para cada exercício.

O parágrafo único do art. 2º afirma que a observância das condições dispostas na Medida Provisória não implica alteração das condições do contrato de parceria, considerando-se mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Nos termos da Exposição de Motivos nº 42/2017, assinada conjuntamente pelos titulares do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e do Ministério do Planejamento, a presente Medida Provisória tem por objetivo complementar o reordenamento do setor de aviação civil.

Iniciativas nesse sentido estão contidas na Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, fruto da aprovação da MPV nº 752/2016, que dispõe sobre



CD/17544.21419-37



diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário, e o Projeto de Lei nº 7.425, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que altera o art. 181 do Código Brasileiro de Aviação para eliminar o limite de até 20% (vinte por cento) de participação de capital estrangeiro com direito a voto em empresas que prestam serviços aéreos públicos.

A Medida Provisória guarda estreita relação ainda com a Portaria MTPA nº 135/2017, que "fixa os parâmetros mínimos para análise dos processos de reprogramação do cronograma de recolhimento da Contribuição Fixa dos contratos de concessão federal para ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária, celebrados até 31 de dezembro de 2016".

Parte do texto da MPV nº 779, de 2017, constou ainda de uma das redações conferidas à Medida Provisória nº 752, de 2016 (parágrafos 3º a 6º do artigo 24), aprovada pela Comissão Mista do Congresso Nacional, com redação compatível com as disposições da Portaria e com as conclusões do Grupo Interministerial quanto aos objetivos e premissas da reprogramação. Entretanto, a regra inserida pela Comissão Mista se aplicava, além dos aeroportos, também ao setor de rodovias, o que causou sua retirada do texto final quando da votação em Plenário.

Assim, seja infralegalmente seja em análise pretérita pelo Congresso, as normas trazidas pela Medida Provisória já foram objeto de cuidadosa análise pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Deve ser notado que o mecanismo adotado para a reprogramação do cronograma de recolhimento de outorgas tem como premissas centrais a manutenção do valor presente líquido das Contribuições Fixas e, conseqüentemente, da oferta vencedora no Leilão, bem como o adiantamento de parcelas vincendas de Contribuição Fixa, além da quitação de eventuais valores devidos, incluindo juros, sendo que, quanto maior o adiantamento, maior a flexibilidade conferida ao concessionário na propositura da reprogramação.



CD/17544.21419-37



Os principais objetivos da medida são, portanto, contribuir para o ajuste fiscal em andamento e proporcionar condições para a continuidade da prestação adequada de serviços públicos aeroportuários, dada a alegação de situação financeira precária, por parte das concessionárias de infraestrutura aeroportuária.

DAS EMENDAS APRESENTADAS

Quanto à análise do mérito das duas emendas apresentadas, agradecemos as contribuições e aperfeiçoamentos sugeridos pelos ilustres Autores, e entendemos que ambas devam ser acatadas, segundo o quadro analítico abaixo.

Nº	Autor	Descrição	Análise
1	Dep. Pedro Fernandes	Propõe a inclusão de parágrafo único ao art. 1º para prever que a celebração de aditivos contratuais seja amplamente divulgada, inclusive por meio da imprensa oficial e da internet.	Emenda em consonância com os princípios de transparência do processo administrativo.
2	Dep. Carlos Zarattini	Propõe a inclusão de dispositivo ao art. 2º de modo a restringir a manifestação do interessado nos aditivos contratuais ao prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória.	Emenda visa criar incentivo para que interessados em obter os benefícios contidos na MP se manifestem em prazo hábil.

Pelo exposto, entendemos que a Medida Provisória deva ser aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão, que ora apresentamos anexo.

CONCLUSÃO

Pelos motivos acima expostos, **VOTO:**



CD/17544.2/1419-37



I - pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 779, de 2017;

II - pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MPV e das duas Emendas apresentadas;

III - pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da MP e das duas Emendas apresentadas; e

IV - no mérito, **pela aprovação** da Medida Provisória nº 779, de 2017, e pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2 a ela apresentadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo.

Sala das Comissões, em de de 2017.

Deputado MARIO NEGROMONTE JR.
Relator

2017-11954



11

10

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 779, DE 15 DE MAIO DE 2017.**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2017.

Estabelece critérios para a celebração de aditivos contratuais relativos às outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica admitida a celebração de aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016, observado o disposto nesta Lei e no ato de regulamentação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Parágrafo único. A celebração de aditivos contratuais, referidos no *caput*, deverão ser amplamente divulgados, inclusive por meio da imprensa oficial e da internet.

Art. 2º A alteração do cronograma será admitida somente uma vez, observadas as seguintes condições:

I - manifestação do interessado no prazo de cento e oitenta (180) dias, contado da data de publicação da Medida Provisória nº 779, de 19 de maio de 2017;

II - inexistência de processo de caducidade instaurado e adimplência do interessado com as outorgas vencidas até a data da assinatura do aditivo;

III - apresentação, pelo contratado, de pagamento antecipado de parcela de valores das contribuições fixas;



CD/17544.21419-37



12

11

IV - manutenção do valor presente líquido das outorgas originalmente assumidas;

V - durante o período remanescente do contrato, limitação do saldo da reprogramação aos valores das contribuições fixas antecipadas; e

VI - limitação de cada parcela de contribuição reprogramada a até cinquenta por cento acima do valor da parcela da contribuição originalmente pactuada para cada exercício.

Parágrafo único. A observância das condições dispostas nesta Lei não implica alteração das condições do contrato de parceria, considerando-se mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado MARIO NEGROMONTE JR
Relator

2017-11954



CD/17544.21419-37





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista da Medida Provisória nº 779/2017

DECISÃO DA COMISSÃO

Reunida nesta data a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 779, de 2017, foi aprovado, por unanimidade, o relatório do Deputado Mário Negromonte Jr., que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 779, de 2017; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MPV e das duas Emendas apresentadas; pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da MP e das duas Emendas apresentadas; e no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 779, de 2017, e pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2 a ela apresentadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado.

Presentes à reunião os Senadores Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Gleisi Hoffmann, Paulo Rocha, Pedro Chaves, Eduardo Lopes, Sérgio Petecão, José Medeiros e José Maranhão; e dos Deputados Leonardo Quintão, Jones Martins, Josi Nunes, Décio Lima, Mário Negromonte Jr., Pedro Cunha Lima, José Rocha, Jefferson Campos, Pedro Fernandes, Marcos Soares e Cleber Verde.

Brasília, 20 de setembro de 2017.

Senador José Maranhão
Presidente da Comissão Mista



PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2017

(Proveniente da Medida Provisória nº 779, de 2017)

Estabelece critérios para a celebração de aditivos contratuais relativos às outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica admitida a celebração de aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016, observado o disposto nesta Lei e no ato de regulamentação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Parágrafo único. A celebração de aditivos contratuais, referidos no *caput*, deverão ser amplamente divulgados, inclusive por meio da imprensa oficial e da internet.

Art. 2º A alteração do cronograma será admitida somente uma vez, observadas as seguintes condições:

I - manifestação do interessado no prazo de cento e oitenta (180) dias, contado da data de publicação da Medida Provisória nº 779, de 19 de maio de 2017;

II - inexistência de processo de caducidade instaurado e adimplência do interessado com as outorgas vencidas até a data da assinatura do aditivo;

III - apresentação, pelo contratado, de pagamento antecipado de parcela de valores das contribuições fixas;



IV - manutenção do valor presente líquido das outorgas originalmente assumidas;

V - durante o período remanescente do contrato, limitação do saldo da reprogramação aos valores das contribuições fixas antecipadas; e

VI - limitação de cada parcela de contribuição reprogramada a até cinquenta por cento acima do valor da parcela da contribuição originalmente pactuada para cada exercício.

Parágrafo único. A observância das condições dispostas nesta Lei não implica alteração das condições do contrato de parceria, considerando-se mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 20 de setembro de 2017.

Senador José Maranhão
Presidente da Comissão Mista





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 1, DE 2017

Da REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2016, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de veículos elétricos, e dá outras providências.

PRESIDENTE: Deputado Celso Russomano

RELATOR: Deputado José Stédile

5 de Setembro de 2017



1

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2016

Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de veículos elétricos, e dá outras providências.

Autor: Senador **TELMÁRIO MOTA**

Relator: Deputado **JOSÉ STÉDILE**

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Senador TELMÁRIO MOTA tem como objetivo conceder isenção fiscal do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os veículos de passageiros, elétricos ou híbridos, de fabricação nacional, exigindo ainda para a concessão do referido benefício fiscal que o fabricante deve estabelecer um plano de nacionalização das peças de reposição dos veículos e também um plano de implantação de pontos de recarga de veículos.

Dispõe ainda que a isenção do IPI somente vigorará por um período de 5 (cinco) anos e será reconhecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, mediante prévia verificação de que o adquirente preenche os requisitos prevista nesta Lei.

Por fim, assegura a manutenção dos créditos do IPI relativo às matérias primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem utilizados na industrialização dos produtos referidos nesta Lei, bem como em relação ao IPI pago no desembaraço aduaneiro referente a automóvel de passageiros originário e procedente de países integrantes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, saído do estabelecimento importador de pessoa jurídica



fabricante de automóveis da posição 87.03 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI com a isenção de que trata o art. 1º."

A proposição em tela foi distribuída para a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

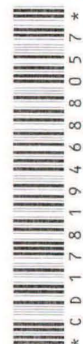
Nos termos do art. 3º da Resolução nº 1/2011 do Congresso Nacional, cabe a esta Representação apreciar e emitir parecer a todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional, inclusive as emanadas de órgãos decisórios do Mercosul, nos termos do art. 4, inciso 12, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

Assim, tendo em vista suas competências regimentais, cabe a esta Representação informar que o Projeto de Lei em tela apresenta dois problemas que precisam ser sanados para viabilizar sua aprovação.

Primeiramente, observe-se que apesar do inegável mérito da proposição em comento, ela padece de um grave problema que pode inviabilizar a sua tramitação e aprovação, especialmente na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados.

Isso porque, a eventual concessão de isenção do IPI para os veículos elétricos e híbridos, gera renúncia fiscal para os cofres da União.

Assim, para se atender às exigências do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101/2000, abaixo transcrito, faz-se necessário o envio de um Requerimento ao Poder Executivo solicitando a elaboração de uma estimativa do impacto orçamentário nos anos de 2017, 2018 e 2019 e, após o recebimento de tal estimativa, a apresentação de



medidas compensatórias, de forma a neutralizar o eventual impacto no orçamento da União.

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.”

De qualquer forma, nada impede que tal problema seja sanado no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

No mérito, o Projeto de Lei em tela, ao conceder, de forma unilateral, no âmbito do Mercosul, a isenção fiscal do IPI, causa sérios prejuízos aos interesses da indústria nacional.

Observe-se que tal medida contribuiria para a redução da geração de emprego e renda em território nacional, ou seja, agravaria o processo de desindustrialização do Brasil.

Ademais, tal medida, equivale a criar um benefício fiscal para a indústria automotiva da Argentina. Assim, para que o benefício fiscal seja justo, é



preciso que seja negociada a reciprocidade no âmbito do Mercosul, ou seja, todos os países do Mercosul deveriam conceder ao Brasil o mesmo tratamento tributário, para evitar o desequilíbrio nas relações intra-Mercosul.

Nesse contexto e visando sanar este problema, estou apresentando uma emenda para suprimir o inciso II do art. 4º do Projeto de Lei em tela.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2016, desde que adotada a Emenda em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado JOSÉ STÉDILE

Relator

2016-19470



REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2016

Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de veículos elétricos, e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

Suprima-se do PLS em tela o inciso II do art. 4º, que assim dispõe:

"Art. 4º

II - ao imposto pago no desembaraço aduaneiro referente a automóvel de passageiros originário e procedente de países integrantes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, saído do estabelecimento importador de pessoa jurídica fabricante de automóveis da posição 87.03 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI com a isenção de que trata o art. 1º."

Sala da Comissão, em de de 2017.



Deputado JOSÉ STÉDILE

2016-19470





CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PROJETO DE LEI Nº 340, DE 2016 (Do Senado Federal)

PARECER DA REPRESENTAÇÃO

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº 340, de 2016, do Sr. Telmário Mota, que "*dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de veículos elétricos, e dá outras providências*", com a Emenda adotada, nos termos do Parecer do Relator, Deputado José Stédile.

Estiveram presentes os Senhores(as):

Senadores(as) Antonio Carlos Valadares, Cidinho Santos, Dário Berger, Fátima Bezerra, Lídice da Mata e Valdir Raupp; e os Deputados(as) Benedita da Silva, Celso Russomanno, Damião Feliciano, Dilceu Sperafico, Eduardo Barbosa, Heráclito Fortes, Jaime Martins, Jean Wyllys, José Fogaça, Jose Stédile, Rocha, Rômulo Gouveia, Ságuas Moraes, Takayama, Carlos Gomes, Ronaldo Benedet e Rosangela Gomes.

Plenário da Representação, em 5 de setembro de 2017.


Deputado **CELSO RUSSOMANNO**
Presidente





CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira

EMENDA ADOTADA
PLS nº 340, de 2016
(Do Senhor Telmário Mota)

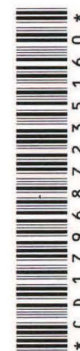
Suprima-se do PLS em tela o inciso II do art. 4º, que assim dispõe:

"Art. 4º

II - ao imposto pago no desembaraço aduaneiro referente a automóvel de passageiros originário e procedente de países integrantes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, saído do estabelecimento importador de pessoa jurídica fabricante de automóveis da posição 87.03 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI com a isenção de que trata o art. 1º."

Sala da Representação, em 5 de setembro de 2017.


Deputado **CELSO RUSSOMANNO**
Presidente





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 15, DE 2017

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o processo Projeto de Lei do Congresso Nacional nº18, de 2017, que Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 232.807.540,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PRESIDENTE: Senador Dário Berger

RELATOR: Deputada Carmen Zanotto

19 de Setembro de 2017





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO

PARECER nº , de 2017-CN

Projeto de Lei nº 18, de 2017-CN, que “*Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 232.807.540,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*”.

Autor: **Poder Executivo**

Relatora: **Dep. Carmen Zanotto**

I - RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem nº 310 (na origem), de 24 de agosto de 2017, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 18, de 2017 - CN, que “*Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 232.807.540,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*”, conforme a seguir demonstrado:

Discriminação	Suplementação (R\$ 1,00)	Origem dos Recursos (R\$ 1,00)
Ministério do Trabalho	55.807.540	55.807.540
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	55.807.540	55.807.540
Ministério do Desenvolvimento Agrário	177.000.000	177.000.000
Ministério do Desenvolvimento Agrário (Administração Direta)	0	177.000.000
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	177.000.000	0
Total	232.807.540	232.807.540

A Exposição de Motivos-EM nº 189/2017/MP, de 23 de agosto de 2017, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão destaca que no âmbito do Ministério do Trabalho, especificamente no Fundo de Amparo ao Trabalhador, o crédito viabilizará o atendimento de despesas relativas à manutenção e ao desenvolvimento de funcionalidades de



**CONGRESSO NACIONAL**

3

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO

sistemas que dão suporte operacional para o pagamento dos benefícios do Seguro Desemprego e outras políticas de empregabilidade implementadas pelo Órgão. Quanto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, possibilitará a execução de despesas relacionadas a serviços de informática, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social.

Em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e obedecendo as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal, o crédito será viabilizado à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias.

A propósito do que dispõe o § 4º do art. 44 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 - LDO-20167, a Exposição de Motivos registra que, do ponto de vista fiscal, as modificações decorrentes da abertura do crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, constante da referida Lei, por se tratar de remanejamento entre despesas primárias discricionárias, não alterando o montante dessas despesas, cuja execução fica condicionada aos valores de movimentação e empenho do Anexo I do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, conforme estabelecem o § 2º do art. 1º desse Decreto e o art. 59 da LDO-2017.

A Exposição de Motivos também destaca que a presente alteração orçamentária está de acordo com o § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, tendo em vista que não amplia os limites das despesas primárias estabelecidos para o corrente exercício.

Parte do crédito proposto está sendo aberto a órgão transformado pela Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017. A Exposição de Motivos posiciona-se no sentido de que a estrutura de órgãos e unidades orçamentárias constantes na Lei Orçamentária Anual não se altera em decorrência de modificações da reorganização administrativa. Para ratificar o posicionamento, registra que o art. 54 da LDO-2017, autoriza o Poder Executivo a “utilizar, total ou parcialmente, as dotações aprovadas na Lei Orçamentária de 2017 e em créditos adicionais”, sem condicionar à prévia transposição, remanejamento ou transferência dessas dotações.

É o relatório.

II – EMENDAS

Ao PLN nº 18, de 2017, não foram apresentadas emendas.

III - VOTO

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO**

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional - crédito suplementar - visto que objetiva exclusivamente o reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Verifica-se, igualmente, que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO 2017 e do Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019 – PPA 2016-2019 (Lei n.º 13.249, de 13 de janeiro de 2016), e à sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2017 – LOA 2017 (Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017).

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 18, de 2017 - CN, na forma encaminhada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, de de 2017.

Dep. CARMEN ZANOTTO

Relatora



**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

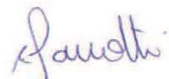
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Terceira Reunião Ordinária, realizada em 19 de agosto de 2017, **APROVOU**, contra os votos dos Deputados Zeca Dirceu e Bohn Gass e do Senador Antonio Carlos Valadares, o Relatório da Deputada **CARMEN ZANOTTO**, favorável ao **Projeto de Lei nº 18/2017-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Dário Berger, Presidente, Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira, Eduardo Lopes, Hélio José, Lasier Martins, Pedro Chaves e Valdir Raupp; e os Senhores Deputados Laura Carneiro, Primeira Vice-Presidente, Beto Rosado, Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Carmen Zanotto, Célio Silveira, Danilo Forte, Domingos Sávio, Edio Lopes, Elmar Nascimento, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, João Arruda, João Fernando Coutinho, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Josi Nunes, Julio Lopes, Laudiovio Carvalho, Lindomar Garçon, Maia Filho, Mandetta, Misael Varella, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Pedro Fernandes, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Renato Andrade, Rosângela Gomes, Toninho Wandscheer, Wellington Roberto e Zeca Dirceu.

Sala de Reuniões, em 19 de setembro de 2017.



Senador **DÁRIO BERGER**
Presidente



Deputada **CARMEN ZANOTTO**
Relatora



DECRETOS LEGISLATIVOS



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 105, DE 2017

Aprova o ato que outorga autorização ao GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2013, que outorga autorização ao Governo do Estado do Amazonas, por intermédio da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 106, DE 2017

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à
RÁDIO ONDA VERDE FM DE AIMORÉS
LTDA. para executar serviço de radiodifusão
sonora em frequência modulada na cidade de
Aimorés, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 369, de 17 de agosto de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 6 de setembro de 2008, a permissão outorgada à Rádio Onda Verde FM de Aimorés Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 107, DE 2017**

Aprova o ato que outorga autorização à
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO BAIRRO DERALDO
ALVES para executar serviço de radiodifusão
comunitária na cidade de Buenópolis, Estado de
Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 170, de 6 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Deraldo Alves para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buenópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 108, DE 2017

Aprova o ato que outorga permissão à KRTV – COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iconha, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 911, de 14 de outubro de 2010, que outorga permissão à KRTV – Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iconha, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 109, DE 2017**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO ARTHUR CATALDI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.066, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária do Bairro Arthur Cataldi para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 110, DE 2017**

Aprova o ato que outorga autorização à
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS BOCAINENSES
para executar serviço de radiodifusão comunitária
na cidade de Bocaina de Minas, Estado de Minas
Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.386, de 22 de dezembro de 2010, que outorga autorização à Associação dos Amigos Bocainenses para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bocaina de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 111, DE 2017

Aprova o ato que outorga autorização à
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO
EDUCATIVA ALIANÇA para executar serviço de
radiodifusão comunitária na cidade de Petrolândia,
Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 20, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Organização Comunitária Rádio Educativa Aliança para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 112, DE 2017

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE ÂNGULO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ângulo, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 1.040, de 8 de novembro de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Ângulo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ângulo, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 113, DE 2017

Aprova o ato que outorga permissão à INHANDAVA PROMOÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 719, de 3 de agosto de 2010, que outorga permissão à Inhandava Promoções Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 114, DE 2017

Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO COMUNITÁRIA DE REALENGO E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 1.175, de 24 de novembro de 2010, que outorga autorização à União Comunitária de Realengo e Adjacências para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 115, DE 2017

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE INÚBIA PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inúbia Paulista, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 259, de 28 de agosto de 2013, que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Inúbia Paulista para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inúbia Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 116, DE 2017**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 374, de 28 de agosto de 2012, que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 117, DE 2017

Aprova o ato que outorga autorização à
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MONTE AZUL
para executar serviço de radiodifusão comunitária
na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 235, de 7 de agosto de 2013, que outorga autorização à Associação Cultural de Monte Azul para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 118, DE 2017

Aprova o ato que outorga autorização à
ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO para
executar serviço de radiodifusão comunitária na
cidade de Ourolândia, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 47, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Associação de Promoção do Desenvolvimento do Semi-Árido para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourolândia, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 119, DE 2017

Aprova o ato que outorga autorização à
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE
CARAGUATATUBA - ZONA SUL para
executar serviço de radiodifusão comunitária na
cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 258, de 28 de agosto de 2013, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de Caraguatatuba - Zona Sul para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 120, DE 2017

Aprova o ato que outorga autorização à
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO
COMUNITÁRIA DE SOBRADINHO - BAHIA
para executar serviço de radiodifusão comunitária
na cidade de Sobradinho, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 46, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Sobradinho - Bahia para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 121, DE 2017

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à
TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ
DO RIO PRETO LTDA. para explorar serviço de
radiodifusão de sons e imagens na cidade de São
José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de dezembro de 2014, que renova por quinze anos, a partir de 19 de dezembro de 2006, a concessão outorgada à Televisão Independente de São José do Rio Preto Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 124, DE 2017

Aprova o ato que outorga permissão à OCAM COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações nº 219, de 6 de junho de 2011, que outorga permissão à Ocam Comunicação Digital SE Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 125, DE 2017

Aprova o ato que outorga autorização à
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA CULTURAL DE PORTO para
executar serviço de radiodifusão comunitária na
cidade de Porto, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 320, de 25 de novembro de 2013, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Cultural de Porto para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 126, DE 2017

Aprova o ato que outorga autorização à
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DA CIDADE DE GARARU
para executar serviço de radiodifusão comunitária
na cidade de Gararu, Estado de Sergipe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 519, de 27 de dezembro de 2012, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Gararu para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gararu, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 127, DE 2017

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE
COMUNICAÇÃO E CULTURA BOA NOTÍCIA
para executar serviço de radiodifusão comunitária
na cidade de Duque Bacelar, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 102, de 20 de fevereiro de 2015, que renova por dez anos, a partir de 21 de maio de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Notícia para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque Bacelar, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 128, DE 2017

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RIO FORTE DE APOIO A COMUNICAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Centenário, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 32, de 6 de fevereiro de 2014, que outorga autorização à Associação Rio Forte de Apoio a Comunicação e Cultura para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Centenário, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 129, DE 2017

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à
ORGANIZAÇÃO RADIODIFUSÃO DE
CESÁRIO LANGE LTDA. para executar serviço
de radiodifusão sonora em frequência modulada na
cidade de Cesário Lange, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 514, de 6 de dezembro de 2011, que renova, por dez anos, a partir de 13 de junho de 2011, a permissão outorgada à Organização Radiodifusão de Cesário Lange Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cesário Lange, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 130, DE 2017

Aprova o ato que outorga permissão à
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE – FUFS para executar serviço de
radiodifusão sonora em frequência modulada na
cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 475, de 20 de junho de 2014, que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe – FUFS para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 132, DE 2017

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO NOVA PRINCESA FM DE PITANGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Tamarana, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 221, de 18 de julho de 2013, que outorga permissão à Rádio Nova Princesa FM de Pitanga Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Tamarana, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 134, DE 2017

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL EDUCATIVA E ARTÍSTICA DE BRUMADINHO - ACRCEAB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 2.838, de 30 de julho de 2015, que renova, por dez anos, a partir de 7 de agosto de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Educativa e Artística de Brumadinho - ACRCEAB para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 135, DE 2017

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA TRANSRIO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 65, de 3 de março de 2011, que renova por dez anos, a partir de 27 de outubro de 2003, a permissão outorgada ao Sistema Transrio de Comunicação Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 136, DE 2017

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 189, de 2 de abril de 2012, que outorga autorização à Associação Comunitária Norte para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 137, DE 2017

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CAPITÓLIO MG para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitólio, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 2.940, de 12 de agosto de 2015, que renova, por dez anos, a partir de 9 de outubro de 2013, a autorização outorgada ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Capitólio MG para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitólio, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (PMDB-SC)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado Marcon (PT-RS)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Cacá Leão (PP-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Marcus Pestana (PSDB-MG)

Relator da Receita: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)

Designação: 13/03/2017

Instalação: 28/03/2017

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
PMDB	
Dário Berger - SC (29,30,37)	1. Hélio José - DF (29,30,37)
Valdir Raupp - RO (29,30,37)	2. VAGO (29,30,37,39)
Kátia Abreu - TO (29,30,37)	3. Raimundo Lira - PB (29,30,37)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira - PSDB/TO (32,38)	1. VAGO (32)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (21)	2. Maria do Carmo Alves - DEM/SE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (10,33,34,41)	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR (10)
Acir Gurgacz - PDT/RO (10)	2. Lindbergh Farias - PT/RJ (10,34,40)
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Vicentinho Alves - PR/TO (12)	1. Cidinho Santos - PR/MT (11,42)
Pedro Chaves - PSC/MS (12)	2. Eduardo Lopes - PRB/RJ (11,42)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE (6)	1. Lúcia Vânia - PSB/GO (6,31)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)

<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
(PP, PSD)	
Benedito de Lira - PP/AL (5)	1. Lasier Martins - PSD/RS (5,45,46)



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PHS, PP, PTdoB, PTN	
Cacá Leão - PP/BA (22)	1. Renato Andrade - PP/MG (22)
Maia Filho - PP/PI (22)	2. Roberto Britto - PP/BA (22,36)
Julio Lopes - PP/RJ (22,25)	3. Beto Rosado - PP/RN (22,25)
Carlos Henrique Gaguim - PODE/TO (22)	4. Antônio Jácome - PODE/RN (22)
PMDB	
Hugo Motta - PB (20)	1. Hildo Rocha - MA (20)
João Arruda - PR (20)	2. Josi Nunes - TO (20)
Laura Carneiro - RJ (20)	3. Kaio Maniçoba - CE (20)
Vitor Valim - CE (20)	4. Veneziano Vital do Rêgo - PB (20)
PT	
Bohn Gass - RS (24)	1. Jorge Solla - BA (24)
Zé Carlos - MA (24)	2. Marcon - RS (24)
José Ailton Cirilo - CE (24)	3. Nelson Pellegrino - BA (24)
Vander Loubet - MS (24)	4. Zeca Dirceu - PR (24)
PSDB	
Célio Silveira - GO (17)	1. Giuseppe Vecchi - GO (23)
Domingos Sávio - MG (17,43)	2. Carlos Sampaio - SP (23,44)
Marcus Pestana - MG (17)	3. Raimundo Gomes de Matos - CE (23)
PR	
Bilac Pinto - MG (7)	1. Gorete Pereira - CE (7)
Edio Lopes - RR (7)	2. Wellington Roberto - PB (7)
PSD	
Evandro Roman - PR (26)	1. Edmar Arruda - PR (26)
Jaime Martins - MG (26)	2. Victor Mendes - MA (26)
PSB	
Hugo Leal - RJ (18,28)	1. Gonzaga Patriota - PE
João Fernando Coutinho - PE (18)	2. Danilo Forte - CE
PROS, PRP, PSL, PTB	
Nilton Capixaba - PTB/RO (16)	1. Pedro Fernandes - PTB/MA (16)
Toninho Wandscheer - PROS/PR (16)	2. Valtenir Pereira - DEM/BA (15,16)
DEM	
Elmar Nascimento - BA (19)	1. Mandetta - MS
Professora Dorinha Seabra Rezende - TO (19)	2. Misael Varella - MG
PRB	
Rosângela Gomes - RJ (13)	1. Lindomar Garçon - RO (13,47)
PDT	
Weverton Rocha - MA (8)	1. João Carlos Bacelar - PR/BA (8,27,35)
SD	
Laudívio Carvalho - MG (9)	1. Delegado Francischini - PR (9)
PSC	

TITULARES	SUPLENTE
Professor Victório Galli - MT ⁽⁴⁾	1. Andre Moura - SE ⁽¹⁴⁾
PCdoB	
Orlando Silva - SP ⁽²⁾	1. Professora Marcivania - AP ⁽²⁾
PPS ⁽¹⁾	
Rubens Bueno - PR ⁽³⁾	1. Carmen Zanotto - SC ⁽³⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do regimento Comum. ([DSF de 22/10/2015, p. 64](#))
2. Designados, como membro titular, o Deputado Orlando Silva, e, como membro suplente, a Deputada Professora Marcivania, em 08-03-2017, conforme indicação da Liderança do PCdoB (Ofício nº 16, de 2017).
3. Designados, como membro titular, o Deputado Rubens Bueno, e, como membro suplente, a Deputada Carmen Zanotto, em 13-03-2017, conforme indicação da Liderança do PPS (Ofício nº 24, de 2017).
4. Designado, como membro titular, o Deputado Professor Victório Galli, em 16-03-2017, conforme indicação da Liderança do PSC (Ofício nº 15, de 2017).
5. Designados, como membro titular, o Senador Benedito de Lira, e, como membro suplente, o Senador José Medeiros, em 16-03-2017, conforme indicação da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Ofício nº 37, de 2017).
6. Designado, como membro titular, o Senador Antônio Carlos Valadares, em 13-03-2017, conforme indicação da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Ofício nº 12, de 2017).
7. Designados, como membros titulares, os Deputados Bilac Pinto e Edio Lopes, em substituição, respectivamente, aos Deputados José Rocha e Paulo Feijó, e, como membros suplentes, os Deputados Gorete Pereira e Wellington Roberto, em substituição, respectivamente, aos Deputados José Carlos Araújo e Gorete Pereira, em 15-3-2017, conforme Ofício nº 82, de 2017, da Liderança do PR.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Weverton Rocha, em substituição ao Deputado Ariosto Holanda, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Carlos Eduardo Cadoca, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 25, de 2017, da Liderança do PDT.
9. Designado, como membro titular, o Deputado Laudívio Carvalho, em substituição ao Deputado Augusto Carvalho, e, como membro suplente, o Deputado Delegado Francischini, em substituição ao Deputado Carlos Manato, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 32, de 2017, da Liderança do SD.
10. Designados, como membros titulares, os Senadores Humberto Costa e Acir Gurgacz, e, como membros suplentes, os Senadores Gleisi Hoffmann e Lindbergh Farias, em 16-03-2017, conforme indicação da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofício nº 46, de 2017).
11. Retirados, como membros suplentes, os Senadores Pedro Chaves e Armando Monteiro, em 21-3-2017, conforme Ofício nº 33, de 2017, da Liderança do Bloco Moderador.
12. Designados, como membros titulares, os Senadores Vicentinho Alves e Pedro Chaves em substituição, respectivamente, aos Senadores Fernando Collor e Magno Malta, em 21-3-2017, conforme Ofício nº 032, de 2017, da Liderança do Bloco Moderador.
13. Designada, como membro titular, a Deputada Rosângela Gomes, em substituição ao Deputado Beto Mansur, e, como membro suplente, o Deputado Alan Rick, em substituição ao Deputado Lincoln Portela, em 22-3-2017, conforme Ofício nº 56, de 2017, da Liderança do PRB.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Andre Moura, em vaga existente, em 22-3-2017, conforme Ofício nº 16, de 2017, da Liderança do PSC.
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Valtênir Pereira, em substituição ao Deputado Wilson Filho, em 22-3-2017, conforme Ofício nº 22, de 2017, da Liderança do Bloco PTB.
16. Designados, como membros titulares, os Deputados Nilton Capixaba e Toninho Wandscheer e, como membros suplentes, os deputados Pedro Fernandes e Wilson Filho, em 16-03-2017, conforme indicação da Liderança do Bloco PTB/SD/PROS/PSL/PRP (Ofício nº 13, de 2017).
17. Designados como membros titulares os Deputados Célio Silveira, Carlos Sampaio e Marcus Pestana em substituição, respectivamente aos Deputados Bonifácio de Andrada, Jutahy Junior e Luiz Carlos Hauly, em 28-03-2017, conforme Ofício nº 295, de 2017, da Liderança do PSDB (CD).
18. Designado, como membros titulares, os Deputados Tenente Lúcio e João Fernando Coutinho, em substituição, respectivamente aos Deputados Gonzaga Patriota e Átila Lira, e, como membros suplentes, os Deputados Gonzaga Patriota e Danilo Forte, em substituição as Deputadas Janete Capiberibe e Maria Helena, em 28-3-2017, conforme Ofício nº 51, de 2017, da Liderança do PSB.
19. Designados, como membros titulares, os Deputados Elmar Nascimento e Professora Dorinha Seabra Rezende em substituição, respectivamente, aos Deputados Jorge Tadeu Mudalen e Carlos Melles, e, como membros suplentes, os Deputados Mandetta e Misael Varella, em substituição, respectivamente, aos Deputados José Carlos Aleluia e Pauderney Avelino, em 27-3-2017, conforme Ofício nº 101, de 2017, da Liderança do DEM.
20. Designados, como membros titulares, os Deputados Hugo Motta, João Arruda, Laura Carneiro e Vitor Valim em substituição, respectivamente, aos Deputados Valdir Colatto, Mauro Lopes, Darcísio Perondi e Edinho Bez, e, como membros suplentes, os Deputados Hildo Rocha, Josi Nunes, Kaio Manicoba e Veneziano Vital do Rêgo, em substituição, respectivamente, aos Deputados Aníbal Gomes, Hermes Parciannelo, Marinha Raupp e Elcione Barbalho, em 27-3-2017, conforme Ofício nº 178, de 2017, da Liderança do PMDB.
21. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em substituição ao Senador José Agripino, em 28-3-2017, conforme Ofício nº 10, de 2017, da Liderança do DEM.
22. Designados, como membros titulares, os Deputados Cacá Leão, Maia Filho, Beto Rosado e Carlos Henrique Gaguim, em substituição, respectivamente, aos Deputados Roberto Balestra, Dilceu Sperafico, Luis Carlos Heinze e Dr. Sinal Malheiros, e, como membros suplentes, os Deputados Renato Andrade, Roberto Brito e Antônio Jácome, em substituição, respectivamente, aos Deputados Marcus Vicente, Jorge Boeira e Luiz Carlos Ramos, e retirado da vaga de suplente o Deputado Paulo Maluf, em 28-3-2017, conforme Ofício nº 68, de 2017, da Liderança do PP.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)

<http://www.senado.leg.br/ordiacn>

23. Designados como membros suplentes os Deputados Giuseppe Vecchi, Domingos Sávio e Raimundo Gomes de Matos, em substituição, respectivamente, aos Deputados Silvio Torres, Raimundo Gomes de Matos e Eduardo Barbosa, em 28/03/2017, conforme Ofício nº 296, de 2017, da Liderança do PSDB (CD).
24. Designados, como membros titulares, os Deputados Bohn Gass, Zé Carlos, José Airtón e Vander Loubet, em substituição, respectivamente, aos Deputados Arlindo Chinaglia, Luiz Sérgio, Henrique Fontana e Nelson Pellegrino, e, como membros suplentes, os Deputados Jorge Solla, Marcon, Nelson Pellegrino e Zeca Dirceu, em substituição, respectivamente, aos Deputados Benedita da Silva, Luiz Couto, José Mentor e Leonardo Monteiro, em 28-3-2017, conforme Ofício nº 181, de 2017, da Liderança do PT.
25. Designado, como membro titular, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Beto Rosado, e, como membro suplente, o Deputado Beto Rosado, em substituição ao Deputado Roberto Britto, em 28-3-2017, conforme Ofício nº 71, de 2017, da Liderança do Bloco PP/PHS/PTN/PTdoB.
26. Designados, como membros titulares, os Deputados Evandro Roman e Jaime Martins em substituição, respectivamente, aos Deputados Reinhold Stephanes e Átila Lins, e, como membros suplentes, os Deputados Edmar Arruda e Victor Mendes, em substituição, respectivamente, aos Deputados Jaime Martins e Paulo Magalhães, em 28-3-2017, conforme Ofício nº 129, de 2017, da Liderança do PSD.
27. Designado, como membro suplente, o Deputado Julião Amin, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, em 29-3-2017, conforme Ofício nº 37, de 2017, da Liderança do Bloco PDT.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Leal, em substituição Tenente Lucio, em 30-3-2017, conforme Ofício nº 58, de 2017, da Liderança do PSB.
29. Designados, como membros titulares, os Senadores Rose de Freitas, Valdir Raupp e Kátia Abreu, e, como membros suplentes, os Senadores Raimundo Lira, Hélio José e Airtón Sandoval, em 05-04-2017, conforme indicação da Liderança do PMDB no Senado (Ofício nº 57, de 2017). ([DCN de 06/04/2017, p. 195](#))
30. Foram desconsideradas todas as indicações de senadores do PMDB e do Bloco da Maioria para a composição desta comissão, conforme Ofício 94, de 2017. ([DCN de 13/04/2017, p. 21](#))
31. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 6-4-2017, conforme Ofício nº 38, de 2017, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia. ([DCN de 13/04/2017, p. 20](#))
32. Deixam de integrar a comissão, em 11/04/2017, os Senadores Tasso Jereissat e Paulo Bauer, conforme ofício nº 121, de 2017, da Liderança do PSDB no Senado Federal. ([DCN de 13/04/2017, p. 19](#))
33. Retirado, como membro titular, o Senador Humberto Costa, conforme ofício nº 58, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 20/04/2017, p. 169](#))
34. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador José Pimentel, em vaga existente, em 19-4-2017, conforme Ofício nº 59, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 20/04/2017, p. 170](#))
35. Designado, como membro suplente, o Deputado João Carlos Bacelar, em substituição ao Deputado Julião Amin, em 4-5-2017, conforme Ofício nº 60, de 2017, da Liderança do PDT. ([DCN de 11/05/2017, p. 9](#); [DCN de 11/05/2017, p. 9](#))
36. Designado, como membro suplente, o Deputado Roberto Britto, em vaga existente, em 9-5-2017, conforme Ofício nº 119, de 2017, da Liderança do Bloco PP/PTN/PTdoB. ([DCN de 11/05/2017, p. 10](#))
37. Designados, como membros titulares, os Senadores Dário Berger, Valdir Raupp e Kátia Abreu, e, como membros suplentes, os Senadores Hélio José, Rose de Freitas e Raimundo Lira, em 16-5-2017, conforme Ofício nº 121, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 18/05/2017, p. 19](#))
38. Designado, como membro titular, o Senador Ataídes Oliveira, em vaga existente, em 16-5-2017, conforme Ofício nº 37, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 18/05/2017, p. 8](#))
39. Solicitada a retirada da Senadora Rose de Freitas, como membro suplente, em 17-5-2017, conforme Ofício nº 123, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 18/05/2017, p. 10](#))
40. Designado, como membro suplente, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador José Pimentel, em 21-6-2017, conforme Ofício nº 80, de 2017, da Liderança do BLOCO RESISTENCIA DEMOCRATICA. ([DCN de 22/06/2017, p. 14](#))
41. Designado, como membro titular, o Senador Jorge Viana, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 21-6-2017, conforme Ofício nº 81, de 2017, da Liderança do BLOCO RESISTENCIA DEMOCRATICA. ([DCN de 22/06/2017, p. 15](#))
42. Designados, como membros suplentes, os Senadores Cidinho Santos e Eduardo Lopes, em vagas existentes, em 28-6-2017, conforme Ofício nº 79, de 2017, da Liderança do Bloco Moderador. ([DCN de 29/06/2017, p. 93](#))
43. Designado, como membro titular, o Deputado Domingos Sávio, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 12-7-2017, conforme Ofício nº 585, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 13/07/2017, p. 501](#))
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Sampaio, em vaga existente, em 12-7-2017, conforme Ofício nº 586, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 13/07/2017, p. 502](#))
45. Designado, como membro suplente, o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador José Medeiros, em 29-8-2017, conforme Ofício nº 66, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
46. Designado, como membro suplente, o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador José Medeiros, em 30-8-2017, conforme Memorando nº 66, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
47. Designado, como membro suplente, o Deputado Lindomar Garçon, em substituição ao Deputado Alan Rick, em 31-8-2017, conforme Ofício nº 159, de 2017, da Liderança do PRB.

Secretário: Robson Luiz Fialho Coutinho



Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
III. Educação e Cultura	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Senador Jorge Viana (PT-AC)
X. Esporte	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
II. Saúde	Deputado Julio Lopes (PP-RJ)
IV. Integração Nacional	Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Evandro Roman (PSD-PR)
VI. Desenvolvimento Urbano	Deputado Hildo Rocha (PMDB-MA)
VII. Turismo	Deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP)
IX. Minas e Energia	Deputado Vander Loubet (PT-MS)
XI. Meio Ambiente	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
XII. Fazenda e Planejamento	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)
XV. Defesa e Justiça	Deputado Edio Lopes (PR-RR)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputada Rosangela Gomes (PRB-RJ)

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves - COI

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 21/02/2017

Instalação: 22/03/2017

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Garibaldi Alves Filho - RN	1. José Maranhão - PB
Romero Jucá - RR	2. João Alberto Souza - MA
Renan Calheiros - AL	3. Raimundo Lira - PB
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Tasso Jereissati - PSDB/CE
José Agripino - DEM/RN	2. Maria do Carmo Alves - DEM/SE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽³⁾	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽³⁾
Regina Sousa - PT/PI ⁽³⁾	2. Paulo Rocha - PT/PA ⁽³⁾
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Fernando Collor - PTC/AL	1. Pedro Chaves - PSC/MS
Magno Malta - PR/ES	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA ⁽⁹⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Sérgio Petecão - PSD/AC ⁽⁹⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PMDB/PE ⁽²⁾	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM ⁽²⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Daniel Vilela - GO ⁽⁸⁾	1. Josi Nunes - TO ⁽⁸⁾
Sergio Souza - PR ⁽⁸⁾	2. Valdir Colatto - SC ⁽⁸⁾
PHS, PP, PSD, PTdoB, PTN	
Simão Sessim - PP/RJ	1. Nelson Meurer - PP/PR
Ademir Camilo - PODE/MG	2. Dr. Sinval Malheiros - PODE/SP
PSDB	
Otávio Leite - RJ ⁽¹¹⁾	1. Jutahy Junior - BA
PROS, PRP, PSL, PTB, SD	
Eros Biondini - PROS/MG ⁽¹⁰⁾	1. Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP
PR	
José Rocha - BA	1. Paulo Feijó - RJ
PT	
Nílto Tatto - SP ⁽⁵⁾	1. Leonardo Monteiro - MG ^(5,12)
PSD	
Thiago Peixoto - GO ⁽¹³⁾	1. Victor Mendes - MA ⁽¹³⁾
PSB	
Luiz Lauro Filho - SP ⁽⁷⁾	1. Janete Capiberibe - AP ⁽⁷⁾
DEM	
Jorge Tadeu Mudalen - SP	1. Carlos Melles - MG
PRB ⁽¹⁾	
Carlos Gomes - RS ⁽⁶⁾	1. Roberto Sales - RJ ⁽⁶⁾

Notas:

- * Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional ([DSF de 03/09/2015, p. 58](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Fernando Bezerra Coelho e, como membro suplente, a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-2-2017, conforme indicação da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Ofício nº 22, de 2017). ([DCN de 23/02/2017, p. 20](#); [DCN de 23/02/2017, p. 20](#))
- Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana e Regina Sousa, e, como membros suplentes, os Senadores Humberto Costa e Paulo Rocha, em 21-2-2017, conforme indicação da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofício nº 17, de 2017). ([DCN de 23/02/2017, p. 19](#); [DCN de 23/02/2017, p. 19](#))
- Retirado, como membro suplente, o Senador Armando Monteiro, conforme ofício n. 38/2017 da Liderança do Bloco Moderador ([DCN de 13/04/2017, p. 17](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Nílto Tatto, em substituição ao Deputado Arlindo Chinaglia, e, como membro suplente, o Deputado Leo de Brito, em substituição ao Deputado Luiz Sérgio, em 8-3-2017, conforme Ofício nº 107, de 2017, da Liderança do PT. ([DCN de 16/03/2017, p. 186](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Gomes, em substituição ao Deputado Beto Mansur, e, como membro suplente, o Deputado Roberto Sales, em substituição ao Deputado Lincoln Portela, em 9-3-2017, conforme Ofício nº 48, de 2017, da Liderança do PRB. ([DCN de 16/03/2017, p. 190](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Lauro Filho, em substituição ao Deputado Gonzaga Patriota, e, como membro suplente, a Deputada Janete Capiberibe, em substituição ao Deputado Átila Lira, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 31, de 2017, da Liderança do PSB. ([DCN de 16/03/2017, p. 189](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Daniel Vilela e Sergio Souza em substituição, respectivamente, aos Deputados Valdir Colatto e Mauro Lopes, e, como membros suplentes, os Deputados Josi Nunes e Valdir Colatto, em substituição, respectivamente, aos Deputados Darcísio Perondi e Edinho Bez, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 132, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 16/03/2017, p. 187](#))
- Designados, como membros titulares, os Senadores Otto Alencar e Sérgio Petecão em substituição, respectivamente, aos Senadores Lasier Martins e Benedito de Lira, e retirada a indicação da Senadora Ana Amélia como suplente, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 34, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista. ([DCN de 16/03/2017, p. 185](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Eros Biondini, em substituição ao Deputado Paes Landim, em 15-3-2017, conforme Ofício nº 20, de 2017, da Liderança do Bloco PTB/SD/PROS/PLS/PRP. ([DCN de 16/03/2017, p. 188](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Otávio Leite, em substituição ao Deputado Bonifácio de Andrada, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 169, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 23/03/2017, p. 13](#))



12. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro, em substituição ao Deputado Leo de Brito, em 27-3-2017, conforme Ofício nº 161, de 2017, da Liderança do PT. ([DCN de 30/03/2017, p. 106](#))

13. Designado, como membro titular, o Deputado Thiago Peixoto, em substituição ao Deputado Reinhold Stephanes, e, como membro suplente, o Deputado Victor Mendes, em substituição ao Deputado Átila Lins, em 29-3-2017, conforme Ofício nº 134, de 2017, da Liderança do PSD. ([DCN de 30/03/2017, p. 105](#))

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br



Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Bruna Furlan (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

Instalação: 03/04/2017

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Fernando Collor (PTC/AL)
Líder da Maioria Deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Raimundo Lira (PMDB/PB)
Líder da Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Humberto Costa (PT/PE)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽⁴⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Roberto Requião (PMDB/PR) ⁽²⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ) ⁽⁵⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Jorge Viana (PT/AC) ⁽¹⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽⁶⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG) ⁽³⁾

Notas:

- Designado como membro, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Jorge Viana, conforme Ofício nº 002/2017. ([DCN de 06/04/2017, p. 191](#))
- Designado como membro, em razão da indicação da Liderança da Maioria no Senado Federal, o Senador Roberto Requião, conforme Ofício nº 089/2017. ([DCN de 06/04/2017, p. 192](#))
- Designado como membro, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senador Antônio Anastasia, em 06-04-2017, conforme Ofício nº 10/2017/CRE.
- Designado como membro, em razão da indicação da Liderança da Maioria na Câmara dos Deputados, o Deputado Benito Gama, em 11-4-2017, conforme Ofício nº 105/2017. ([DCN de 13/04/2017, p. 15](#))
- Designado como membro, em razão da indicação da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, o Deputado Luiz Sérgio, em 16-5-2017, conforme Ofício nº 28, de 2017. ([DCN de 16/05/2017, p. 7](#))
- Designado como membro, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o Deputado Heráclito Fortes, em 01-08-2017, conforme Ofício nº 73/2017/CREDN. ([DCN de 03/08/2017, p. 99](#))

Secretário: Marcos Machado Melo

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 21/02/2017

Instalação: 10/05/2017

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Rose de Freitas - ES (20,21)	1. Airtón Sandoval - SP (20)
Marta Suplicy - SP (20)	2. Valdir Raupp - RO (20)
Kátia Abreu - TO (20)	3. Simone Tebet - MS (21)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Ricardo Ferraço - PSDB/ES
Ronaldo Caiado - DEM/GO	2. José Agripino - DEM/RN
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Ângela Portela - PDT/RR (8)	1. Fátima Bezerra - PT/RN (8)
Regina Sousa - PT/PI (8)	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR (8)
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
VAGO (4)	1. Pedro Chaves - PSC/MS
Vicentinho Alves - PR/TO	2. Eduardo Lopes - PRB/RJ
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM (2)	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Ana Amélia - PP/RS (13)	1. VAGO



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Elcione Barbalho - PA (7)	1. Lelo Coimbra - ES
Newton Cardoso Jr - MG	2. VAGO (18,19)
Walter Alves - RN	3. Darcísio Perondi - RS
Simone Morgado - PA	4. Dulce Miranda - TO
PHS, PP, PTdoB, PTN	
Iracema Portella - PP/PI (11)	1. VAGO
Alexandre Baldy - PODE/GO	2. VAGO
Conceição Sampaio - PP/AM (11)	3. VAGO
Rosinha da Adefal - PTdoB/AL (22)	4. VAGO
PT	
Ana Perugini - SP (10)	1. Benedita da Silva - RJ (10)
Luizianne Lins - CE (10)	2. Margarida Salomão - MG (10)
Maria do Rosário - RS (10)	3. Erika Kokay - DF (10)
PSDB	
Shéridan - RR (15)	1. VAGO
Pedro Cunha Lima - PB	2. VAGO
Fábio Sousa - GO	3. VAGO
PROS, PRP, PSL, PTB, SD	
VAGO (23)	1. Josué Bengtson - PTB/PA
Dâmina Pereira - PSL/MG (16)	2. Nelson Marquezelli - PTB/SP
PR	
Aelton Freitas - MG	1. Luiz Nishimori - PR
Delegado Edson Moreira - MG	2. Delegado Waldir - PSD/MG
PSD	
Raquel Muniz - MG (17)	1. Joaquim Passarinho - PA
Marcos Reategui - AP (17)	2. Índio da Costa - PSB/SP
PSB	
Keiko Ota - SP (14)	1. Fábio Garcia - MT
Luana Costa - MA (14)	2. Heitor Schuch - RS
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende - TO (9)	1. VAGO (9)
Norma Ayub - ES (9)	2. VAGO
PRB	
Rosângela Gomes - RJ (12)	1. Silas Câmara - AM
PDT	
Flávia Moraes - GO (3)	1. VAGO
PSC	
Professor Victório Galli - MT	1. Takayama - PR
PPS (1)	
Carmen Zanotto - SC (6)	1. Eliziane Gama - MA (6)

Notas:

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional ([DSF de 03/09/2015, p. 60](#))
2. Designada, como membro titular, a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-2-2017, conforme indicação da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Ofício nº 23, de 2017). ([DCN de 23/02/2017, p. 18](#); [DCN de 23/02/2017, p. 18](#))
3. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em 21-2-2017, conforme indicação da Liderança do PDT (Ofício nº 11, de 2017). ([DCN de 23/02/2017, p. 16](#); [DCN de 23/02/2017, p. 16](#))
4. Retirado, como membro titular, o Senador Armando Monteiro, conforme ofício n. 38/2017 da Liderança do Bloco Moderador. ([DCN de 13/04/2017, p. 17](#))
5. Solicitada a exclusão do Senador Paulo Bauer, da vaga de titular, em 16-5-2017, conforme Ofício nº 132, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 18/05/2017, p. 9](#))
6. Designada, como membro titular, a Deputada Carmen Zanotto, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, e, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Alex Manente, em 22-2-2017, conforme Ofício nº 20, de 2017, da Liderança do PPS. ([DCN de 23/02/2017, p. 17](#); [DCN de 23/02/2017, p. 17](#))
7. Designada, como membro titular, a Deputada Elcione Barbalho, em substituição ao Deputado Baleia Rossi, em 6-3-2017, conforme Ofício nº 95, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 09/03/2017, p. 150](#))
8. Designadas, como membros titulares, as Senadoras Angela Portela e Regina Sousa em substituição, respectivamente, aos Senadores Gleisi Hoffmann e Acir Gurgacz e, como membros suplentes, as Senadoras Fátima Bezerra e Gleisi Hoffmann, em substituição, respectivamente, aos Senadores Lindbergh Farias e Fátima Bezerra, em 7-3-2017, conforme Ofício nº 25, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
9. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Professora Dorinha Seabra Rezende e Norma Ayub em substituição, respectivamente, aos Deputados Efraim Filho e José Carlos Aleluia, e o Deputado Paulo Azi deixa a composição da comissão, como membro suplente, em 9-3-2017, conforme Ofício nº 81, de 2017, da Liderança do DEM. ([DCN de 16/03/2017, p. 179](#))
10. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Ana Perugini, Luizianne Lins e Maria do Rosário em substituição, respectivamente, aos Deputados Carlos Zarattini, Ságuas Moraes e Erika Kokay, e, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Erika Kokay, em substituição, respectivamente, aos Deputados Henrique Fontana, Paulo Pimenta e Luiz Couto, em 8-3-2017, conforme Ofício nº 108, de 2017, da Liderança do PT. ([DCN de 16/03/2017, p. 183](#))
11. Designadas, como membros titulares, a Deputada Iracema Portella, em substituição ao Deputado Arthur Lira, e a Deputada Conceição Sampaio, em vaga existente, em 9-3-2017, conforme Ofício nº 34, de 2017, da Liderança do PP. ([DCN de 16/03/2017, p. 184](#))
12. Designada, como membro titular, a Deputada Rosângela Gomes, em substituição ao Deputado Cleber Verde, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 53, de 2017, da Liderança do PRB. ([DCN de 16/03/2017, p. 182](#))
13. Designada, como membro titular, a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Benedito de Lira, e, como membro suplente, o Senador Omar Aziz, em vaga existente, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 35, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista. ([DCN de 16/03/2017, p. 180](#))
14. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Keiko Ota e Luana Costa em substituição, respectivamente, à Deputada Tereza Cristina e ao Deputado Bebeto, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 32, de 2017, da Liderança do PSB. ([DCN de 16/03/2017, p. 181](#))
15. Designada, como membro titular, a Deputada Shéridan, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 165, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 23/03/2017, p. 11](#))
16. Designada, como membro titular, a Deputada Dâmina Pereira, em substituição ao Deputado Jovair Arantes, em 22-3-2017, conforme Ofício nº 24, de 2017, da Liderança do Bloco PTB/PROS/PSL/PRP. ([DCN de 23/03/2017, p. 12](#))
17. Designados, como membros titulares, os Deputados Raquel Muniz e Marcos Reategui em substituição, respectivamente, aos Deputados Marcos Montes e Paulo Magalhães, em 29-3-2017, conforme Ofício nº 130, de 2017, da Liderança do PSD. ([DCN de 30/03/2017, p. 103](#))
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Laura Carneiro, em substituição ao Deputado Daniel Vilela, em 30-3-2017, conforme Ofício nº 202, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 06/04/2017, p. 194](#))
19. Determinada a retirada da Deputada Laura Carneiro PMDB, na qualidade de suplente, em 13-6-2017, conforme Ofício nº 450, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 03/08/2017, p. 364](#))
20. Designados, como membros titulares, as Senadoras Simone Tebet, Marta Suplicy e Kátia Abreu, e como membros suplentes, os Senadores Aírton Sandoval e Valdir Raupp, em 05-04-2017, conforme indicação da Liderança do PMDB (Ofício nº 92, de 2017). ([DCN de 06/04/2017, p. 193](#))
21. Designada, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a condição de membro suplente, em vaga existente, em 10-5-2017, conforme Ofício nº 119, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 11/05/2017, p. 8](#); [DCN de 11/05/2017, p. 8](#))
22. Designada, como membro titular, a Deputada Rosinha da Adefal, em vaga existente, em 13-6-2017, conforme Ofício nº 135, de 2017, da Liderança do Bloco PP PODE PTdoB. ([DCN de 03/08/2017, p. 363](#))
23. Solicitada a retirada da indicação do Deputado Eros Biondini, como membro titular, em 23-8-2017, conforme Ofício nº 264, de 2017, da Liderança do Bloco PTB PROS PSL PRP. ([DCN de 24/08/2017, p. 35](#))

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br



**CMCVM - Comissão Permanente Mista
de Combate à Violência contra a Mulher**

Subcomissão Permanente de Combate ao Estupro - SCPCE

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

Designação: 07/03/2017

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Simone Tebet - MS ⁽⁹⁾	1. Elmano Férrer - PI ⁽⁹⁾
Kátia Abreu - TO ⁽⁹⁾	2. Marta Suplicy - SP ⁽⁹⁾
Rose de Freitas - ES	3. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Ricardo Ferraço - PSDB/ES
Ronaldo Caiado - DEM/GO	2. José Agripino - DEM/RN
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
José Pimentel - PT/CE ⁽³⁾	1. Jorge Viana - PT/AC ⁽³⁾
Paulo Rocha - PT/PA ⁽³⁾	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR ⁽³⁾
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Armando Monteiro - PTB/PE	1. Pedro Chaves - PSC/MS
Vicentinho Alves - PR/TO	2. Eduardo Lopes - PRB/RJ
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA ⁽²⁾	1. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE ⁽⁷⁾
Cristovam Buarque - PPS/DF ⁽²⁾	2. João Capiberibe - PSB/AP ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Ana Amélia - PP/RS ⁽⁵⁾	1. Otto Alencar - PSD/BA ⁽⁵⁾
José Medeiros - PODE/MT ⁽⁵⁾	2. Roberto Muniz - PP/BA ⁽⁵⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PHS, PP, PTdoB, PTN	
Maia Filho - PP/PI ⁽¹²⁾	1. VAGO
Alexandre Baldy - PODE/GO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PMDB	
Hildo Rocha - MA ⁽⁴⁾	1. André Amaral - PB ⁽⁴⁾
Moses Rodrigues - CE ⁽⁴⁾	2. Simone Morgado - PA
PT	
Carlos Zarattini - SP	1. Sâguas Moraes - MT
PSDB	
Bonifácio de Andrada - MG ⁽¹⁰⁾	1. Pedro Cunha Lima - PB
PROS, PRP, PSL, PTB	
Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP ⁽⁶⁾	1. Paes Landim - PTB/PI ⁽⁶⁾
PR	
Jorginho Mello - SC	1. Laerte Bessa - DF
PSD	
Domingos Neto - CE ⁽¹³⁾	1. Rogério Rosso - DF ⁽¹³⁾
PSB	
Tereza Cristina - MS	1. Bebeto - BA
DEM	
Efraim Filho - PB	1. Marcelo Aguiar - SP
PRB ⁽¹⁾	
Celso Russomanno - SP ⁽¹¹⁾	1. Silas Câmara - AM

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional ([DSF de 09/09/2015, p. 340](#))
2. Designados, como membros titulares, o Senador Roberto Rocha e o Senador Cristovam Buarque, em 07-03-2017, conforme indicação da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Ofício nº 29, de 2017).
3. Designados, como membros titulares, os Senadores Jose Pimentel e Paulo Rocha, e, como membros suplentes, os Senadores Jorge Viana e Gleisi Hoffmann, em 07-03-2017, conforme indicação da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofício nº 26, de 2017).
4. Designados, como membros titulares, os Deputados Hildo Rocha e Moses Rodrigues em substituição, respectivamente, aos Deputados Baleia Rossi e Newton Cardoso Jr, e, como membro suplente, o Deputado André Amaral, em substituição ao Deputado Walter Alves, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 133, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 16/03/2017, p. 175](#))
5. Designados, como membros titulares, os Senadores Ana Amélia e José Medeiros em substituição, respectivamente, aos Senadores Benedito de Lira e Lasier Martins, e, como membros suplentes, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Roberto Muniz, em vaga existente, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 36, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, em substituição ao Deputado Eros Biondini, e, como membro suplente, o Deputado Paes Landim, em substituição ao Deputado Jovair Arantes, em 15-3-2017, conforme Ofício nº 21, de 2017, da Liderança do Bloco PTB/SD/PROS/PLS/PRP. ([DCN de 16/03/2017, p. 176](#))
7. Designado, como membro suplente, o Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga existente, em 15-3-2017, conforme Ofício nº 32, de 2017, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia. ([DCN de 16/03/2017, p. 177](#))
8. Designado, como membro suplente, o Senador João Capiberibe, em vaga existente, em 15-3-2017, conforme Ofício nº 34, de 2017, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia. ([DCN de 16/03/2017, p. 178](#))
9. Designados, como membros titulares, as Senadoras Simone Tebet e Kátia Abreu, em substituição, respectivamente, aos Senadores Renan Calheiros e Waldemir Moka, e, como membros suplentes, os Senadores Elmano Férrer e Marta Suplicy, em vagas existentes, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 60, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 23/03/2017, p. 10](#))
10. Designado, como membro titular, o Deputado Bonifácio de Andrada, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 164, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 23/03/2017, p. 8](#))
11. Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno, em substituição ao Deputado Cleber Verde, em 21-3-2017, conforme Ofício nº 58, de 2017, da Liderança do PRB. ([DCN de 23/03/2017, p. 9](#))



12. Designado, como membro titular, o Deputado Maia Filho, em substituição ao Deputado Arthur Lira, em 10-4-2017, conforme Ofício nº 90, de 2017, da Liderança do Bloco PP/PHS/PTN/PTdoB. ([DCN de 13/04/2017, p. 16](#))

13. Designado, como membro titular, o Deputado Domingos Neto, em substituição ao Deputado Marcos Montes, e, como membro suplente, o Deputado Rogério Rosso, em substituição ao Deputado Paulo Magalhães, em 19-4-2017, conforme Ofício nº 200, de 2017, da Liderança do PSD. ([DCN de 20/04/2017, p. 168](#))

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256



COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir

Finalidade: Destinada a oferecer propostas sobre a alteração da Lei Kandir no que se refere à compensação da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por conta da perda de receita decorrente de desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Deputado José Priante (PMDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

RELATOR: Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Designação: 02/08/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 07/12/2017

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Romero Jucá - RR ⁽⁵⁾	1. Rose de Freitas - ES ⁽⁵⁾
João Alberto Souza - MA ⁽⁵⁾	2. Raimundo Lira - PB ⁽⁵⁾
Airton Sandoval - SP ⁽⁵⁾	3. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. VAGO
Antonio Anastasia - PSDB/MG ⁽⁶⁾	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Lasier Martins - PSD/RS	1. Ana Amélia - PP/RS
Wilder Moraes - PP/GO	2. José Medeiros - PODE/MT
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Humberto Costa - PT/PE
Paulo Rocha - PT/PA	2. Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Wellington Fagundes - PR/MT	1. Cidinho Santos - PR/MT

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
José Priante - PA	1. Simone Morgado - PA
Leonardo Quintão - MG	2. Rogério Silva - MT ⁽⁷⁾
PT	
Reginaldo Lopes - MG ^(2,4)	1. Beto Faro - PA ^(2,4)
PP, PTdoB, PODE	
Ezequiel Fonseca - PP/MT	1. VAGO
PSDB	
Nilson Leitão - MT	1. Silvio Torres - SP
PR	
Lúcio Vale - PA	1. Milton Monti - SP
PSD	
Joaquim Passarinho - PA	1. Júlio Cesar - PI
PSB	
Fabio Garcia - MT	1. Hugo Leal - RJ
PROS, PRP, PSL, PTB	
Jorge Côrte Real - PTB/PE	1. Alfredo Kaefer - PSL/PR
DEM	
VAGO	1. VAGO
PRB	
Arnaldo Jordy - PPS/PA ⁽³⁾	1. VAGO
PDT ⁽¹⁾	
Pompeo de Mattos - RS	1. Deoclides Macedo - MA ⁽⁸⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum. ([DSF de 18/05/2016, p. 93](#))
2. Designados, como membro titular, o Deputado Beto Faro, e, como membro suplente, o Deputado Reginaldo Lopes, em vagas existentes, em 8-8-2017, conforme Ofício nº 416, de 2017, da Liderança do PT. ([DCN de 10/08/2017, p. 122](#))
3. Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Jordy, em vaga existente, em 8-8-2017, conforme Ofício nº 145, de 2017, da Liderança do PRB e do PPS. ([DCN de 10/08/2017, p. 119](#))
4. Designado, como membro titular, o Deputado Reginaldo Lopes, em substituição ao Deputado Beto Faro, que passa à condição de suplente, em 9-8-2017, conforme Ofício nº 429, de 2017, da Liderança do PT. ([DCN de 10/08/2017, p. 123](#))
5. Designados, como membros titulares, os Senadores Romero Jucá, João Alberto Souza e Aírton Sandoval, e como membros suplentes, os Senadores Rose de Freitas e Raimundo Lira, em vagas existentes, em 9-8-2017, conforme Ofício nº 168, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 10/08/2017, p. 120](#))
6. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Anastasia, em vaga existente, em 9-8-2017, conforme Ofício nº 183, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 10/08/2017, p. 121](#))
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Rogério Silva, em vaga existente, em 16-8-2017, conforme Ofício nº 594, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 17/08/2017, p. 119](#))
8. Designado, como membro suplente, o Deputado Deoclides Macedo, em vaga existente, em 23-8-2017, conforme Ofício nº 118, de 2017, da Liderança do PDT. ([DCN de 24/08/2017, p. 36](#))
9. Designado, como membro suplente, o Senador Lindbergh Farias, em substituição à Senadora Ângela Portela, em 19-9-2017, conforme Ofício nº 103, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.

Secretário: Reinilson Prado / Leandro Bueno
Telefone(s): 3303-3492



Comissão Mista de Desburocratização (ATN nº 3, de 2016)

Finalidade: Destinada a avaliar processos, procedimentos e rotinas realizados por órgãos e entidades da administração pública federal, assim como as respectivas estruturas organizacionais, nos termos que especifica.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Julio Lopes (PP-RJ)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 08/12/2016

Instalação: 13/12/2016

Prorrogação: 22/12/2017

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Notas:

1. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 13-12-2016, conforme Ofício nº 1018, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN. ([DCN de 15/12/2016, p. 36](#))
2. Designado o Deputado Efraim Filho para vaga de titular, nos termos o Ofício nº 53, de 2017, do Presidente da Câmara dos Deputados.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Hugo Leal, em vaga existente, em 28-3-2017, conforme Ofício nº 49, de 2017, da Liderança do PSB. ([DCN de 30/03/2017, p. 102](#))
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Giuseppe Vecci, em vaga existente, em 7-6-2017, conforme Ofício nº 492, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 08/06/2017, p. 139](#))

Secretário: Leandro Bueno / Fernanda Lima (Adjunta)

Telefone(s): 3303-3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da JBS

Finalidade: Investigar, no prazo de até 120 dias, prorrogável por sessenta dias, irregularidades envolvendo a empresa JBS em operações realizadas com o BNDES, ocorridas entre os anos de 2007 e 2016

Número de membros: 17 Senadores e 17 Deputados

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)

RELATOR-GERAL: Deputado Carlos Marun (PMDB-MS)

RELATOR PARCIAL DE CONTRATOS: Deputado Delegado Francischini (SD-PR)

RELATOR PARCIAL DE ASSUNTOS FISCAIS,

PREV E AGRO: Deputado Hugo Leal (PSB-RJ)

Designação: 30/08/2017

Instalação: 05/09/2017

Prazo final: 12/02/2018

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
João Alberto Souza - MA (32)	1. Romero Jucá - RR (32)
Airton Sandoval - SP (32)	2. Simone Tebet - MS (32)
Hélio José - DF (32)	3. Elmano Férrer - PI (32)
VAGO	4. VAGO (32,34)
VAGO	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira - PSDB/TO (2)	1. VAGO
VAGO (21,25)	2. VAGO
Ronaldo Caiado - DEM/GO (3)	3. Davi Alcolumbre - DEM/AP (3)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Lasier Martins - PSD/RS (4,23)	1. VAGO (4,24)
Sérgio Petecão - PSD/AC (4)	2. José Medeiros - PODE/MT (4)
VAGO (4,24,30)	3. VAGO (4,24)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO (5)	1. Lindbergh Farias - PT/RJ (5,29)
Paulo Rocha - PT/PA (5,29)	2. Regina Sousa - PT/PI (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)

<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTES
Roberto Rocha - PSB/MA (6)	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM (6)
Randolfe Rodrigues - REDE/AP (6)	2. VAGO (6,18)
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Eduardo Lopes - PRB/RJ (7,31)	1. Pedro Chaves - PSC/MS (7)
Cidinho Santos - PR/MT (7)	2. Telmário Mota - PTB/RR (7)



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Carlos Marun - MS ⁽⁸⁾	1. Celso Maldaner - SC ⁽⁸⁾
Jones Martins - RS ^(8,33)	2. Valdir Colatto - SC ⁽⁸⁾
PT	
Wadih Damous - RJ ^(20,28)	1. Leonardo Monteiro - MG ⁽²⁰⁾
Paulo Pimenta - RS ⁽²⁰⁾	2. Givaldo Vieira - ES ⁽²⁰⁾
PP, PTdoB	
Fausto Pinato - PP/SP ⁽²⁷⁾	1. VAGO
Renzo Braz - PP/MG ⁽²⁷⁾	2. VAGO
PSDB	
João Gualberto - BA ⁽⁹⁾	1. Izalci Lucas - DF ⁽⁹⁾
Miguel Haddad - SP ⁽⁹⁾	2. Rocha - AC ⁽⁹⁾
PR	
Laerte Bessa - DF ^(10,35)	1. Marcio Alvino - SP ⁽¹⁰⁾
PSD	
Heuler Cruvinel - GO ⁽¹¹⁾	1. João Rodrigues - SC ⁽¹¹⁾
PSB	
Hugo Leal - RJ ⁽²²⁾	1. Jose Stédile - RS ^(22,26)
PROS, PRP, PSL, PTB	
Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP ⁽¹²⁾	1. Alfredo Kaefer - PSL/PR ⁽¹²⁾
DEM	
Juscelino Filho - MA ⁽¹³⁾	1. Marcelo Aguiar - SP ⁽¹³⁾
PRB	
Marcelo Squassoni - SP ⁽¹⁴⁾	1. César Halum - TO ⁽¹⁴⁾
PDT	
Weverton Rocha - MA ⁽¹⁵⁾	1. Pompeo de Mattos - RS ⁽¹⁵⁾
SD	
Delegado Francischini - PR ^(17,19)	1. VAGO
PSC ⁽¹⁾	
Professor Victório Galli - MT ⁽¹⁶⁾	1. Eduardo Bolsonaro - SP ⁽¹⁶⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (PSC-CD) ([DSF de 08/06/2016, p. 109](#))
2. Designado, como membro titular, o Senador Ataídes Oliveira, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 155, de 2017, da Liderança do PSDB.
3. Designado, como membro titular, o Senador Ronaldo Caiado, e, como suplente, o Senador Davi Alcolumbre, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 21, de 2017, da Liderança do DEM.
4. Designados, como membros titulares, os Senadores Gladson Cameli, Sérgio Petecão e Roberto Muniz, e, como suplentes, os Senadores Otto Alencar, José Medeiros e Wilder Moraes, em 30-8-2017, conforme Memorando nº 28, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
5. Designados, como membros titulares, os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, e, como suplentes, os Senadores Paulo Rocha e Regina Sousa, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 88, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
6. Designados, como membros titulares, os Senadores Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues, e, como suplentes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Cristovam Buarque, em 30-8-2017, conforme Memorando nº 50, de 2017, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia.
7. Designados, como membros titulares, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos, e, como suplentes, os Senadores Pedro Chaves e Telmário Mota, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 88, de 2017, da Liderança do Bloco Moderador.

8. Designados, como membros titulares, os Deputados Carlos Marun e Sérgio Souza, e, como suplentes, os Deputados Celso Maldaner e Valdir Colatto, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 466, de 2017, da Liderança do PMDB.
9. Designados, como membros titulares, os Deputados João Gualberto e Miguel Haddad, e, como suplentes, o Deputado Izalci Lucas e o Deputado Rocha, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 515, de 2017, da Liderança do PSDB.
10. Designado, como membro titular, o Deputado Lúcio Valle, e, como suplente, o Deputado Marcio Alvino, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 241, de 2017, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Heuler Cruvinel, e, como suplente, o Deputado João Rodrigues, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 350, de 2017, da Liderança do PSD.
12. Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, e, como suplente, o Deputado Alfredo Kaefer, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 267, de 2017, da Liderança do Bloco PTB/PROS/PSL/PRP.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Juscelino Filho, e, como suplente, o Deputado Marcelo Aguiar, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 229, de 2017, da Liderança do DEM.
14. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Squassoni, e, como suplente, o Deputado César Halum, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 126, de 2017, da Liderança do PRB.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Weverton Rocha, e, como suplente, o Deputado Pompeo de Mattos, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 70, de 2017, da Liderança do PDT.
16. Designado, como membro titular, o Deputado Professor Victorio Galli, e, como suplente, o Deputado Eduardo Bolsonaro, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 60, de 2017, da Liderança do PSC.
17. Designado, como membro titular, o Deputado Augusto Coutinho, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 105, de 2017, da Liderança do Solidariedade.
18. Solicitada a retirada da indicação do Senador Cristovam Buarque, como suplente, em 18-9-2017, conforme Memorando nº 83, de 2017, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Francischini, em substituição ao Deputado Augusto Coutinho, em 4-9-2017, conforme Ofício nº 116, de 2017, da Liderança do Solidariedade.
20. Designados, como membros titulares, os Deputados Andres Sanchez e Paulo Pimenta, em vagas existentes, e, como membros suplentes, os Deputados Leonardo Monteiro e Givaldo Veira, em vagas existentes, em 5-9-2017, conforme Ofício nº 350, de 2017, da Liderança do PT.
21. Designado, como membro titular, o Senador Ricardo Ferraço, em vaga existente, em 5-9-2017, conforme Ofício nº 200, de 2017, da Liderança do PSDB.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Leal, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Flavinho, em vaga existente, em 5-9-2017, conforme Ofício nº 178, de 2017, da Liderança do PSB.
23. Designado, como membro titular, o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 5-9-2017, conforme Memorando nº 64, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
24. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Roberto Muniz, e solicitada a retirada da indicação do Senador Wilder Moraes, como membro suplente, em 5-9-2017, conforme Memorando nº 65, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
25. Solicitada a retirada da indicação do Senador Ricardo Ferraço, como membro titular, em 12-9-2017, conforme Ofício nº 204, de 2017, da Liderança do PSDB.
26. Designado, como membro suplente, o Deputado José Stédile, em vaga de suplente, em substituição ao Deputado Flavinho, em 12-9-2017, conforme Ofício nº 181, de 2017, da Liderança do PSB.
27. Designados, como membros titulares, os Deputados Fausto Pinato e Renzo Braz, em vagas existentes, em 12-9-2017, conforme Ofício nº 241, de 2017, da Liderança do Bloco PP/PTdoB.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Wadih Damous, em substituição ao Deputado Andrés Sanchez, em 12-9-2017, conforme Ofício nº 495, de 2017, da Liderança do PT.
29. Designado, como membro titular, o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, que passa à condição de suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em 12-9-2017, conforme Ofício nº 86, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
30. Solicitada a retirada da indicação do Senador Otto Alencar, como membro titular, em 12-9-2017, conforme Memorando nº 67, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
31. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Lopes, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, em 13-9-2017, conforme Ofício nº 93, de 2017, da Liderança do Bloco Moderador.
32. Designados, como membros titulares, os Senadores João Alberto Souza, Aírton Sandoval e Hélio José; e, como membros suplentes, os Senadores Romero Jucá, Simone Tebet, Elmano Férrer e Dário Berger, em 13-9-2017, conforme Ofício nº 138, de 2017, da Liderança do PMDB.
33. Designado, como membro titular, o Deputado Jones Martins, em substituição ao Deputado Sergio Souza, em 13-9-2017, conforme Ofício nº 659, de 2017, da Liderança do PMDB.
34. Solicitada a retirada da indicação do Senador Dário Berger, como suplente, em 18-9-2017, conforme Ofício nº 183, de 2017, da Liderança do PMDB.
35. Designado, como membro titular, o Deputado Laerte Bessa, em substituição ao Deputado Lúcio Vale, em 14-9-2017, conforme Ofício nº 335, de 2017, da Liderança do PR.

Secretário: Marcelo Assaife / Felipe Gerales

Telefone(s): 61 3303-3514

E-mail: coceti@senado.gov.br



CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Celso Russomanno (PRB-SP)

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Jose Stédile (PSB-RS)

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
DEM, PEN, PHS, PMDB, PMN, PP, PRB, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PTB, PTN, SD	
Aureo - SD/RJ (37)	1. Afonso Hamm - PP/RS
José Fogaça - PMDB/RS (41,42)	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Professor Victório Galli - PSC/MT (19)
Edio Lopes - PR/RR	5. Lucas Vergilio - SD/GO (14,37)
Moses Rodrigues - PMDB/CE (31)	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Marinha Raupp - PMDB/RO (40)
Marcelo Matos - PHS/RJ (38)	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. Rosangela Gomes - PRB/RJ (26)
PCdoB, PR, PROS, PSD, PT	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ (25,30)	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Jaime Martins - PSD/MG (39)	3. Hugo Leal - PSB/RJ
Felipe Bornier - PROS/RJ (27,33)	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Zeca do Pt - PT/MS (30)
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS (6,39)
Luiz Cláudio - PR/RO (45,53)	7. Vicentinho Júnior - PR/TO (32,45,53)
José Rocha - PR/BA (9,22,54)	8. Capitão Augusto - PR/SP (29)
PPS, PSB, PSDB, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. VAGO (18,35,48,49)
Elizeu Dionizio - PSDB/MS (28)	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP (34,47,50)	3. Rubens Bueno - PPS/PR (1,51)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO (17)
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. Paulo Abi-Ackel - PSDB/MG (20)
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO

TITULARES	SUPLENTE
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO (23,44)



SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR ⁽²⁴⁾
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Ana Amélia - PP/RS ⁽⁴⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Dário Berger - PMDB/SC ^(8,36)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Kátia Abreu - PMDB/TO ⁽⁴³⁾
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Social Democrata	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Dalirio Beber - PSDB/SC ⁽⁵²⁾
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador	
Cidinho Santos - PR/MT ⁽²¹⁾	1. Eduardo Lopes - PRB/RJ ⁽⁵⁵⁾

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
- Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Maia Filho, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
- Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.



20. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Abi-Ackel, em vaga existente, em 13-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 465, de 2016, da Liderança do PSDB.
21. Designado, como membro titular, o Senador Cidinho Santos, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 17-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2016, da Liderança do Bloco PTB/PR/PSC/PRB/PTC.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Remídio Monai, em substituição ao Deputado Maurício Quintella Lessa, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2016, da Liderança do PR.
23. Designada, como membro suplente, a Deputada Angela Albino, em vaga existente, em 6-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2016, da Liderança do PSOL.
24. Designada, como membro suplente, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição à Senadora Angela Portela, em 8-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 42, de 2016, da Liderança do PT.
25. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca do PT, em substituição à Deputada Benedita da Silva, e, como membro suplente, a Deputada Benedita da Silva, em vaga existente, em 15-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 291, de 2016, da Liderança do PT.
26. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Gomes, em vaga existente, em 12-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 131, de 2016, da Liderança do PRB.
27. Designado, como membro titular, o Deputado George Hilton, em substituição ao Deputado Domingos Neto, em 19-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 100, de 2016, da Liderança do Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Elizeu Dionizio, em substituição a Geovânia de Sá, em 10-8-2016 conforme Ofício nº 699, de 2016, da Liderança do PSDB.
29. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto, em vaga existente, em 15-8-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 292, de 2016, da Liderança do PR.
30. Designada, como membro titular, a Deputada Benedita da Silva, em substituição ao Deputado Zeca do PT, e, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 27-9-2016, conforme Ofício nº 424, de 2016, da Liderança do PT.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Moses Rodrigues, em substituição ao Deputado José Fogaça, em 1-11-2016, conforme Ofício nº 924, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
32. Designado, como membro suplente, o Deputado José Fogaça, em vaga existente, em 17-11-2016, conforme Ofício nº 416, de 2016, da Liderança do PR.
33. Designado, como membro titular, o Deputado Felipe Bornier, em substituição ao Deputado George Hilton, em 22-2-2017, conforme Ofício nº 24, de 2017, da Liderança do Pros.
34. Designado, como membro titular, o Deputado Rubens Bueno, em substituição ao Deputado Roberto Freire, em 22-02-2017, conforme Ofício nº 19, de 2017, da Liderança do PPS.
35. Designada, como membro suplente, a Deputada Pollyana Gama, em substituição ao Deputado Sandro Alex, em 22-2-2017, conforme Ofício nº 18, de 2017, da Liderança do PPS.
36. Designado, como membro titular, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 14-2-2017, conforme Ofício nº 19, de 2017, da Liderança do PMDB.
37. Designado, como membro titular, o Deputado Aureo, em substituição ao Deputado Arthur Oliveira Maia, e, como membro suplente, o Deputado Lucas Vergílio, em substituição ao Deputado Maia Filho, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 26, de 2017, da Liderança do Solidariedade.
38. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Matos, em substituição ao Deputado Marcelo Aro, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 27, de 2017, da Liderança do PHS.
39. Designado, como membro titular, o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, em substituição ao Deputado Jaime Martins, em 5-4-2017, conforme Ofício nº 153, de 2017, da Liderança do PSD.
40. Designada, como membro suplente, a Deputada Marinha Raupp, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, em 6-4-2017, conforme Ofício nº 241, de 2017, da Liderança do PMDB.
41. Comunica a retirada da vaga, como membro titular, o Deputado Carlos Henrique Gaguim, em 11-4-2017, conforme Ofício nº 117, de 2017, da Liderança do PTN.
42. Designado, como membro titular, o Deputado José Fogaça, em vaga existente, em 17-4-2017, conforme Ofício nº 247, de 2017, da Liderança do PMDB.
43. Designada, como membro suplente, a Senadora Kátia Abreu, em vaga existente, em 25-4-2017, conforme Ofício nº 105, de 2017, da Liderança do PMDB.
44. Vago em virtude do retorno do titular, Deputado César Souza, ocorrido em 15 de março de 2017.
45. Designado, como membro titular, o Deputado Vicentinho Júnior, em substituição Luiz Claudio, e, como membro suplente, a Senador Luiz Claudio, em vaga existente, em 16-5-2017, conforme Ofício nº 201, de 2017, da Liderança do PR.
46. Designada, como membro suplente, a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 18-5-2017, conforme Memo nº 9, de 2017, da Liderança do PP.
47. Designado, como membro titular, o Deputado Roberto Freire, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, em 24-5-2017, conforme Ofício nº 63, de 2017, da Liderança do PPS.
48. Designado, como membro titular, o Deputado Rubens Bueno, em substituição a Deputada Pollyana Gama, em 24-5-2017, conforme Ofício nº 64, de 2017, da Liderança do PPS.
49. Designado, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, em 24-5-2017, conforme Ofício nº 63, de 2017, da Liderança do PPS.
50. Designado, como membro titular, o Deputado Roberto Freire, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, em 24-5-2017, conforme Ofício nº 63, de 2017, da Liderança do PPS.
51. Designado, como membro suplente, o Deputado Rubens Bueno, em substituição à Deputada Pollyana Gama, em 24-5-2017, conforme Ofício nº 64, de 2017, da Liderança do PPS.
52. Designado, como membro suplente, o Senador Dalirio Beber, em vaga existente, em 25-5-2017, conforme Ofício nº 137, de 2017, da Liderança do PSDB.
53. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Cláudio, em substituição ao Deputado Vicentinho Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Vicentinho Júnior, em substituição ao Deputado Luiz Cláudio, em 6-6-2017, conforme Ofício nº 236, de 2017, da Liderança do PR.



54. Designado como membro titular, o Deputado José Rocha, em substituição ao Deputado Remídio Monai, em 1º-8-2017, conforme Ofício nº 269, de 2017, da Liderança do PR.

55. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Lopes, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 91, de 2017, da Liderança do Bloco Moderador.



Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

Eleição Geral: 07/02/2017

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Fábio Ramalho (PMDB/MG)
2º Vice-Presidente Deputado André Fufuca (PP/MA)
1º Secretário Deputado Giacobbo (PR/PR)
2º Secretário Deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO)
3º Secretário Deputado Jhc (PSB/AL)
4º Secretário Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE) ⁽⁷⁾
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Rodrigo Pacheco (PMDB/MG) ⁽⁸⁾
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁽⁹⁾

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
1º Vice-Presidente Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)
2º Vice-Presidente Senador João Alberto Souza (PMDB/MA)
1º Secretário Senador José Pimentel (PT/CE)
2º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
3º Secretário Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)
4º Secretário Senador Zeze Perrella (PMDB/MG)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Renan Calheiros (PMDB/AL) ⁽⁶⁾
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Humberto Costa (PT/PE) ^(1,2)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador Edison Lobão (PMDB/MA) ⁽³⁾
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Fernando Collor (PTC/AL) ^(4,5)

Atualização: 08/04/2015

Notas:

1. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado Líder da Minoria (Of 13/2016 - GLDPT)
2. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT).
3. Em 09.02.2017, o Senador Edison Lobão foi eleito Presidente da Comissão (Of. 1/2017-CCJ).
4. Em 14.03.2017, foi eleito Presidente da Comissão o Senador Fernando Collor (Memo. nº 1/2017-CRE).
5. Em 14.03.2017, foi eleito Presidente da Comissão o Senador Fernando Collor (Memo. nº 1/2017-CRE).
6. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017).
7. Em 13.12.2016, o Deputado José Guimarães foi designado Líder da Minoria.
8. Em 23.3.2017, foi eleito Presidente da Comissão.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



9. Em 23.03.2017, foi eleita Presidente da Comissão.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br



Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012
Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO ⁽⁸⁾	VAGO ^(3,5)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO ⁽⁶⁾
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ^(4,9)	VAGO ⁽⁷⁾



LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (1,10)	VAGO

Atualização: 14/07/2017

Notas:

1. O Conselheiro Fernando César Mesquita renunciou ao cargo de membro titular do Conselho de Comunicação Social, nos termos do documento datado de 27.06.2016, lido na 10ª Reunião do Conselho, realizada em 04.07.2016.
2. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
3. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
4. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
6. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
7. O Conselheiro Aldo Rebelo renunciou ao cargo de membro suplente do Conselho de Comunicação Social, nos termos do documento datado de 27.07.2016, lido na 12ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2016.
8. O Conselheiro Marcelo Rech renunciou ao cargo de membro do Conselho de Comunicação Social, nos termos do documento datado de 21.09.2016, lido na 14ª Reunião do Conselho, realizada em 10.10.2016.
9. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito para a vaga de membro titular da representação da sociedade civil na Sessão do Congresso Nacional de 15.12.2016.
10. O Conselheiro Davi Emerich foi eleito para a vaga de membro titular da representação da sociedade civil na Sessão do Congresso Nacional de 15.12.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
PRESIDENTE

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)
1º VICE-PRESIDENTE

Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Giacobbo (PR-PR)
1º SECRETÁRIO

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º SECRETÁRIO

Deputado Jhc (PSB-AL)
3º SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p style="text-align: center;">Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador José Pimentel (PT-CE) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Gladson Cameli (PP-AC) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Zeze Perrella (PMDB-MG) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)</p> <p style="text-align: center;">2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)</p> <p style="text-align: center;">3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)</p> <p style="text-align: center;">4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)</p>	<p style="text-align: center;">Deputado(a) Rodrigo Maia (DEM -RJ) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Fábio Ramalho (PMDB -MG) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) André Fufuca (PP -MA) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Giacobbo (PR -PR) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Mariana Carvalho (PSDB -RO) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Jhc (PSB -AL) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Rômulo Gouveia (PSD -PB) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">1º - Deputado(a) Dagoberto Nogueira (PDT -MS)</p> <p style="text-align: center;">2º - Deputado(a) César Halum (PRB -TO)</p> <p style="text-align: center;">3º - Deputado(a) Pedro Uczai (PT -SC)</p> <p style="text-align: center;">4º - Deputado(a) Carlos Manato (SD -ES)</p>



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

Líder do Governo Deputado Andre Moura - PSC / SE	Líder da Minoria Deputado Décio Lima - PT / SC
Vice-Líderes Senador Romero Jucá - PMDB / RR Deputado Aelton Freitas - PR / MG Deputado Leonardo Quintão - PMDB / MG Deputado Benito Gama - PTB / BA Deputado José Rocha - PR / BA	Vice-Líderes Senador Paulo Rocha - PT / PA Deputado Paulo Teixeira - PT / SP Deputado Afonso Florence - PT / BA



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

